



RELATÓRIO E CONTAS

Exercício de 2012

Março de 2013

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| I. A DINÂMICA DO MERCADO | 7 |
| A. ECONOMIA INTERNACIONAL..... | 7 |
| B. ECONOMIA NACIONAL | 7 |
| C. O MERCADO SEGURADOR NACIONAL..... | 8 |
| 1. Produção | 8 |
| 2. Sinistralidade | 11 |
| 3. Ativos financeiros..... | 12 |
| 4. Resultados..... | 12 |
| 5. Margem de solvência..... | 13 |
| II. O ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO..... | 14 |
| A. ESTRATÉGIA DA LUSITANIA..... | 14 |
| 1. Execução do plano estratégico | 14 |
| 2. Inovação e gestão de projetos | 14 |
| 3. Gestão de riscos e controlo interno | 14 |
| 4. Conformidade | 15 |
| B. CAPITAL HUMANO | 16 |
| 1. Efetivos..... | 16 |
| 2. Formação | 17 |
| 3. Medicina, higiene e segurança no trabalho..... | 18 |
| C. PARCERIAS | 18 |
| 1. Mediadores..... | 18 |
| 2. Bancasseguros..... | 19 |
| 3. Resseguradores | 19 |
| D. CLIENTES | 20 |
| E. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO | 22 |
| F. COMUNICAÇÃO..... | 23 |
| 1. Imagem e Comunicação | 23 |
| 2. Eventos | 23 |
| 3. Distinções | 23 |

| | |
|--|----|
| G. RESPONSABILIDADE SOCIAL | 24 |
| 1. Apoio à comunidade | 24 |
| 2. Mecenato | 25 |
| 3. Patrocínios | 25 |
| 4. Defesa do património histórico e cultural | 26 |
| III. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA | 27 |
| A. SÍNTESE DA ATIVIDADE | 27 |
| B. ANÁLISE DA CARTEIRA DE NEGÓCIOS | 27 |
| 1. Prémios | 27 |
| 2. Composição da carteira | 28 |
| C. GESTÃO DOS SINISTROS | 29 |
| D. ANÁLISE DO RESSEGURO | 30 |
| 1. Resseguro cedido | 30 |
| 2. Resseguro aceite | 31 |
| E. ANÁLISE DOS CUSTOS | 32 |
| 1. Custos de exploração | 32 |
| 2. Custos por natureza | 32 |
| F. GESTÃO DE ATIVOS | 33 |
| G. INDICADORES DE DESEMPENHO | 37 |
| H. GESTÃO DO CAPITAL | 37 |
| 1. Estrutura do capital | 37 |
| 2. Solvência | 38 |
| IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS | 40 |
| V. PERSPETIVAS PARA 2013 | 41 |
| A. A ATIVIDADE ECONÓMICA | 41 |
| B. ENQUADRAMENTO DO MERCADO SEGURADOR | 41 |
| C. A ESTRATÉGIA PARA O TRIÉNIO 2011-2013 | 41 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 43 |
| ANEXO | 45 |
| RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO | 47 |
| 1. Princípios de boa governação | 47 |
| 2. Estrutura do Governo | 47 |
| 3. Estrutura de suporte ao Governo | 48 |
| 4. Capital e principais acionistas | 50 |

| | |
|--|-----|
| 5. Política de remuneração | 50 |
| 6. Pensões de Reforma | 50 |
| 7. Remunerações auferidas pelos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização | 50 |
| 8. Remuneração do Auditor/Revisor Oficial de Contas | 51 |
| 9. Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização no Capital da Lusitania | 51 |
| DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 53 |
| NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS | 61 |
| CERTIFICAÇÕES | 147 |

I. A DINÂMICA DO MERCADO

A. ECONOMIA INTERNACIONAL

A conjuntura macroeconómica, em 2012, caracterizou-se por um novo abrandamento da economia mundial, com o FMI a estimar uma expansão de apenas 3,2%, face a 3,9% obtido em 2011 e 5,1%, em 2010. Esta evolução terá sido provocada pela desalavancagem do setor privado nas economias desenvolvidas, por políticas orçamentais restritivas e pelo impasse na resolução da crise das dívidas soberanas na Zona Euro, que conduziu a região para a recessão, afetando as economias em desenvolvimento, quer por via dos efeitos comerciais, quer por via da incerteza nos mercados financeiros. O abrandamento global só não foi mais intenso porque os principais bancos centrais continuaram a aliviar a política monetária, visando reduzir sobretudo as taxas de juro de longo prazo, suportando o investimento.

Na Zona Euro, o último trimestre de 2011 ficou marcado pelo regresso da economia à contração, ressentindo-se dos efeitos recessivos das políticas de consolidação orçamental levadas a cabo por uma boa parte dos Estados-Membros, com destaque para Itália e Espanha. Em 2012, o PIB continuou a cair, registando uma queda anual de 0,5%, em resultado da redução da procura interna, sobretudo ao nível do investimento, que foi restringido pelas medidas de austeridade e amplificado pela subida do desemprego, traduzindo-se numa contínua evolução da respetiva taxa, que passou de 10,7%, no final de 2011, para 11,7%, em 2012.

A taxa de inflação homóloga desceu de 2,7%, no final de 2011, para 2,2%, em 2012. As pressões inflacionistas continuaram a advir, em especial, dos preços da energia junto dos consumidores, bem como dos aumentos dos impostos indiretos adotados por alguns governos, os quais assumem um carácter temporário.

O ano de 2012 foi positivo para os ativos de risco. Embora os mercados tenham permanecido durante todo o período sob o efeito do abrandamento da economia global, acabaram por ser mais do que compensados pela conjugação entre a intervenção das autoridades monetárias de vários países e os passos políticos dados na resolução da crise do euro.

B. ECONOMIA NACIONAL

A implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), acordado com o BCE, o FMI e a Comissão Europeia, implicou a adoção de mais um vasto conjunto de medidas que tiveram impacto na economia nacional.

Em 2012, observou-se uma queda expressiva e generalizada da procura interna, com o consumo privado a descer em resultado da redução do rendimento disponível, quer resultante das medidas de consolidação das finanças públicas, quer do aumento do

desemprego. As fracas perspetivas de negócios e a dificuldade no acesso ao crédito provocaram mais uma intensa descida do investimento privado, enquanto as reduções no investimento e consumo público se enquadram no esforço de consolidação orçamental.

As exportações têm constituído uma das principais surpresas positivas do processo de ajustamento português, sendo de realçar o facto de a balança de bens e serviços se ter equilibrado em 2012, algo ímpar desde 1943.

Nestas condições, o PIB sofreu, em 2012, uma queda de -3,2%, o dobro da observada em 2011, que tinha registado uma descida de -1,6%, condicionado pelos efeitos das fortes medidas de austeridade inscritas no Orçamento do Estado para 2012.

Por outro lado, a diminuição das necessidades de financiamento do setor público e o aumento da poupança do setor privado resultaram numa significativa quebra do défice externo, que praticamente se reduziu a zero, no final do ano.

A intensa deterioração do mercado laboral refletiu e amplificou a recessão, com a queda do investimento a traduzir-se num contínuo agravamento da taxa de desemprego, ao longo do ano, ascendendo a 16,9%, no 4º trimestre de 2012, segundo o INE, significando uma subida face aos 14,0% observados no final de 2011 e representando um nível máximo histórico desde 1977. Em termos médios anuais, a taxa de desemprego aumentou de 12,7%, em 2011, para 15,7%, em 2012.

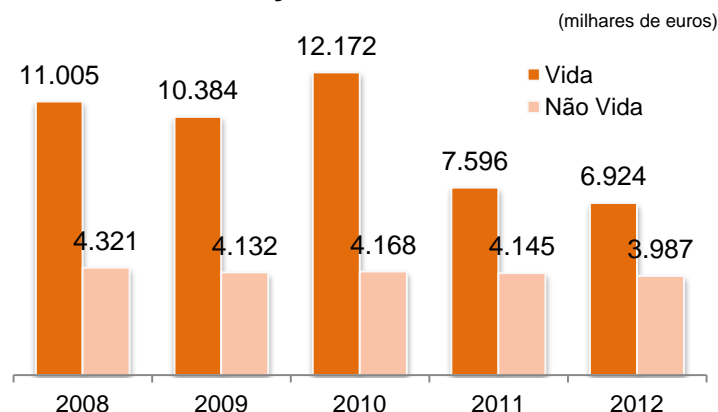
O Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma taxa de variação média anual de 2,8%, em forte abrandamento, face aos 3,7% de 2011. A inflação permaneceu acima da média da Zona Euro, refletindo, essencialmente, o impacto de alterações da tributação indireta e de preços, condicionados por procedimentos de natureza administrativa em 2011 e 2012.

C. O MERCADO SEGURADOR NACIONAL

1. Produção

De acordo com informações provisórias da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), a produção de seguro direto em Portugal, em 2012, foi da ordem dos 10,9 mil milhões de euros, o que traduz uma redução de -7,1%, face a 2011.

Evolução dos Prémios



Fonte: APS (dados provisórios para 2012)

Esta redução é explicada pela maior quebra do ramo Vida, em que ocorreu uma contração de 8,8% na receita, tendo o montante dos prémios, em 2012, alcançado os 6,9 mil milhões de euros. A perda de 672 milhões de euros de prémios resulta, em grande medida, de três fatores: i) erosão na produção de produtos financeiros, decorrente de diferentes políticas de comercialização de produtos pelos principais grupos financeiros com elevada atividade de bancasseguros; ii) redução do rendimento disponível dos particulares; iii) eliminação de parte importante do incentivo fiscal dos planos poupança reforma.

Fruto das dificuldades resultantes de uma conjuntura económica difícil, caracterizada pelo processo de ajustamento económico e financeiro, no âmbito do Programa de Assistência Financeira a Portugal, o mercado dos seguros Não Vida apresentou uma descida de 3,8% nos prémios de seguro direto. O volume de receita situou-se nos 3,98 mil milhões de euros, em 2012, abaixo dos 4,15 mil milhões, registados no final de 2011.

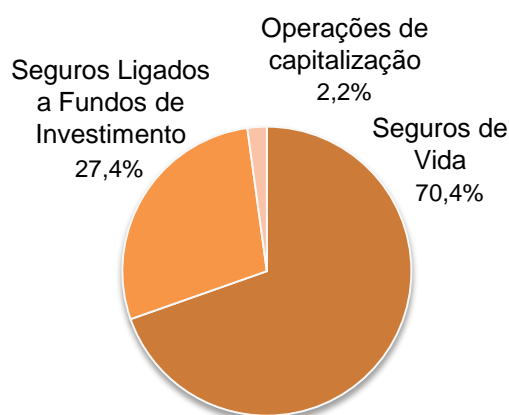
No quadro a seguir, sintetiza-se a evolução dos prémios de seguro direto, por grandes agregados:

| Produção Vida/Não Vida (€M) | 2010 | 2011 | 2012[P] | Δ 11/10 | Δ 12/11 |
|--|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| Total Vida | 12.172 | 7.596 | 6.924 | -37,6% | -8,8% |
| Seguros de Vida | 9.824 | 5.665 | 4.877 | -42,3% | -13,9% |
| Seguros Ligados a Fundos de Investimento | 2.107 | 1.931 | 1.897 | -8,4% | -1,8% |
| Operações de Capitalização | 241 | 0 | 150 | n.a. | n.a. |
| Total Não Vida | 4.168 | 4.145 | 3.987 | -0,6% | -3,8% |
| Acidentes e Doença | 1.357 | 1.334 | 1.263 | -1,7% | -5,3% |
| <i>Acidentes de Trabalho</i> | 646 | 622 | 556 | -3,7% | -10,6% |
| <i>Acidentes Pessoais</i> | 178 | 171 | 154 | -3,9% | -9,9% |
| <i>Doença</i> | 532 | 541 | 553 | 1,7% | 2,2% |
| Incêndio e Outros Danos | 765 | 769 | 767 | 0,5% | -0,3% |
| Automóvel | 1.672 | 1.659 | 1.569 | -0,8% | -5,4% |
| Transportes, RC Geral e Diversos | 375 | 383 | 388 | 2,1% | 1,3% |
| TOTAL | 16.340 | 11.741 | 10.911 | -28,1% | -7,1% |

Fonte: APS (dados provisórios para 2012)

Saliente-se o crescimento sustentado no ramo Doença, refletindo o interesse dos particulares e empresas por esta proteção, que atinge praticamente o valor dos prémios de Acidentes de Trabalho, bem como o crescimento de Acidentes Pessoais e a variação marginal da receita no ramo Incêndio e Outros Danos.

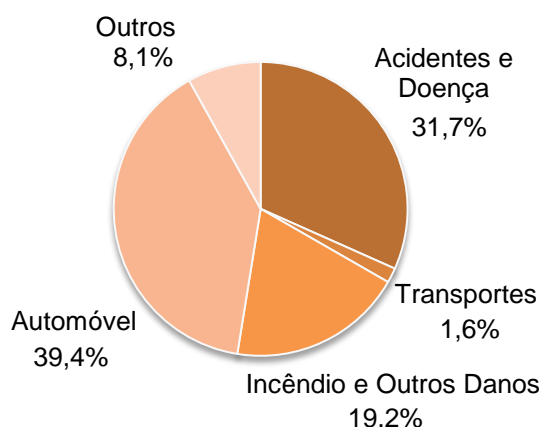
Composição da carteira Vida - 2012



Fonte: APS (dados provisórios para 2012)

Como resultado da evolução do mercado, a carteira por segmentos foi alterada, em 2012, com os ramos Vida a manterem o ritmo de redução de quota, 63,5% do total dos prémios e menos 1,2 p.p. que em 2011, depois de ter reduzido 10 p.p. em 2011, e os ramos Não Vida a aumentarem o peso para 36,5%.

Composição da carteira Não Vida- 2012



Fonte: APS (dados provisórios para 2012)

As alterações ocorridas na produção do ramo Vida implicaram uma perda de 3,4 p.p. no peso relativo dos Seguros de Vida, com uma redução de 73,0%, para 69,6%, entre 2011 e 2012; nos Seguros Ligados a Fundos de Investimento, houve uma recuperação de 1,2

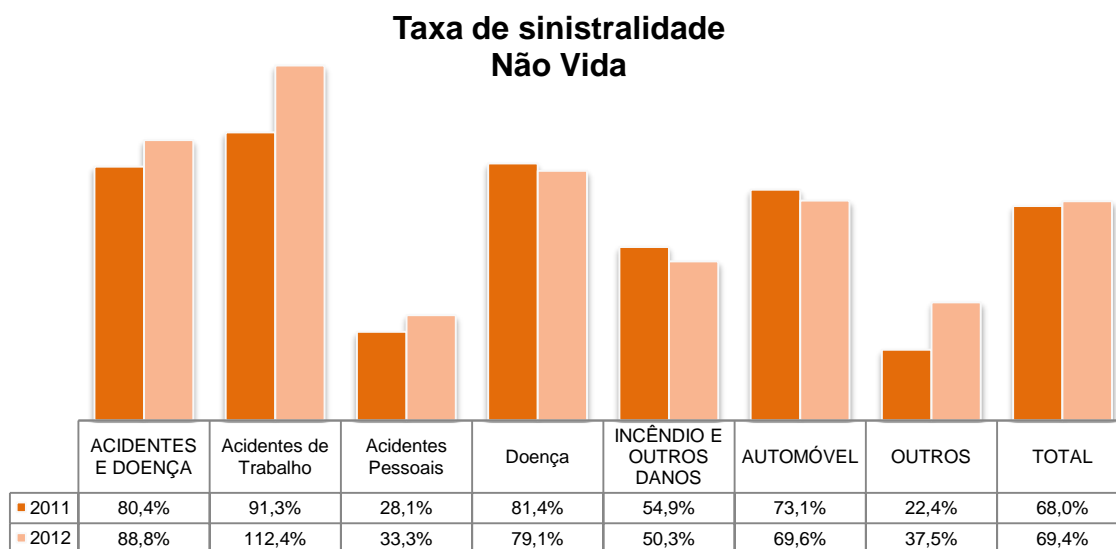
p.p., dado que o seu peso no conjunto verificou um incremento de 27,0%, para 28,2%, entre 2011 e 2012; nas Operações de Capitalização observou-se um aumento de quota na receita, passando a representar 2,2% do total.

A estrutura de prémios dos ramos Não Vida sofreu ligeiras alterações, com a perda de peso da modalidade Acidentes de Trabalho, que detinha 15,1%, em 2011, e passou para 13,9%, em 2012, e do ramo Automóvel, que representava 40,1%, em 2011, contra 39,4%, em 2012. Nos restantes ramos, verificou-se um ganho de quota, com o ramo Doença a registar um contributo de 13,9%, em 2012, face a 13,0%, em 2011 e, no mesmo sentido, o Incêndio e Outros Danos, de 18,6%, em 2011, para 19,2%, em 2012.

2. Sinistralidade

Relativamente à sinistralidade, de acordo com dados provisórios do Instituto de Seguros de Portugal para os ramos Não Vida, a taxa de sinistralidade¹ aumentou em 2012, situando-se nos 69,4%, contra 68,0% no ano anterior.

O maior contribuinte para esta evolução foram claramente os Acidentes de Trabalho, com um aumento superior a 21 p.p., passando a taxa de sinistralidade para 112,4%, como consequência da redução dos prémios brutos emitidos, com menos 56 milhões de euros, e do crescimento da provisão para sinistros em valor superior a 80 milhões de euros.



Fonte: ISP (dados provisórios para 2012)

No mesmo sentido, evoluíram os ramos Acidentes Pessoais e os Outros, com aumentos respetivos de 5,2 p.p. e 15,1 p.p.

Em contrapartida, o ramo Automóvel manifestou uma quebra no rácio de sinistralidade, passando de 73,1%, em 2011, para 69,6%, em 2012, apesar da perda de receita superior

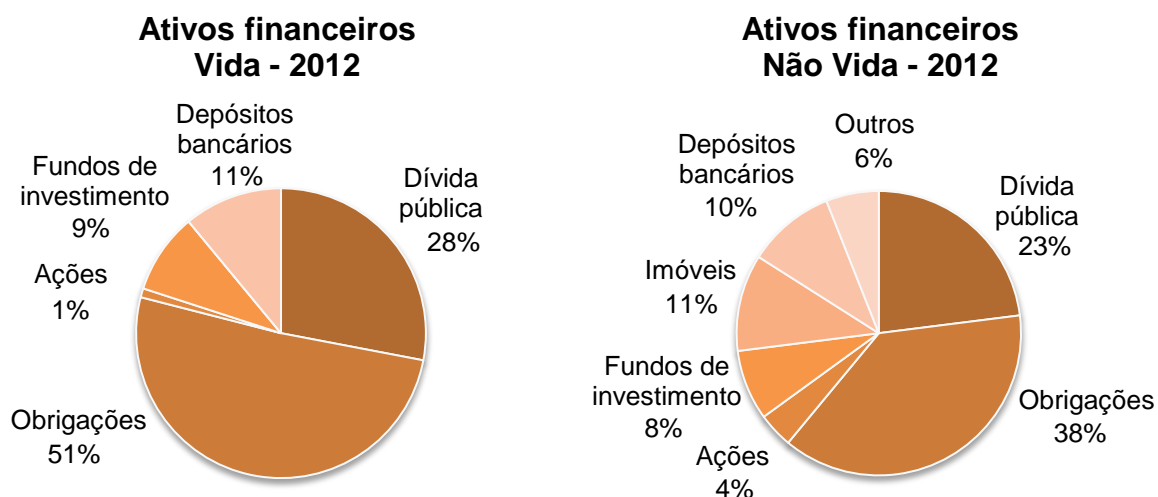
¹ Taxa de sinistralidade corresponde ao rácio entre custos com sinistros e prémios brutos emitidos.

a 5%. Para este resultado, muito contribuiu a redução da provisão para sinistros em mais de 140 milhões de euros e que constitui cerca de 10% dos prémios brutos emitidos.

Os restantes ramos registaram, igualmente, uma evolução favorável, com o Incêndio e Outros Danos a apresentar uma quebra de -4,6 p.p. e o Doença a reduzir -2.3 p.p..

3. Ativos financeiros

De acordo com as estimativas do ISP, os montantes investidos pela atividade seguradora em instrumentos financeiros, afetos às provisões técnicas, atingiram, em 2012, cerca de 48 mil milhões de euros, um crescimento de 3%, face a 2011. Foi no segmento Vida que se assistiu à evolução mais favorável, com uma variação positiva de 3,2%, face a 1,4% nos ramos Não Vida, que apresentaram um volume global superior a 6 mil milhões de euros.



Fonte: ISP (dados provisórios para 2012)

A estrutura das carteiras não sofreu alterações significativas. Saliente-se, contudo, no ramo Vida, o incremento do peso relativo da dívida pública e a diminuição das obrigações. No sentido inverso, o segmento Não Vida diminuiu o peso relativo da dívida pública, tendo canalizado os seus recursos para os depósitos bancários. A 31 de dezembro de 2012, os investimentos realizados sobre a dívida total representavam 79% em Vida e 61% em Não Vida.

4. Resultados

Em 2012, estima-se que o resultado global do setor segurador tenha sido da ordem dos 542 milhões de euros, representando um crescimento expressivo em relação ao ano anterior.

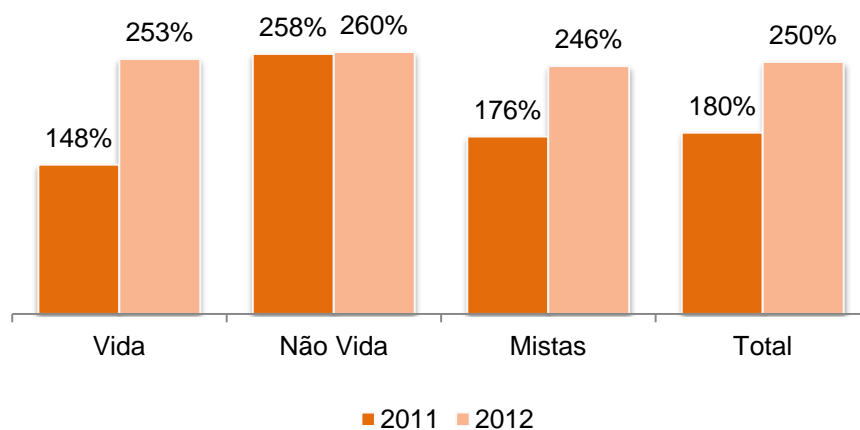
O resultado obtido ficou a dever-se, essencialmente, ao contributo do ramo Vida, muito suportado pela recuperação dos mercados de capitais, em particular no segmento da dívida, além de refletir uma operação extraordinária de cedência da carteira de vida risco de uma seguradora do mercado.

O contributo dos ramos Não Vida para o resultado global foi bastante mais modesto, mas igualmente por efeito de um incremento da componente financeira, sendo de destacar, pela negativa, os resultados de Acidentes de Trabalho, com perdas muito elevadas e próximas dos 120 milhões de euros.

5. Margem de solvência

Na análise à solvência, relativamente às empresas que exploram exclusivamente os ramos Não Vida, o rácio de cobertura da margem de solvência situou-se em 260%, em 2012, melhorando ligeiramente face aos 258% de 2011. As melhorias com maior significado registaram-se nas seguradoras Vida e nas Mistas, com valorizações respetivas de 105 p.p. e de 70 p.p..

Cobertura da margem de solvência



Fonte: ISP (dados provisórios para 2012)

II. O ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO

A. ESTRATÉGIA DA LUSITANIA

1. Execução do plano estratégico

Ao longo de 2012, a gestão da Companhia manteve-se orientada pelos objetivos estabelecidos pela estratégia a médio prazo do Programa “Consolidar para Ganhar” 2012-2013.

No entanto, a dimensão e a persistência da crise económica e financeira, os efeitos da integração da Real e da Mutuamar, a forte quebra das receitas, o aumento das fraudes e a elevada sinistralidade em ramos críticos, como a modalidade Acidentes de Trabalho, penalizaram os resultados da Companhia quanto à rendibilidade.

No decurso de 2012, foi igualmente desenvolvido um conjunto de medidas de contenção e saneamento da carteira, facto que agravou a rendibilidade no curto prazo, em favor de uma recuperação sustentável no médio prazo.

Registou-se, por isso, um desvio relevante quanto ao crescimento e à manutenção da quota de mercado, bem como uma forte penalização face à rendibilidade estimada no plano de negócios de 2012.

2. Inovação e gestão de projetos

Os calendários dos projetos e atividades integrados nos planos de ação do Programa Estratégico 2012-2013 foram executados, na generalidade, conforme estabelecido e tendo em conta os ajustamentos necessários, face aos recursos disponíveis. Mantiveram-se várias ações de melhoria dos processos de negócio, de aperfeiçoamento do sistema de controlo interno e de aumento de eficiência.

O Programa contempla um conjunto de medidas e ações em várias áreas de negócio, cujas atividades prosseguem em 2013, com integração de novas iniciativas.

3. Gestão de riscos e controlo interno

A gestão integrada de riscos desempenha um papel indispensável na cultura e na orientação estratégica da Companhia, sendo por isso um fator chave no modelo de governação da Lusitania.

No âmbito do novo regime de solvência, a Lusitania desenvolveu, com uma entidade externa, um processo de *gap analysis* com vista à identificação das medidas necessárias ao cumprimento do futuro enquadramento regulamentar.

Após esta análise, foi estabelecido um *framework* concetual para o Sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno. A sua implementação está definida num plano diretor para a Gestão Integrada de Riscos e Solvência II, que permitirá atingir os objetivos estratégicos da Companhia nestas matérias.

Foi também estabelecida uma abordagem para o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e de Controlo Interno, consubstanciada na sistematização e formalização de

metodologias, técnicas e processos, materializadas através dos seguintes blocos que compõem o plano de implementação:

- **Visão e Estratégia** – definição dos mecanismos de gestão ao mais alto nível, de acordo com o perfil estabelecido pelo Conselho de Administração, garantindo a incorporação do posicionamento da Companhia na adaptação ao Solvência II nos mecanismos já existentes para o planeamento estratégico;
- **Sistema de Controlo Interno** – sistematização de mecanismos que permitam a monitorização da implementação da estratégia, tendo presente o perfil de negócio/risco objetivo;
- **Gestão de Riscos** – sistematização dos processos e mecanismos que permitem operacionalizar as políticas e diretrizes definidas pelo Conselho de Administração e assegurar a identificação, avaliação/mensuração e monitorização/controlo dos riscos de negócio;
- **Gestão da Informação** – desenvolvimento da arquitetura de Sistemas de Informação e Comunicação, para apoiar a gestão do risco e do negócio, assegurando a resposta aos requisitos de suficiência, fiabilidade e tempestividade.

A execução desta etapa do projeto determina, para além da participação das estruturas chave da Companhia, o envolvimento direto e prolongado de elementos das áreas Técnica, Resseguro, Gestão de Risco, Atuariado, Controlo de Gestão, Financeira, Planeamento Estratégico, Auditoria Interna, Desenvolvimento e Organização, *Compliance* e Tecnologias de Informação.

A atualização das atividades de controlo e procedimentos de monitorização foi integrada no Programa Estratégico 2011-2013 e está a decorrer conforme planeado. Os objetivos visam:

1. Criar uma linguagem comum na gestão da performance dos processos;
2. Estabelecer uma visão compreensiva e integrada do desempenho da organização e dos seus processos;
3. Sistematizar a monitorização do desempenho;
4. Criar as condições para a geração automática de alertas;
5. Facilitar a partilha de informação.

No âmbito deste projeto, foi definido um modelo de indicadores, com integração da dimensão “Risco”, tendo sido estabelecidos indicadores de risco para os processos incluídos no projeto. A implementação do modelo e dos processos fundamentais no âmbito da cadeia de valor será desenvolvida nos termos do Programa 2011-2013.

4. Conformidade

Os processos e procedimentos da Companhia estão em conformidade com os requisitos exigidos e com as diretivas internas, sendo o garante da gestão de risco e do controlo interno da Companhia.

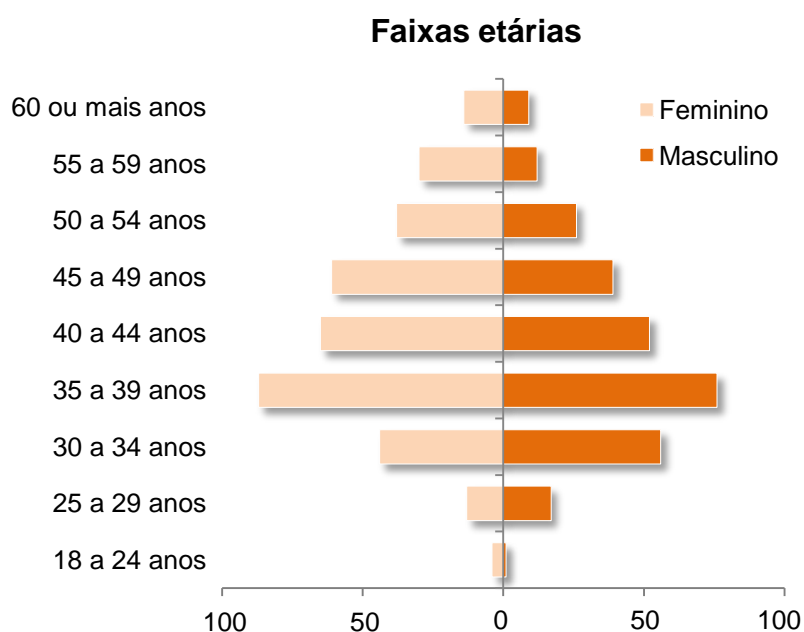
Face à profusão de regulamentação publicada, a gestão de riscos constitui, cada vez mais, uma preocupação para os órgãos de supervisão e, naturalmente, para os responsáveis da Lusitania. Neste contexto, os requisitos das mais recentes normas publicadas pela entidade reguladora foram integrados no sistema de governação da Companhia.

B. CAPITAL HUMANO

Durante o ano de 2012, foram dados passos importantes na redefinição da cadeia de valor da empresa, permitindo uma maior racionalização na gestão dos recursos humanos e uma resposta mais adequada das operações, de modo a contribuir para o aumento da produtividade e da qualidade de serviço.

1. Efetivos

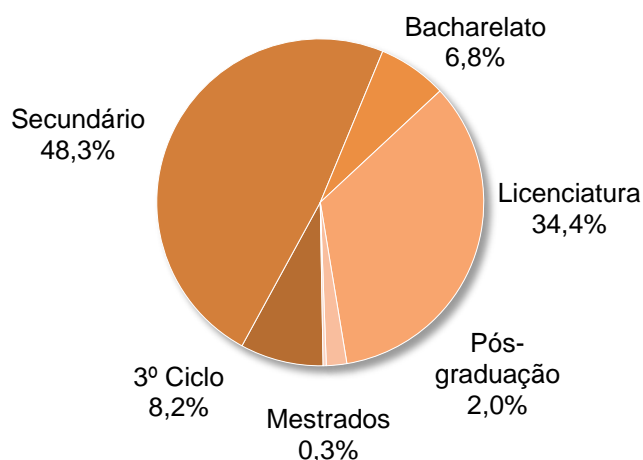
O quadro de pessoal, em 31 de dezembro, era de 643 colaboradores, face a 658, em 2011, com uma idade média de 41,8 anos. Salienta-se que 55,1% pertencem ao sexo masculino e 45,9% ao sexo feminino.



A antiguidade média dos colaboradores da Lusitania é de 15,3 anos, o que demonstra a existência de um quadro de pessoal experiente.

As habilitações literárias indicam o nível de exigência de uma organização focalizada no desenvolvimento sustentável e estimulada por valores como a inovação, os elevados níveis de eficiência e a alta qualidade e disponibilidade no serviço a prestar a clientes e terceiros.

Qualificações académicas



Estes indicadores são reveladores de uma capacidade disponível que se pretende indutora de qualidade na prestação de serviços e da capacidade de crescimento adaptada à conjuntura atual.

2. Formação

Sendo um dos objetivos prioritários na gestão de recursos humanos, a atividade de formação contou com 616 participantes, em 61 cursos e ações formativas presenciais, num total de 20.293 horas.

Neste âmbito, foram realizadas 22 ações destinadas a mediadores da Companhia, envolvendo 282 pessoas e totalizando 1.045 horas.

| Indicadores de formação | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|--|---------|---------|---------|--------|--------|
| Nº de ações ou cursos | 62 | 107 | 153 | 53 | 61 |
| Nº de participantes | 810 | 907 | 1.034 | 734 | 615 |
| Nº de horas | 8.337 | 7.610 | 7.783 | 5.716 | 20.293 |
| Custos de formação | 174.427 | 205.554 | 160.473 | 84.491 | 89.674 |
| Custos com formação/Custos com pessoal | 1,33% | 1,46% | 0,66% | 0,41% | 0,41% |

Promoveu-se, também, uma edição do Curso de Qualificação de PDEAMS – Pessoas Diretamente Envolvidas na Atividade de Mediação de Seguros e Resseguros – para 125 colaboradores dos agentes da Lusitania, totalizando 10.338 horas de formação.

Foram, ainda, efetuados exames presenciais a 884 colaboradores do Montepio, que participaram igualmente no Curso para PDEAMS, com um total de 26.818 horas.

No quadro da formação à distância, realizou-se uma nova edição do Curso de Qualificação de Mediadores de Seguros, para um universo de 118 formandos, num total de 7.499 horas de formação.

3. Medicina, higiene e segurança no trabalho

No decurso do ano 2012, foram realizados 616 *check-ups* no âmbito da medicina no trabalho, tendo sido visitados 30 balcões da Companhia por técnicos de higiene e segurança, para análise das condições de trabalho.

C. PARCERIAS

1. Mediadores

A rede de mediação, considerada aliada estratégica da Lusitania e uma referência permanente na execução dos seus objetivos, desempenha um papel importante na expansão dos seus negócios, quer na definição do seu modelo de gestão, quer na formulação de novos produtos, propiciando uma maior aproximação aos clientes.

O ano de 2012 foi marcado, de novo, por movimentações na estrutura dos mediadores, refletindo o elevado grau de exigência das condições de acesso à profissão, introduzida pelo Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de julho.

Estas situações incentivam o aumento do profissionalismo na classe e o incremento das sociedades de mediação, o que justifica o movimento da redução de mediadores constituídos em nome individual.

| Categoria | 2010 | 2011 | 2012 | Variação |
|-----------------------|-------------|-------------|-------------|-----------------|
| Mediadores Ligados | 581 | 501 | 399 | -13,8% |
| Agentes (individuais) | 2.994 | 2.714 | 2.409 | -9,4% |
| Agentes (sociedades) | 849 | 995 | 1.018 | 17,2% |
| Corretores | 93 | 88 | 86 | -5,4% |
| Total | 4.517 | 4.298 | 3.912 | -4,8% |

Recuperando uma prática de sucesso de anos anteriores, a Lusitania lançou, durante o ano de 2012, um novo desafio à sua rede de vendas interna e externa.

Inspirada na temática dos Jogos Olímpicos de Londres, a Companhia promoveu um jogo comercial, as Olimpíadas Lusitania 2012, maximizando toda a dinâmica motivacional provocada pelos *media* em torno destes eventos.

Dividido em três fases, cada uma inspirada numa das principais modalidades dos Jogos Olímpicos, o atletismo, a natação e a ginástica, a Lusitania procurou dinamizar o seu negócio e reforçar a relação com os seus principais parceiros, focalizando, em cada fase, os produtos considerados estratégicos.

O final do ano ficou, ainda, marcado, a nível comercial, pela evolução do processo de segmentação de mediadores, de modo a adaptar a oferta da Companhia à dinâmica do mercado, alterando os critérios de enquadramento comercial dos mediadores. A partir do conceito de partilha de resultados, a rendibilidade passou a assumir um papel preponderante.

No quadro destas modificações, foi desenhada uma nova oferta de valor, mais atrativa e competitiva, valorizando as parcerias e os bons resultados.

No apoio local à rede de mediadores, ocorreram, em 2012, ligeiras movimentações, com o encerramento do balcão de Paredes, dada a proximidade de outras instalações da Companhia e a substituição do de Matosinhos pela abertura de um balcão em Vila do Conde, visando o maior apoio aos negócios do mar, localizados na região norte do País.

2. Bancasseguros

Não obstante o contexto recessivo, o canal Bancasseguros conseguiu contrariar esta tendência, muito suportado na constituição de equipas comerciais de Consultores de Seguros, especificamente orientadas para assistir a rede de distribuição do Montepio, tendo-se revelado um projeto estruturante para a Companhia e gerador de resultados, logo no seu primeiro ano de atividade, promovendo:

- Elevados níveis de interação e colaboração entre as duas redes comerciais, bancária e seguradora;
- Elevada perceção do potencial de sinergias do grupo;
- Elevado grau de aceitação da oferta integrada de seguros, por parte dos clientes do Montepio.

A integração operacional da estrutura comercial da rede ex-Finibanco aumentou os desafios da Bancasseguros. O canal conseguiu assegurar uma elevada capacidade de resposta, graças ao reforço do quadro de colaboradores e, em termos de formação, através de múltiplas ações levadas a cabo pelos Consultores de Seguros, garantindo um maior nível de conhecimentos da atividade seguradora à rede do Montepio e potenciando o desenvolvimento de novos negócios.

Do ponto de vista da oferta, foi lançado um novo produto, o “Assistência Montepio Mais Saúde”, de venda exclusiva aos associados Montepio, com coberturas de assistência médica ao domicílio, de assistência em viagem a pessoas e de serviços de conforto.

No exercício de 2012, a Bancasseguros registou um crescimento da receita de 2,5%, representativo do acréscimo de 6,2% da carteira de negócios. Em termos relativos, o contributo para o volume total de prémios passou de 11,7%, em 2011, para 14,6%, em 2012, reforçando o papel que este canal também representa para a Companhia.

No âmbito do terceiro pilar da economia, materializando a política de Responsabilidade Social do Grupo Montepio, prosseguiu o apoio à rede de gestores que fazem o acompanhamento das IPSS, dando continuidade à solução global e integrada dos últimos anos.

3. Resseguradores

Os resultados dos últimos anos, registados pelo conjunto da atividade resseguradora, em consequência dum conjunto de grandes eventos catastróficos que se verificaram um pouco por todo o mundo – o tremor de terra no Japão, as inundações na Austrália, na

Nova Zelândia e na Tailândia – provocaram acentuadas reduções dos capitais próprios de várias companhias e, naturalmente, as consequentes descidas de *rating*.

Por outro lado, a crise instalada a nível mundial, e muito especialmente no continente europeu, levou a que os *ratings* das dívidas soberanas de diversos países tenham diminuído, influenciando negativamente as notações de algumas empresas internacionais de resseguro.

Foi neste cenário que se desenvolveu a atividade resseguradora em 2012, que apresentou reduções de capacidade, especialmente para coberturas catastróficas, com implicações nos aumentos de preço.

Na Lusitania, o programa negociado respondeu positivamente às exigências, tendo confirmado a sua importância na proteção do capital e mantendo o nível de defesa das responsabilidades.

O painel de resseguradores da Companhia é o que a seguir se reproduz, demonstrando o elevado grau de segurança financeira e de capacidade técnica que esta parceria representa para a Empresa.

Painel de resseguradores e respetivo *rating*

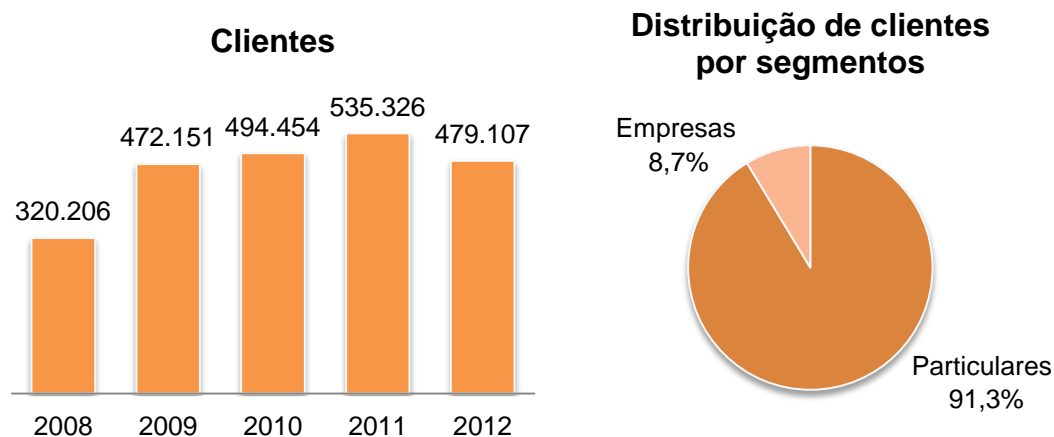
| Ressegurador | Rating |
|---------------------|--------|
| Swiss Re (líder) | AA- |
| Amlin | A |
| Axis Re | A |
| Endurance | A |
| Hannover Ruck | AA- |
| Mapfre Re | A- |
| Mitsui Sumitomo | AA- |
| MMA - Groupe Covea* | Api |
| Münchener Rück | AA- |
| Nacional Reaseguros | A- |
| Odyssey Re | A- |
| PartnerRe | AA- |
| R+V Versicherungs | AA- |
| SCOR | A+ |
| Secura | A+ |
| Sirius | A- |
| Trans Re | A+ |

* Empresa mútua não cotada em bolsa

D. CLIENTES

Em 2012, o agravamento da situação económica e financeira do país e uma forte intervenção da Companhia, no sentido de melhorar a qualidade da carteira de seguros, tiveram reflexos na redução do número de clientes, que registou uma quebra de -10,5% em relação a 2011. Esta ocorrência teve maior impacto no setor empresarial, com uma

quebra de -16,6%, enquanto os particulares sofreram uma perda de -9,9%. Com este desempenho, acentuou-se a predominância do segmento de particulares, que passou a representar 91,3%, cabendo 8,7% ao universo das empresas.



No desenvolvimento de novos produtos, com o espírito de inovação que caracteriza a Lusitania, foi reforçada a comercialização do Plano E+, um produto que privilegia a diversificação e a cobertura de um maior número de riscos a que o cliente está sujeito, permitindo a prática de preços mais convidativos e o reforço da relação. O Plano E+ assenta no conceito de extrato, reunindo num único documento toda a informação sobre os produtos que fazem parte do Plano.

Alinhando a oferta de produtos com as necessidades do mercado, a Companhia lançou um novo conceito de seguros de saúde, o Lusitania Viva e Viva +, com acesso a uma gama de serviços que permite ao cliente manter os seus cuidados de saúde e consultas a preços convencionados e muito vantajosos.

O novo seguro de Acidentes Pessoais veio melhorar a oferta integrada do ramo, reforçando o posicionamento da Lusitania e assegurando uma boa receptividade junto dos clientes e dos mediadores.

No âmbito da comunicação, foi criada uma nova imagem para os produtos Saúde Viva e Viva + e para os Acidentes Pessoais – Risco Extra Profissional.

Sofreram, ainda, atualizações, os seguintes produtos/áreas de negócio:

- Acidentes Pessoais, Renda Familiar e Acidentes de Trabalho por Conta de Outrem;
- Condomínio e Mercantile;
- Super Dono;
- Setor das Pescas, Transporte de Mercadorias, Portos e Terminais e Embarcações de Recreio.

E. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Os sistemas de informação assumem, na Lusitania, um papel fundamental na prossecução dos objetivos estratégicos e surgem como a face mais visível da inovação na Companhia, testemunhando o compromisso de toda a organização na procura de respostas mais adequadas aos desafios de uma atividade cada vez mais exigente.

De modo a responder à necessidade de produzir informação fiável, de qualidade, suficiente, atempada e relevante, em relação aos compromissos assumidos e aos riscos a que se encontra exposta, a Lusitania reforçou, durante o ano de 2012, a sua capacidade de resposta nos serviços disponibilizados aos utilizadores internos e externos.

A Companhia alargou e melhorou a oferta de produtos e serviços aos seus clientes e mediadores e desenvolveu a automatização dos controlos de risco de subscrição, com recurso a processos inovadores.

Para aumentar o nível de serviço prestado aos mediadores, foram geradas novas funcionalidades na plataforma de apoio ao negócio, de modo a consolidar a relação de parceria e estabelecer ligações eficientes com as estruturas de subscrição da Companhia, tornando mais flexível o circuito de aceitação dos pedidos de cotação.

No plano operacional, foram tomadas várias medidas para a mitigação dos riscos, como a gestão documental dos sinistros graves do ramo Acidentes de Trabalho, que irá permitir aos utilizadores um maior controlo das suas atividades e, simultaneamente, permitirá melhorar a capacidade de resposta aos sinistrados. Foi, ainda, desenvolvido um sistema de resposta automática a pedidos de informação sobre sinistros do ramo Automóvel, com a consequente geração de *inputs* para os operadores do *contact center*, proporcionando uma melhoria na qualidade de serviços.

Ainda a este nível, foram tomadas decisões para proceder a alterações informáticas, de forma a permitir à Companhia a adesão, nas melhores condições, à plataforma de Faturação Hospitalar às Seguradoras (FHS), na sequência do protocolo assinado entre a Associação Portuguesa de Seguradores e a Administração Central do Sistema de Saúde.

No quadro de análise e deteção de fraudes, foram implementadas melhorias nas ferramentas de controlo, tornando mais eficaz a monitorização deste processo, nomeadamente nas áreas de Acidentes de Trabalho, Automóvel e Incêndio e Outros Danos.

Respondendo às necessidades de segurança, exigidas pela complexidade das comunicações atuais, a Lusitania tem investido fortemente nos sistemas de segurança da informação, promovendo a certificação da norma ISO 27001, prevista para 2013 e que possibilita a implementação de um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), que responde aos requisitos para o estabelecimento, implementação, operação, monitorização, revisão, manutenção e melhoria de um sistema documentado de gestão da segurança da informação.

De modo a garantir a continuidade do negócio, já durante o corrente ano, foram realizados testes de *disaster recovery*, no início do mês de janeiro.

F. COMUNICAÇÃO

1. Imagem e Comunicação

Em 2012, a Lusitania manteve a política de consolidação de imagem junto dos seus *stakeholders*, com a divulgação da *newsletter* “*Breves Instantes*”, produzida e enviada, diariamente, a todos os colaboradores e Agentes Principais e através da participação regular na revista “*Em Directo*”, órgão de comunicação do Montepio que promove o fortalecimento da cultura interna e a coesão do espírito de grupo.

Foi, ainda, lançada uma nova revista da Lusitania, que integra uma variedade de temas culturais, técnicos e de lazer. Esta nova publicação pretende reforçar a identidade da empresa e a forma de estar no mercado, enaltecendo a Portugalidade e comunicando a informação relevante sobre as empresas que constituem o grupo Montepio. A edição e publicação deste novo meio foram, também, disponibilizadas em aplicações móveis.

2. Eventos

Alinhadas com a estratégia de dinamização da rede comercial e destinadas a mediadores da Lusitania, foram realizadas reuniões anuais na Figueira da Foz, Porto e Lisboa, com o objetivo de comunicar as orientações comerciais para 2013.

Decorrente do XIV Encontro Internacional de Resseguro, promovido pela Associação Portuguesa de Seguradores, a Lusitania voltou a ser entidade responsável pela organização do jantar de encerramento que decorreu no Palácio de Porto Covo, sede da Companhia.

No âmbito da *Tall Ships Race Lisboa 2012* e visando consolidar as relações institucionais e comerciais com o mercado, em particular com o negócio e parceiros da LusitaniaMar, a Companhia realizou uma receção a bordo do veleiro alemão, Alexander von Humboldt II.

Durante o ano, a Lusitania foi ainda anfitriã da cerimónia de entrega de prémios da Gala APCE, Associação Portuguesa de Comunicação Empresarial, também realizada na sede da Companhia.

Destaca-se, ainda, a cedência do Auditório António da Costa Leal para a realização da exposição de pintura *Wonderland in Waterland* da artista plástica Isabel Contreras de Botelho. Refira-se que parte do valor da venda dos quadros reverteu a favor da Associação das Aldeias de Crianças SOS.

Marcou-se, ainda, presença na conferência *Talenting Conference 2012*, realizada em Lisboa e dedicada ao tema sobre a felicidade no trabalho.

3. Distinções

Em 2012, a Lusitania participou no concurso do Grande Prémio de Excelência na Comunicação, promovido pela Associação Portuguesa de Comunicação Empresarial

(APCE) e, pelo segundo ano consecutivo, alcançou três distinções na categoria de *website* e *hotsite* com o jogo *Viagem Segura*, tendo recebido o Grande Prémio de Excelência.

Foram, também, obtidas duas menções honrosas pelo logotipo comemorativo dos 25 anos de atividade (Categoria Identidade Corporativa) e pelo Museu de Medalhas da Atividade Seguradora (Categoria Responsabilidade Histórica e Memória Empresarial).

G. RESPONSABILIDADE SOCIAL

1. Apoio à comunidade

Para a Lusitania, a ética empresarial e a responsabilidade social são fatores essenciais na condução dos negócios, pelo que promove e apoia, anualmente, um conjunto de iniciativas que visam intervir de forma positiva na comunidade onde está inserida.

Em estreita colaboração com o seu acionista maioritário, o Montepio Geral, foi realizada a 2ª edição do Prémio Jovem Voluntariado Montepio/Lusitania, destinado a apoiar associações ou projetos de iniciativa juvenil que se distingam social e culturalmente e dos quais resultem contributos positivos para a comunidade, sendo o valor atribuído de 25 mil euros.

Em parceria com a Fundação Montepio, a Companhia apoiou, novamente, a Frota Solidária, que visa oferecer viaturas especiais e adaptadas a instituições de solidariedade social. Manteve, ainda, em conjunto com o Montepio, a atribuição de bolsas a estudantes universitários, organizada pela Fundação Cidade de Lisboa.

Decorrente da presença da Lusitania na *The Tall Ships Race 2012*, foram convidados dez jovens, de Instituições Particulares de Solidariedade Social, para participarem no programa *Jovens e o Mar*, que se materializou no embarque, durante 10 dias, no navio de treino de mar *Creoula*.

Em 2012, a Companhia manteve o seu apoio a diversas atividades de caráter social, cultural e pedagógico, destacando-se:

- A Acreditar, Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro.
- O apoio a atividades pedagógicas destinadas a crianças, realizadas pelo Museu Nacional de História Natural e da Ciência e outros apoios para tempos livres dirigidos a crianças, da iniciativa da Casa Museu Anastácio Gonçalves.
- As Olimpíadas do Conhecimento, promovidas pela Universidade Fernando Pessoa, no Porto.
- O apoio ao Museu do Caramulo – Fundação Abel de Lacerda.
- O Congresso Anual da ANMP, Associação Nacional de Municípios Portugueses.
- O suporte dado à caravela Vera Cruz, da Aporvela, associação sem fins lucrativos de utilidade pública.

Mantiveram-se as iniciativas de voluntariado dos colaboradores da empresa, com a realização de duas grandes ações: uma, na região Norte, que se resumiu à requalificação

das áreas de jardim das Aldeias SOS de Gulpilhares e, outra, em Cascais, na CERCICA, Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais.

Ainda em 2012, a Lusitania associou-se ao GRACE, grupo de reflexão e apoio à cidadania empresarial, instituição sem fins lucrativos com papel preponderante no desenvolvimento social.

2. Mecenato

Durante o ano transato, a Companhia manteve o seu estatuto de seguradora oficial do Instituto Português de Museus e renovou o seu protocolo com o Museu da Presidência da República.

Neste sentido, patrocinou exposições da iniciativa do Museu Nacional de Arte Antiga, do Museu da Presidência, do Museu do Chiado, do Museu da Cerâmica, do Museu do Azulejo, do Museu Nacional de Arqueologia e do Palácio Nacional da Ajuda.

Com maior relevância, destaca-se o apoio à *Arte da Tapeçaria – Tradição e Modernidade*, integrada no Ano de Portugal e apresentada em São Paulo, Brasil, com obras de artistas que colaboram, ou colaboraram, na Manufatura de Tapeçarias de Portalegre, durante as últimas sete décadas. A exposição contou com exemplares de tapeçarias de Almada Negreiros, Júlio Pomar, Eduardo Nery, Vieira da Silva, Arpad Szenes, Graça Morais, Manuel Cargaleiro, José de Guimarães, Nadir Afonso, Bruno Munari, Pedro Calapez, Lourdes Castro, Álvaro Siza, Burle Marx e Nini Andrade Silva, entre outros.

3. Patrocínios

Seguindo a sua estratégia relacionada com o mar, a Lusitania foi a seguradora oficial dos *Tall Ships Race 2012*, evento mediático que atraiu mais de um milhão de pessoas ao recinto, para visitar os grandes veleiros mundiais.

Através da LusitaniaMar, marcou presença no Congresso Âncora, promovido pelo Forum Empresarial da Economia do Mar (FEM), tendo contado com o alto patrocínio do Senhor Presidente da República. Ainda neste âmbito, a Companhia tornou-se a seguradora oficial do Clube Naval de Cascais, tendo já colaborado na prova *Regata de Natal LusitaniaMar*, que contou com mais de 180 tripulações.

Ainda no âmbito desportivo, a Lusitania voltou a apoiar as modalidades de vela, atletismo e hipismo. No atletismo, destaca-se o patrocínio ao Clube Oriental do Pechão, eleito Clube do Ano 2011, no Algarve, onde se destaca a atleta olímpica Ana Cabecinha, bicampeã da modalidade. Na vela e pelo 10º ano consecutivo, manteve-se o apoio à embarcação “*Dufour*”, de 40 pés, designada “*SuperAçor*”, que participa em regatas nacionais e internacionais, onde participam diversos velejadores olímpicos e mundiais. Esta embarcação já somou 92 subidas ao pódio, das quais 36 foram do primeiro prémio. No hipismo, a Companhia foi, de novo, a seguradora oficial da 92ª edição do Concurso de Saltos Internacional Oficial (CSIO), promovido pela Sociedade Hípica Portuguesa e que integra três provas que contam para o *ranking* mundial.

Destaca-se, ainda, o apoio ao Caramulo Motor Festival, evento que agrega veículos clássicos e desportivos.

4. Defesa do património histórico e cultural

Mantendo a sua política de defesa e contributo para a conservação do património cultural português, a Lusitania recebeu, no seu museu de medalhas da atividade seguradora, a segunda parte da Coleção de Medalhas das seguradoras europeias e do continente americano, cedidas gentilmente pelo seu colecionador, Senhor Dr. Giacomo Landi, e que vêm completar o espólio já existente no museu, relativo às medalhas das seguradoras portuguesas.

III. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A. SÍNTESE DA ATIVIDADE

Numa conjuntura económica e financeira extremamente desfavorável, a Lusitania apresentou um resultado líquido que reflete o impacto da perda de receita, do agravamento considerável da taxa de sinistralidade da modalidade Acidentes de Trabalho, associado ao elevado rácio de sinistralidade do ramo Automóvel, apresentando, pela primeira vez na sua história, um resultado negativo, que se cifrou em -16.256.815 euros.

Principais indicadores da atividade

| (milhares de euros) | 2009 | 2009 (1) | 2010 | 2011 | 2012 |
|---|---------|----------|---------|---------|---------|
| Prémios brutos emitidos de seguro direto | 130.241 | 130.241 | 232.373 | 243.475 | 199.437 |
| Quota de mercado (não vida) (2) | 3,3% | 3,3% | 5,8% | 6,0% | 5,0% |
| Taxa de variação dos prémios (3) | -5,1% | -5,1% | 78,4% | 4,8% | -18,1% |
| Índice de sinistralidade | 61,5% | 61,5% | 62,7% | 71,9% | 80,8% |
| Taxa de comissionamento | 13,1% | 13,1% | 13,2% | 13,0% | 12,3% |
| <i>Expense ratio</i> | 32,6% | 32,6% | 33,7% | 30,7% | 33,0% |
| <i>Combined ratio líquido</i> | 94,1% | 94,1% | 96,4% | 102,2% | 113,8% |
| Resultado líquido | 4.292 | 3.731 | 3.034 | 104 | -16.257 |
| Investimento | 383.817 | 383.817 | 377.001 | 357.723 | 363.927 |
| Rendibilidade das vendas | 3,3% | 2,9% | 1,3% | 0,0% | -8,2% |
| Capitais próprios | 82.413 | 77.489 | 75.997 | 72.427 | 68.016 |
| Rendibilidade dos capitais próprios | 5,2% | 4,8% | 4,0% | 0,1% | -23,9% |
| Custos por natureza por apólice | 62,78 | 62,78 | 60,57 | 50,37 | 56,99 |
| Custos com pessoal por apólice | 32,41 | 32,41 | 31,40 | 24,96 | 30,14 |
| Fornecimentos e serviços externos por apólice | 25,23 | 25,23 | 21,73 | 15,96 | 15,78 |
| Cobertura da margem de solvência | 1,6 | n.d. | 1,6 | 1,7 | 1,6 |

(1) Informação relativa às contas re-expressas, decorrentes da reavaliação do *goodwill*, na sequência da aquisição da Real Seguros e da Mutuamar

(2) Para efeitos da quota de mercado, a produção da atividade seguradora representa um universo de 95,9%

(3) O crescimento consolidado, incluída a carteira da Real Seguros e da Mutuamar, em 2009, foi de 0,3%.

B. ANÁLISE DA CARTEIRA DE NEGÓCIOS

O mercado segurador mantém a tendência dos últimos anos, com uma forte competitividade baseada no preço, num contexto económico e social muito difícil, com elevados índices de desemprego e redução significativa da riqueza em muitas empresas. Neste contexto, o desempenho da Lusitania foi o seguinte:

1. Prémios

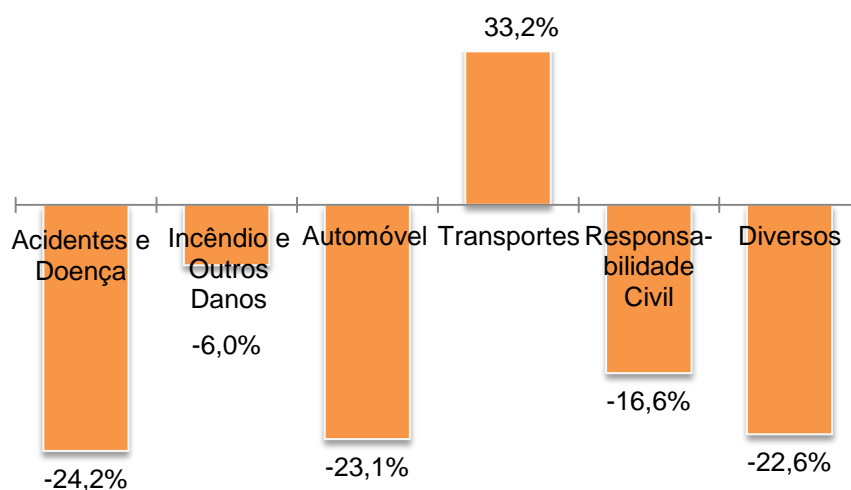
Os prémios processados apresentaram um decréscimo de -18,1%, em relação ao ano anterior, fixando-se em 199,4 milhões de euros. Esta redução manifestou-se em quase

todos os ramos, por efeito da perda de contratos e da diminuição do prémio médio, que, conjugados, tiveram particular incidência nos Acidentes de Trabalho, com uma quebra de 29,8%.

A redução da receita resultou das medidas tomadas para inverter a tendência crescente da sinistralidade observada no ano anterior, e que envolveram um maior rigor na subscrição, uma validação mais eficaz das declarações constantes das propostas do seguro Automóvel, bem como uma seleção de carteira, que também incidiu em Acidentes de Trabalho e Saúde.

A LusitaniaMar foi a exceção. Com efeito, apesar da elevada quota de mercado em Marítimo e Transportes, os prémios registaram um crescimento de 33,2%, atingindo os 12 milhões de euros. No entanto, as Mercadorias Transportadas apresentaram uma perda de -10,3%.

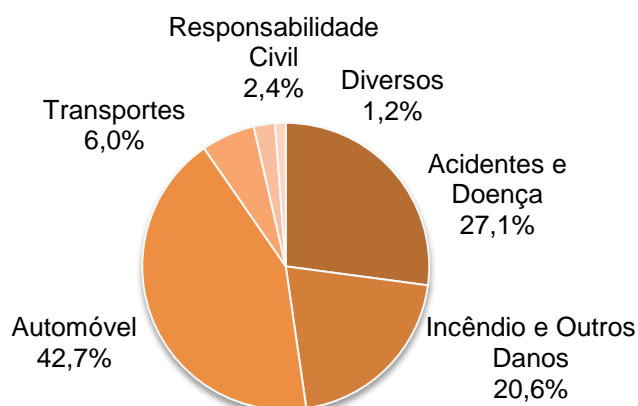
Taxas de crescimento



2. Composição da carteira

A carteira de prémios brutos emitidos de seguro direto, em 31 de dezembro de 2012, distribuía-se nos termos seguintes:

Composição da Carteira 2012

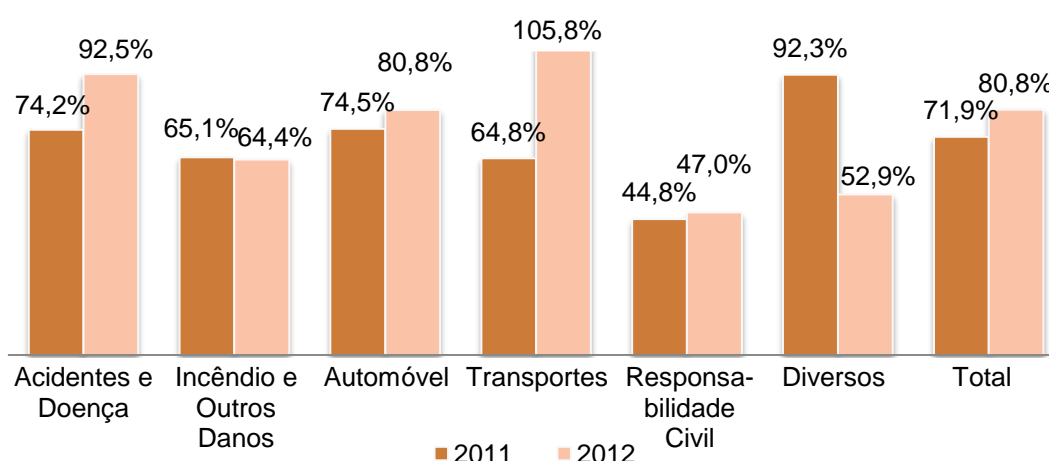


A estrutura da carteira refletiu a evolução desigual dos diversos ramos, sendo de notar a quebra acentuada em Acidentes de Trabalho e Automóvel, com os restantes ramos a manter ou a aumentar o seu peso relativo.

C. GESTÃO DOS SINISTROS

Em 2012, a taxa de sinistralidade² da Lusitania registou um considerável crescimento em relação ao ano anterior, passando de 71,9% para 80,8%. Para este resultado, muito contribuiu o aumento de sinistralidade verificado em Acidentes de Trabalho, que sofreu um acréscimo de 77,3% para 109,4%. O ramo Automóvel também acompanhou esta evolução, com um incremento de 74,5% para 80,8%, fruto do reforço de provisionamento, cujo rácio, face aos prémios brutos emitidos, passou de 93,6%, em 2011, para 114,4%, em 2012.

Taxa de sinistralidade



² Taxa de sinistralidade corresponde ao rácio entre custos com sinistros antes da imputação e os prémios adquiridos de seguro direto.

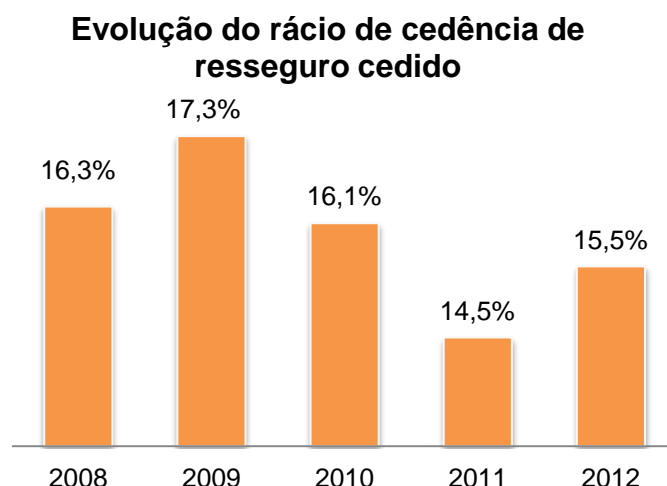
Os Transportes concorreram igualmente para esta situação, apresentando um agravamento de 41 p.p., com uma taxa de 105,8%, tal como o ramo Responsabilidade Civil que, embora com menor efeito, aumentou o rácio de 44,8% para 47,0%.

Em contrapartida, o ramo Doença registou uma descida de 3,4 pontos percentuais, e terminou o ano com 83,7%, face a 87,1% verificados em 2011, em resultado da revisão da carteira. No mesmo sentido, os ramos Diversos registaram a maior redução do ano, passando de 92,3% para 52,9%.

D. ANÁLISE DO RESSEGURO

1. Resseguro cedido

O rácio de cedência³ subiu 1 ponto percentual, relativamente a 2011. Esta subida deve-se unicamente à alteração da estrutura da carteira, onde os Acidentes de Trabalho e o Automóvel, com resseguro não proporcional, perderam peso significativo em relação à receita total.



Pelas mesmas razões, as comissões de resseguro cedido registaram uma redução de -3,3 pontos percentuais em 2012, já que o peso do resseguro proporcional no programa global continua a baixar de forma constante.

³ O rácio de cedência é o quociente entre prémios de resseguro cedido e prémios brutos emitidos de seguro direto.

| | 2011 | | | 2012 | | |
|--------------------------------------|---------------|---------------|--------------|---------------|---------------|--------------|
| | Prémios | % | Cedência | Prémios | % | Cedência |
| Resseguro proporcional | 28.130 | 79,7% | 11,6% | 23.632 | 76,6% | 11,8% |
| Tratados | 16.751 | 47,5% | 6,9% | 13.818 | 44,8% | 6,9% |
| Assistência | 7.685 | 21,8% | 3,2% | 5.952 | 19,3% | 3,0% |
| Facultativo | 2.507 | 7,1% | 1,0% | 2.832 | 9,2% | 1,4% |
| Facultativo do Negócio Internacional | 1.187 | 3,4% | 0,5% | 1.030 | 3,3% | 0,5% |
| Resseguro não-proporcional | 7.160 | 20,3% | 2,9% | 7.230 | 23,4% | 3,6% |
| Por risco | 3.269 | 9,3% | 1,3% | 3.335 | 10,8% | 1,7% |
| Proteções de retenções | 3.892 | 11,0% | 1,6% | 3.895 | 12,6% | 2,0% |
| Prémios de resseguro cedido | 35.290 | 100,0% | 14,5% | 30.862 | 100,0% | 15,5% |

A análise da distribuição dos prémios de resseguro cedido, relativamente ao seguro direto, mostra claramente o peso relativo de cada tipo de resseguro e a sua evolução. As coberturas não proporcionais ganham significado na estrutura, em detrimento das proporcionais, verificando-se que as coberturas catastróficas continuam a representar um peso importante na estrutura de custos, com um rácio de 12,6% do total. A cobertura de assistência sofreu também uma redução, como consequência da forte quebra da carteira Automóvel.

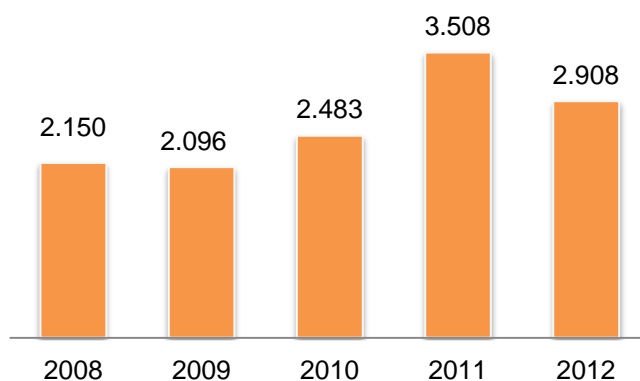
2. Resseguro aceite

Na área do resseguro aceite, a Lusitania manteve a sua política de aceitação exclusiva de participações com carácter especial ou em companhias com interesse para o Grupo. Assim, renovaram-se as participações no denominado *Pool* CIAR, na Impar, de Cabo Verde e na Moçambique, Companhia de Seguros.

Estas aceitações têm-se revelado do maior interesse, pelo conhecimento privilegiado de outros mercados, troca de experiências a nível técnico e com resultados equilibrados e estáveis ao longo do tempo.

Após uma série de vários anos de crescimento, o ano de 2012 caracterizou-se por um decréscimo de prémios, da ordem dos -17%, mercê da redução de negócio verificada nos nossos parceiros.

Evolução do resseguro aceite



E. ANÁLISE DOS CUSTOS

1. Custos de exploração

Os custos de exploração sofreram uma redução em 2012, tendo passado a representar 12,2% dos prémios brutos emitidos de seguro direto, que comparam com 12,9% no ano anterior.

Por ramos, todos sofreram um desagravamento na taxa de comissionamento, com maior expressão nos Transportes, -2,1 p.p., e nos Acidentes Pessoais, -1,6 p.p..

2. Custos por natureza

Os custos por natureza passaram a representar 20,7% dos prémios brutos emitidos de seguro direto, em 2012, face a 17,2%, em 2011. Este aumento, que corresponde a cerca de 7 milhões de euros, ficou a dever-se à forte redução da receita, -18,1%, que suplantou os ganhos de produtividade, -1,3%, resultantes da poupança nas despesas, uma vez que os objetivos da política de contenção de custos foram alcançados pelo terceiro ano consecutivo.

| (euros) | 2009 | 2009 (*) | 2010 | 2011 | 2012 |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Custos Por Natureza | 25.371.032 | 64.534.581 | 47.656.080 | 41.876.898 | 41.352.539 |
| Var. | 5,2% | 154,4% | -26,2% | -12,1% | -1,3% |
| Gastos com Pessoal | 14.178.814 | 32.758.065 | 24.706.494 | 20.753.463 | 21.868.720 |
| Var. | 7,8% | 131,0% | -24,6% | -16,0% | 5,4% |
| Fornecimentos e Serviços Externos | 8.598.505 | 22.005.223 | 17.094.832 | 13.268.424 | 11.451.558 |
| Var. | 0,2% | 155,9% | -22,3% | -22,4% | -13,7% |
| Impostos e Taxas | 552.702 | 2.864.643 | 1.237.539 | 1.788.940 | 1.986.485 |
| Var. | -7,8% | 418,3% | -56,8% | 44,6% | 11,0% |
| Depreciações e Amortizações do Exercício | 1.654.386 | 4.836.156 | 3.364.241 | 4.540.704 | 4.313.378 |
| Var. | 18,2% | 192,3% | -30,4% | 35,0% | -5,0% |
| Juros Suportados | 153.173 | 1.257.200 | 665.756 | 994.908 | 1.255.324 |
| Var. | -16,3% | 720,8% | -47,0% | 49,4% | 26,2% |
| Comissões | 233.452 | 813.292 | 587.217 | 530.459 | 477.073 |
| Var. | 15,1% | 248,4% | -27,8% | -9,7% | -10,1% |
| PRÉMIOS DE SEGURO DIRETO | 130.240.801 | 130.240.801 | 232.372.675 | 243.474.651 | 199.436.714 |
| Rácio | 19,5% | 49,6% | 20,5% | 17,2% | 20,7% |

(*) Valores consolidados com a Real Seguros e a Mutuamar

Na análise às principais rubricas, verificamos que os Gastos com Pessoal tiveram um acréscimo de 5,4%, os Fornecimentos e Serviços Externos reduziram quase 2 milhões de euros, equivalente a -13,7%, face a igual período do ano anterior, considerando que já nesse ano se havia assistido a um decréscimo superior a -22%, e os Impostos e Taxas aumentaram 11,0%, devido à subida do FAT. As Depreciações e Amortizações sofreram um decréscimo, em resultado da redução da amortização da carteira da Real. Por seu lado, os Juros Suportados cresceram mais de 250 mil euros, correspondendo ao pagamento do primeiro ano integral dos encargos com o segundo empréstimo subordinado. As Comissões registaram uma ligeira descida, refletindo o comportamento da carteira de ativos financeiros.

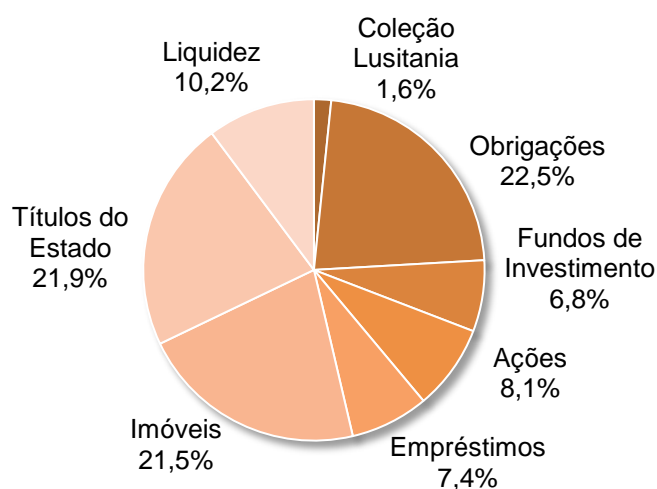
F. GESTÃO DE ATIVOS

A política de investimentos manteve-se inalterada e enquadrada por critérios de prudência e seleção próprios da atividade seguradora, delimitada pelo normativo decorrente da supervisão e pela ordem de serviço que regulamenta a política interna de investimentos.

Em 2012, a carteira da Companhia atingiu um valor próximo dos 364 milhões de euros e é constituída, essencialmente, por obrigações de taxa fixa e de taxa variável e por imóveis. Os ativos de risco representam, apenas, cerca de 8,2% do total, enquanto os fundos de investimento representam 6,7%.

Registe-se, ainda, o peso relativo dos valores de liquidez, correspondentes aos saldos de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo, que representam 10,2% da carteira, justificados pelo registo de prestações suplementares de capital, no valor de 20 milhões de euros, realizadas no final do exercício pelos acionistas Montepio Geral Associação Mutualista e Caixa Económica Montepio Geral. O peso relativo da liquidez seria de 5,0%, caso não se tivesse realizado esta operação.

Estrutura de ativos financeiros



O investimento líquido de desinvestimento, a preços de aquisição, foi de 594.191 euros. Este valor seria de -19.405.809 euros se não se tivessem realizado as prestações suplementares já referidas. O desinvestimento é reflexo da conjuntura económica atual e do efeito que as medidas de austeridade adotadas em Portugal têm tido na situação económica e financeira das empresas e dos particulares. Da mesma forma, o saneamento da carteira da Lusitania e o esforço de integração dos ativos e passivos da Real Seguros e da Mutuamar, que ocorreu em dezembro de 2009, cujos efeitos se fizeram sentir no decurso dos últimos anos, também contribuíram para este resultado. O quadro abaixo resume o investimento líquido do ano, por tipo de ativo.

Composição dos investimentos líquidos por tipo de ativo

| | 2011 | 2012 |
|------------------------|--------------------|----------------|
| Liquidez | 4.299.891 | 18.214.164 |
| Depósitos a prazo | 10.000 | -4.710.000 |
| Obrigações | -14.418.203 | -5.374.862 |
| Ações | -2.225.546 | -7.205.655 |
| Fundos de investimento | -1.166.031 | -7.048.896 |
| Imóveis | 3.840.407 | 1.307.693 |
| Coleção Lusitania | -5.574.792 | 4.791.657 |
| Empréstimos | 833.629 | 620.090 |
| TOTAL | -14.400.646 | 594.191 |

Em relação à estrutura da carteira, a preços de inventário, é de salientar que a variação, face ao ano anterior, foi superior a 6.2 milhões de euros, devido às prestações suplementares de capital. Sem esta operação, a variação seria negativa, em cerca de -13.8 milhões de euros, em resultado da contração dos mercados financeiros e ao desinvestimento realizado.

A estrutura da carteira, imóveis e património artístico em 2011 e em 2012, é a que se apresenta no quadro a seguir.

Composição dos investimentos por tipo de ativo

| | 2011 | | 2012 | | |
|---------------------------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|-------------|
| | Valor | % | Valor | % | Var. |
| Ações Nacionais | 25.237.518 | 7,1% | 21.823.734 | 6,0% | -13,5% |
| Ações Estrangeiras | 12.555.220 | 3,5% | 7.561.789 | 2,1% | -39,8% |
| Dívida Pública Nacional | 56.251.710 | 15,7% | 78.661.744 | 21,6% | 39,8% |
| Dívida Pública Estrangeira | 7.680.936 | 2,1% | 1.035.882 | 0,3% | -86,5% |
| Outras Obrigações Nacionais | 59.363.786 | 16,6% | 55.771.007 | 15,3% | -6,1% |
| Outras Obrigações Estrangeiras | 35.973.520 | 10,1% | 25.978.767 | 7,1% | -27,8% |
| FIM Nacionais | 7.581.017 | 2,1% | 1.505.286 | 0,4% | -80,1% |
| FIM Estrangeiros | 4.938.491 | 1,4% | 7.234.377 | 2,0% | 46,5% |
| FII Nacionais | 19.217.045 | 5,4% | 14.693.898 | 4,0% | -23,5% |
| FII Estrangeiros | 0 | 0,0% | 1.119.037 | 0,3% | 0,0% |
| Imóveis | 77.803.762 | 21,7% | 78.423.085 | 21,5% | 0,8% |
| Liquidez de curto e médio prazo | 23.586.829 | 6,6% | 37.173.280 | 10,2% | 57,6% |
| Empréstimos | 26.402.844 | 7,4% | 27.022.934 | 7,4% | 2,3% |
| Outros ativos | 1.130.226 | 0,3% | 5.921.884 | 1,6% | 424,0% |
| Valor da carteira | 357.722.904 | 100,0% | 363.926.704 | 100,0% | 1,7% |

O risco da carteira encontra-se localizado, essencialmente, em território português ou da União Europeia. No entanto, com a integração das carteiras da Real Seguros e da Mutuamar, em 2009, a concentração dispersou-se por outras zonas geográficas, como os Estados Unidos e "Outros". Neste caso particular, encontra-se um montante de 5.640.370 euros referente a investimentos localizados no Bahrein; o restante encontra-se disseminado por outros estados europeus, cujo valor não excede um milhão de euros por país. À exceção destes casos, não se verificou qualquer outra alteração significativa quanto à concentração dos investimentos em outros países da Europa ou do mundo.

Toda a carteira da Lusitania está denominada em euros, existindo, no entanto, um título em moeda moçambicana.

Composição da carteira por País

| | 2011 | | 2012 | |
|----------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| Portugal | 290.536.554 | 81,2% | 321.793.779 | 88,4% |
| Espanha | 15.800.293 | 4,4% | 11.885.181 | 3,3% |
| França | 6.254.422 | 1,8% | 1.492.792 | 0,4% |
| Alemanha | 3.598.575 | 1,0% | 2.580.307 | 0,7% |
| Estados Unidos | 3.344.283 | 0,9% | 2.391.695 | 0,7% |
| Países Baixos | 2.303.591 | 0,6% | 755.691 | 0,2% |
| Reino Unido | 6.278.470 | 1,8% | 3.944.857 | 1,1% |
| Itália | 8.137.596 | 2,3% | 3.419.480 | 0,9% |
| Áustria | 615.569 | 0,2% | 614.030 | 0,2% |
| Luxemburgo | 7.726.020 | 2,2% | 4.652.889 | 1,3% |
| Outros | 13.127.530 | 3,7% | 10.396.003 | 2,9% |
| TOTAL | 357.722.904 | 100,0% | 363.926.704 | 100,0% |

O total da carteira de obrigações sob gestão ascendeu a mais de 160 milhões de euros, dos quais 81,0% correspondem a títulos de taxa fixa e 19,0% a títulos de taxa variável.

O quadro a seguir caracteriza a carteira de obrigações quanto ao tipo de taxa de juro.

Tipo de taxa de juro da carteira de obrigações

| | 2011 | | 2012 | |
|------------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| Fixa | 92.937.857 | 58,4% | 130.704.934 | 81,0% |
| Variável | 63.250.968 | 39,7% | 30.736.573 | 19,0% |
| Cupão Zero | 3.033.992 | 1,9% | 0 | 0,0% |
| <i>Defaulted</i> | 47.135 | 0,0% | 5.893 | 0,0% |
| TOTAL | 159.269.952 | 100,0% | 161.447.400 | 100,0% |

A qualidade dos títulos que compõem a carteira de obrigações pode constatar-se através da análise dos *ratings* das emissões, apresentados no quadro seguinte.

Rating da carteira de obrigações

| | 2011 | | 2012 | |
|--------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| AAA | - | - | - | 0,0% |
| AA+ | 152.920 | 0,1% | 109.904 | 0,1% |
| AA | 332.938 | 0,2% | - | 0,0% |
| AA- | 1.630.848 | 1,0% | 336.038 | 0,2% |
| A+ | 4.368.055 | 2,7% | 2.244.702 | 1,4% |
| A | 12.656.023 | 8,0% | 2.108.401 | 1,3% |
| A- | 42.706.575 | 26,8% | 9.538.625 | 5,9% |
| BBB+ | 6.387.213 | 4,0% | 2.142.976 | 1,3% |
| BBB | 4.049.736 | 2,5% | 5.180.034 | 3,2% |
| BBB- | 1.418.466 | 0,9% | 6.478.164 | 4,0% |
| BB+ | 4.843.306 | 3,0% | 2.276.889 | 1,4% |
| BB | 58.221.936 | 36,6% | 80.350.647 | 49,8% |
| BB- | 9.599.071 | 6,0% | 7.085.861 | 4,4% |
| B+ | 945.458 | 0,6% | 34.837.617 | 21,6% |
| B | 1.735.841 | 1,1% | 2.181.437 | 1,4% |
| B- | - | - | - | 0,0% |
| CCC | 1.417.291 | 0,9% | 791.593 | 0,5% |
| CC | - | - | - | 0,0% |
| C | - | - | 95.697 | 0,1% |
| D | - | - | 5.893 | 0,0% |
| Desconhecido | 8.804.274 | 5,5% | 5.682.921 | 3,5% |
| TOTAL | 159.269.952 | 100,0% | 161.447.400 | 100,0% |

A descida dos *ratings* está intimamente associada à degradação das dívidas soberanas dos estados Europeus e às emissões das principais empresas desta zona económica. A este propósito, deve-se salientar que, nos últimos dois anos, a política de investimentos da Companhia tem sido orientada para a aplicação de fundos em dívida pública nacional, cujo *rating* é BB. Refira-se ainda que, nos ativos com *rating* B+, se encontram registados cerca de 34 milhões de euros relacionados com títulos emitidos pelas empresas do Grupo.

Quanto à maturidade da carteira de obrigações, 59,2% tem vencimentos entre 2013 e 2016, valor que compara com 64,4% do ano anterior.

Duração da carteira de obrigações

| | 2011 | | 2012 | |
|------------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| < 6 meses | 49.195.156 | 30,9% | 25.887.056 | 16,0% |
| 6 meses a 1 ano | 3.887.940 | 2,4% | 17.883.862 | 11,1% |
| 1 ano a 3 anos | 37.305.090 | 23,4% | 32.777.303 | 20,3% |
| 3 anos a 5 anos | 12.138.789 | 7,6% | 20.074.565 | 12,4% |
| 5 anos a 10 anos | 44.627.867 | 28,0% | 54.951.122 | 34,0% |
| > 10 anos | 12.115.109 | 7,6% | 9.873.492 | 6,1% |
| TOTAL | 159.269.952 | 100,0% | 161.447.400 | 100,0% |

Por outro lado, em termos de duração da carteira, constata-se que 52,6% dos títulos apresenta um valor igual ou superior a 3 anos, e que cerca de 40,1% tem uma duração

superior a cinco anos. Em 2011, estes rácios eram de 43,2% e 35,6%, respetivamente. Os ativos com durações de curto prazo representam, assim, cerca de um terço da carteira.

G. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os resultados técnicos traduzem a consequência da forte quebra da receita e do incremento da taxa de sinistralidade, muito particularmente, em Acidentes de Trabalho, Doença e Automóvel. No mesmo sentido, deve relevar-se a presença de ativos financeiros em carteira com rendibilidades reduzidas.

Como consequência, a Lusitania apresentou, no exercício de 2012, um resultado líquido de impostos de -16.256.815 euros.

| Resultados e rendibilidades | 2009 | 2009 (1) | 2010 | 2011 | 2012 |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------|
| Resultados técnicos | 6.408.368 | 6.408.368 | -108.490 | -7.507.566 | -22.019.569 |
| Var. | 79,4% | 0,0% | -101,7% | -1143,1% | -193,3% |
| EBITDA | 8.062.754 | 8.062.754 | 3.255.752 | -2.966.862 | -17.706.191 |
| Var. | 63,2% | 0,0% | -59,6% | -172,6% | -496,8% |
| Margem EBITDA | 6,1% | 6,1% | 1,4% | -1,2% | -8,9% |
| Var. p.p. | 2,5 | 0,0 | -4,7 | -3,0 | -7,7 |
| Resultados antes de imposto | 7.832.341 | 7.271.377 | 4.991.365 | -2.516.201 | -21.344.559 |
| Var. | 112,2% | -7,2% | -31,4% | -150,4% | -748,3% |
| Resultado líquido | 4.292.429 | 3.731.036 | 3.034.497 | 104.452 | -16.256.815 |
| Var. | 79,4% | -13,1% | -18,7% | -96,6% | -15664,0% |
| Capitais próprios | 82.412.610 | 77.489.082 | 75.997.403 | 72.427.331 | 68.015.588 |
| Var. | 224,4% | -6,0% | -1,9% | -4,7% | -6,1% |
| Rendibilidade das vendas | 3,3% | 2,9% | 1,3% | 0,0% | -8,2% |
| Var. p.p. | 1,6 | -0,4 | -1,6 | -1,3 | -8,2 |
| ROE | 5,2% | 4,8% | 4,0% | 0,1% | -23,9% |
| Var. | -4,2 | -0,4 | -0,8 | -3,8 | -24,0 |

(1) Informação relativa às contas re-expressas, decorrentes da reavaliação do *goodwill*, resultante da aquisição da Real Seguros e da Mutuamar

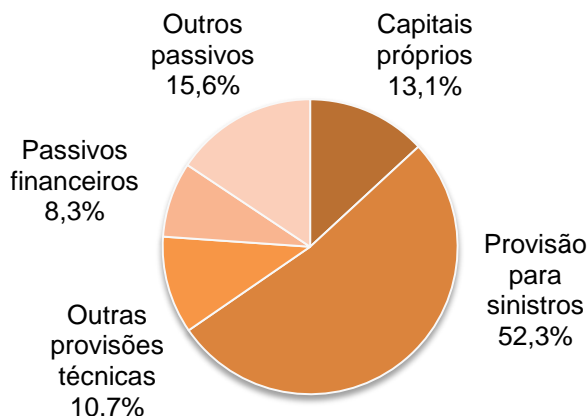
H. GESTÃO DO CAPITAL

1. Estrutura do capital

Face à evolução dos capitais próprios e na sequência dos resultados ocorridos no final do exercício, foram registadas, como já atrás se referiu, prestações suplementares de capital no valor de 20 milhões de euros, realizadas pelos acionistas Montepio Geral Associação Mutualista e Caixa Económica Montepio Geral, de modo a acomodar os limites legais da margem de solvência consolidada, com a N Seguros.

A estrutura de capital da Lusitania está orientada para a gestão da sua atividade, enquanto companhia de seguros. Os ativos financeiros servem sobretudo para cobrir as responsabilidades assumidas, que constituem 63,0% do balanço. Os capitais próprios, juntamente com os empréstimos obrigacionistas contraídos, constituem as principais fontes de financiamento da atividade e representam 21,4% do total do balanço.

Estrutura de balanço

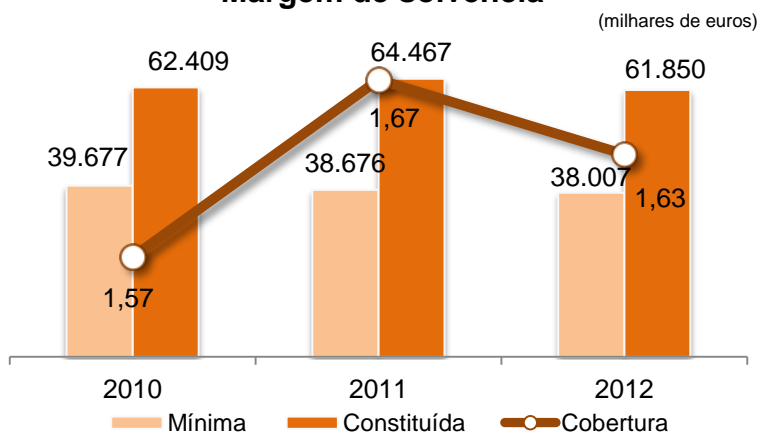


Os capitais próprios sofreram uma variação negativa de -4.4 milhões de euros, face a 2011, incluindo as prestações suplementares de capital no valor de 20 milhões de euros, atingindo os 68.0 milhões de euros, por efeito dos ajustamentos no justo valor dos ativos financeiros, que passaram de -9.8 milhões de euros, em 2011, para -5.9 milhões de euros, em 2012, e da transferência para resultados transitados do reporte de prejuízos da Real, no montante de -11.2 milhões de euros. O resultado líquido também sofreu uma quebra de -16.4 milhões de euros, no mesmo período.

2. Solvência

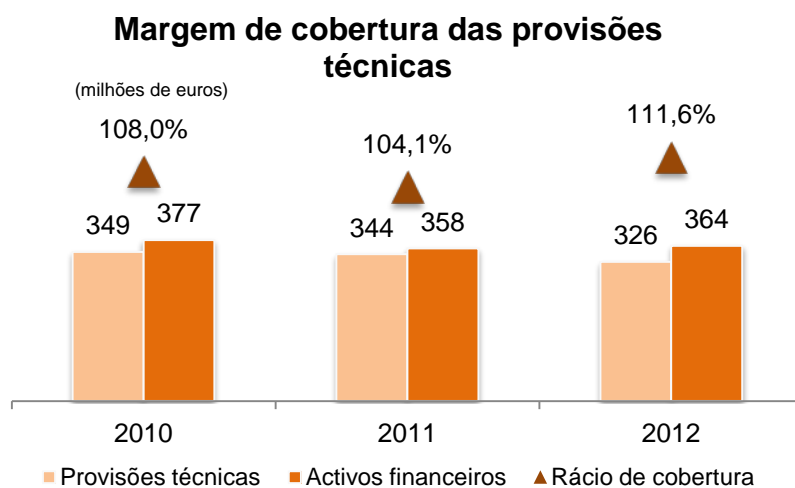
A margem de solvência da Lusitania, calculada de acordo com o normativo em vigor, era, em 31 de dezembro de 2012, de 38.0 milhões de euros, com um capital disponível de 61.9 milhões de euros, equivalente a 163% da margem.

Margem de solvência



As provisões técnicas atingiram um montante de 326 milhões de euros, registando, em termos absolutos, uma redução de 5,1% abaixo do valor alcançado em 2011. No entanto, para o mesmo período, o rácio de provisões para sinistros subiu de 114,1% para 135,8%, face aos prémios brutos emitidos.

Os ativos representativos tiveram uma variação positiva de 1,7%, fixando-se em 364 milhões de euros. Deste modo, o grau de cobertura das provisões técnicas passou de 104,1% para 111,6%.



IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de -16.256.815,30, seja levado, na totalidade, a Resultados Transitados.

V. PERSPETIVAS PARA 2013

A. A ATIVIDADE ECONÓMICA

As projeções do Banco de Portugal, publicadas no Boletim Económico de Inverno de 2012, apontam para uma contração da economia portuguesa, em 2013, seguida de uma ligeira recuperação da atividade económica, em 2014.

A contínua redução do produto interno reflete a quebra da procura interna, resultado da implementação das medidas de consolidação orçamental. A contração da procura interna foi acompanhada por um crescimento das exportações, o qual não tem sido, no entanto, suficiente para compensar o impacto negativo dos baixos níveis de procura interna.

O Banco de Portugal assume que, para 2014, não existirão medidas adicionais de consolidação orçamental, para além das incluídas no Orçamento do Estado para 2013. Esta recuperação comporta, assim, riscos elevados.

B. ENQUADRAMENTO DO MERCADO SEGURADOR

A execução das medidas estabelecidas ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal tem vindo a criar um ajustamento muito pronunciado na economia portuguesa, com alterações profundas nos padrões de consumo.

A manutenção da contração da atividade económica, a redução do consumo dos agentes internos, o aumento do desemprego, a forte redução do rendimento disponível das famílias e das empresas constituem desafios enormes para a atividade seguradora.

O mercado dos seguros Não Vida, apesar do enquadramento muito negativo para a atividade, manteve-se resiliente à recessão. Contudo, alguns segmentos do negócio, como os Acidentes de Trabalho, têm sido mais afetados pela crise.

A resposta através da concorrência pelo preço será insustentável, pelo que deverão aumentar os níveis de eficiência, com qualidade, respondendo da melhor forma às crescentes exigências de proteção e segurança dos clientes.

C. A ESTRATÉGIA PARA O TRIÉNIO 2011-2013

A Lusitania prosseguiu, em 2012, as grandes linhas de desenvolvimento do plano estratégico para o triénio 2011-2013, explicitados no Programa “Consolidar para Ganhar”. Este plano definiu objetivos de crescimento sustentável, de aumento da rentabilidade, de melhoria da qualidade e da eficiência. Contudo, o cumprimento de alguns dos vetores ficou aquém das expectativas, devido, fundamentalmente, ao agravamento da situação económica e financeira do país e a uma forte intervenção na qualidade da carteira de seguros da Companhia.

Os desafios identificados no plano 2011-2013 são de natureza muito diferenciada e requerem uma atuação contínua e determinada para os ultrapassar:

- Agravamento da crise económica e financeira
- Estagnação do mercado segurador Não Vida
- Forte pressão nos preços
- Escassez de capital e maiores exigências de remuneração
- Seguros encarados como uma *commodity* (massificados)
- Quadro regulatório mais restritivo na gestão dos riscos – Solvência II

O Programa “Consolidar para Ganhar” é constituído por um conjunto de iniciativas integradas, com vista ao aprofundamento dos vetores de desenvolvimento. Estes planos estão a ser executados desde o início de 2011.

O cumprimento do programa registou ajustamentos em cada ano, em virtude do ambiente recessivo. Para o ano de 2013, a Companhia definiu os seus objetivos de forma a recuperar a quota de mercado, com qualidade e rendibilidade.

Neste âmbito, a Lusitania vai reforçar as alianças com os canais de distribuição, através da criação de uma nova segmentação da rede de mediação, com maior enfoque na rendibilidade, apoiando a sua estratégia e disponibilizando um conjunto de meios para que os seus parceiros possam responder mais eficientemente aos clientes. Por outro lado, vai intensificar as ações junto do canal bancário, desenvolvendo novos produtos e serviços, complementando a oferta da rede do Montepio.

Com o objetivo de oferecer as soluções mais alinhadas às necessidades dos clientes e à situação económica e financeira que o país atravessa, a Companhia vai investir num programa que visa aumentar o conhecimento dos tomadores e segurados, garantindo um elo mais forte entre os produtos e os clientes.

Procurando consolidar a sua estratégia e aumentar a sustentabilidade, a Lusitania vai promover ações de diferenciação por áreas de negócio, identificando nichos de mercado, com maior enfoque no cliente.

Para apoiar a implementação do programa, definiram-se linhas de orientação para aumentar a eficiência dos processos, melhorando os mecanismos de controlo, tornando mais flexível o ciclo de produção e simplificando a estrutura da organização.

De forma a garantir a remuneração de todas as partes, a Companhia vai investir na rendibilidade técnica, prosseguir a política de contenção de custos e otimizar a gestão de ativos financeiros, promovendo o aumento de competências dos seus colaboradores e desenvolvendo um modelo de incentivos integrado no sistema de avaliação de desempenho.

Antecipando um futuro próximo, a Lusitania vai sistematizar o orçamento de risco, a partir de um modelo interno de gestão de riscos, reformulando as tarifas e as políticas de aceitação, através de uma gestão mais sustentada do preço, consolidando a qualidade do serviço prestado e garantindo os objetivos estratégicos definidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A 6 de junho de 1986, nascia um novo projeto na atividade seguradora. Em pouco tempo, a Lusitania adquiriu um estatuto que só foi possível graças à dinâmica dos seus fundadores. O Senhor Dr. Arez Romão, líder desde a primeira hora, cessou funções no dia 31 de janeiro do corrente ano.

A expressão e dimensão que a empresa alcançou no mercado segurador, constituindo um justo motivo de orgulho para todos os que a ela estão, ou estiveram associados, são o resultado da dedicação e trabalho do Senhor Dr. Arez Romão que, com o seu distinto carisma, promoveu um espírito empreendedor, inspirou uma vasta equipa de colaboradores e conduziu os destinos desta Companhia.

No momento em que a empresa assume uma nova etapa da sua vida, o Conselho de Administração vem prestar homenagem ao esforço e abnegação daquele que, durante mais de 25 anos, foi a figura incontornável deste grande projeto.

A terminar o presente Relatório, o Conselho de Administração deixa aqui uma palavra de agradecimento a todos quanto contribuíram para o desenvolvimento e afirmação da Companhia, destacando especialmente:

- . As Autoridades de Supervisão, em especial o Instituto de Seguros de Portugal;
- . A Associação Portuguesa de Seguradores, as Associações de Mediadores e os Sindicatos da Atividade;
- . A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas;
- . Os Clientes, Agentes, Corretores e Resseguradores;
- . As Administrações e Colaboradores das empresas do Grupo Montepio.

Os nossos agradecimentos, também, a todos os Colaboradores da Companhia, pelo esforço desenvolvido nas suas áreas de responsabilidade.

A finalizar, o Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos aos Senhores Acionistas pelo apoio sempre recebido.

Lisboa, 18 de março de 2013

O Conselho de Administração

António Tomás Correia
Presidente

Fernando Dias Nogueira
Vice-Presidente

Jorge José Conceição Silva
Administrador

Virgílio Manuel Boavista Lima
Administrador

Artur Luis Martins
Administrador

ANEXO

RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Princípios de boa governação

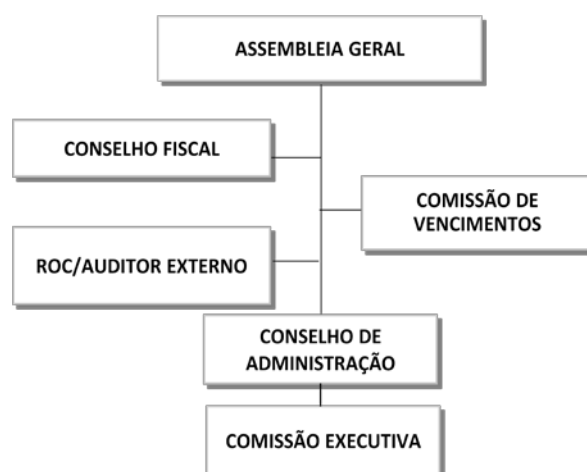
A governação da Lusitania baseia-se no princípio da criação sustentável de valor. Os principais objetivos são a garantia da confiança dos seus clientes, o apoio aos seus mediadores, a satisfação dos seus colaboradores e parceiros e o reconhecimento dos seus acionistas.

As regras de boa governação assentam nas melhores práticas, claramente definidas no código de conduta, cujos princípios de correção, honestidade, profissionalismo, transparência e cooperação são os alicerces de todas as relações contratuais. Este código estabelece, igualmente, os princípios de conformidade e a forma como são aplicadas as políticas globais da Companhia.

A Lusitania atribui uma importância fundamental à satisfação do cliente e à preservação de elevados padrões de qualidade nos seus serviços. Os procedimentos internos e as tecnologias adotadas suportam estes objetivos e permitem o controlo da execução.

2. Estrutura do Governo

Nos termos estatutários, a gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três a sete membros eleitos quadrienalmente, sendo permitida a sua reeleição.



Atualmente, o Conselho de Administração, eleito para o quadriénio 2011/2014, é composto por cinco administradores, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e três Vogais.

Compete ao Conselho de Administração gerir os negócios da sociedade com os mais amplos poderes. A fiscalização dos atos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e por um revisor oficial de contas eleitos quadrienalmente, sendo reelegíveis.

Já em 2013, a 21 de fevereiro, foi constituída uma Comissão Executiva composta por quatro administradores, sendo um Presidente e três Vogais, que dispõe de poderes de gestão corrente, delegados pelo Conselho de Administração.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração são fixadas por uma Comissão de Vencimentos composta por três membros eleitos quadrienalmente pelos acionistas, podendo ser reelegíveis.

A composição e identificação dos Órgãos Sociais e do Governo da Companhia é a seguinte:

Assembleia Geral

| | |
|------------|---------------------------|
| Presidente | Vitor José Melícias Lopes |
| Secretário | José Joaquim Fragoso |
| Secretário | António Ferreira Carvalho |

Conselho de Administração

| | |
|-----------------|-------------------------------|
| Presidente | António Tomás Correia |
| Vice-Presidente | Fernando Dias Nogueira |
| Administrador | Jorge José da Conceição Silva |
| Administrador | Virgílio Manuel Boavista Lima |
| Administrador | Artur Luis Martins |

Comissão Executiva

| | |
|---------------|-------------------------------|
| Presidente | Fernando Dias Nogueira |
| Administrador | Jorge José da Conceição Silva |
| Administrador | Virgílio Manuel Boavista Lima |
| Administrador | Artur Luis Martins |

Conselho Fiscal

| | |
|-----------------|--|
| Presidente | Manuel da Costa Braz |
| Vice-Presidente | José Augusto Perestrello Alarcão Troni |
| Vogal | Fernando Vassalo Namorado Rosa |

Revisor Oficial de Contas

| | |
|--|---|
| KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA | Representada por Ana Cristina Soares Valente Dourado |
|--|---|

Comissão de Vencimentos

| |
|--|
| Vitor José Melícias Lopes |
| Eduardo José da Silva Farinha |
| Norberto da Cunha Junqueiro F. Félix Pilar |

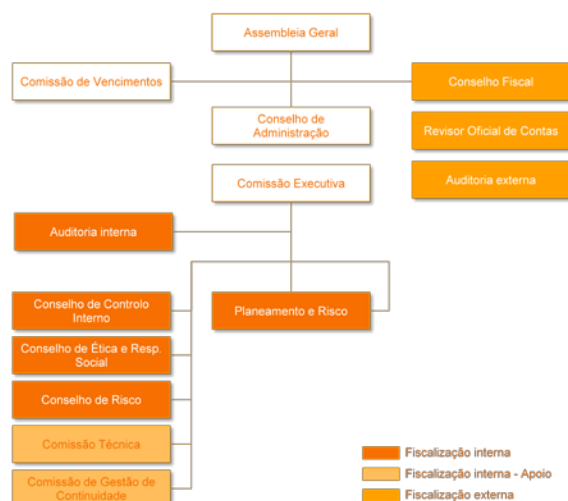
3. Estrutura de suporte ao Governo

A implementação da estratégia da Companhia é apoiada numa estrutura hierárquica e flexível, com competências específicas e transversais, que, em cada momento, se procura sejam as mais adequadas aos objetivos a atingir.

A estrutura da Lusitania desenvolve a sua atividade de modo a dar corpo à execução da estratégia e dos planos de negócio, apoiada num adequado controlo interno, garantindo os princípios de melhoria contínua na gestão de riscos e a minimização de conflitos de interesses. Trata-se de um modelo baseado na sustentabilidade empresarial, assente numa elevada transparência e responsabilidade e na gestão eficiente de recursos, construído sobre os melhores padrões de comportamento ético, de forma a responder aos desafios de competitividade e rigor exigidos pelo mercado, pelos órgãos de supervisão e pela cultura do grupo empresarial em que se insere – o Montepio Geral.



Destacamos, pela relevância no controlo da atividade empresarial, os órgãos de Controlo Interno e de Fiscalização:



4. Capital e principais acionistas

O capital da Lusitania está fixado em 26.000.000 Euros (vinte e seis milhões de euros), distribuídos por 5.200.000 ações (cinco milhões e duzentas mil ações), maioritariamente concentradas no grupo Montepio (95.2%).

| Instituições | Nº de ações | % | Valor (€) |
|--|--------------------|----------------|-------------------|
| Montepio Geral - Associação Mutualista | 3.339.317 | 64,22% | 16.696.585 |
| Caixa Económica Montepio Geral | 1.333.928 | 25,65% | 6.669.640 |
| Lusitania Vida Companhia de Seguros | 281.145 | 5,41% | 1.405.725 |
| Restantes acionistas | 245.610 | 4,72% | 1.228.050 |
| Total | 5.200.000 | 100,00% | 26.000.000 |

5. Política de remuneração

A Comissão de Vencimentos, eleita em Assembleia Geral, determina a remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização.

A remuneração dos administradores executivos visa uma gestão sã e prudente e é estabelecida em função da dimensão, do desempenho e dos resultados alcançados.

Nos termos da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, é submetida anualmente à Assembleia Geral a aprovação de uma declaração sobre a política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de Administração e Fiscalização.

As remunerações auferidas, em 2012, foram fixadas pela Comissão de Vencimentos, não tendo as remunerações do Conselho de Administração sofrido qualquer atualização salarial no exercício. Os Administradores renunciaram ao recebimento das gratificações correspondentes ao exercício de 2011 e que deveriam ter sido liquidadas em 2012.

O administrador não executivo do Conselho de Administração não auferir qualquer remuneração. Os administradores executivos que tenham funções em outras empresas do Grupo não auferem qualquer remuneração nessas empresas. Não são atribuídos aos administradores benefícios não pecuniários relevantes que sejam considerados como remuneração.

6. Pensões de Reforma

Em Assembleia Geral, realizada em 2006, foi deliberado que os membros do Conselho de Administração que possuíam contrato de trabalho como diretores da Companhia antes da sua eleição para administradores teriam, nos termos do aludido contrato, direito a uma pensão complementar de reforma à atribuída pela Segurança Social para 80% da última remuneração base.

A pensão de reforma encontra-se financiada pelo Fundo de Pensões e será paga por este.

7. Remunerações auferidas pelos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Nos termos do artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho, a Comissão de Vencimentos propôs à aprovação da Assembleia Geral Anual de 27 de março de 2012, uma declaração sobre a política de remunerações dos membros dos respetivos Órgãos de Administração e de Fiscalização, aprovada e exarada na Ata nº 13/2011. Assim, as remunerações

auferidas, em 2012, pelos membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização foram as seguintes:

a. Agregado

| Órgãos Sociais | Remunerações | Encargos | Total |
|---------------------------|--------------|-----------|------------|
| Conselho de Administração | 526.932,87 | 46.748,94 | 585.181,81 |
| Conselho Fiscal | 11.500,00 | 0.00 | 11.500,00 |

b. Individual

| Membros dos Órgãos Sociais | Remunerações | Encargos | Total |
|--|--------------|-----------|------------|
| <u>Conselho de Administração</u> | | | |
| António Tomás Correia | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| José António de Arez Romão ⁴ | 241.794,00 | 18.910,97 | 260.704,97 |
| Fernando Dias Nogueira ⁵ | 59.580,00 | 4.887,09 | 64.467,09 |
| Jorge José da Conceição Silva ⁶ | 197.838,87 | 16.887,43 | 214.726,30 |
| Virgílio Manuel Boavista Lima ⁷ | 27.720,00 | 6.063,45 | 33.783,45 |
| Artur Luis Martins ⁸ | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| <u>Conselho Fiscal</u> | | | |
| Manuel da Costa Braz | 4,500,00 | 0.00 | 4,500,00 |
| José Augusto Perestrelo Alarcão Troni | 3,500.00 | 0.00 | 3,500.00 |
| Fernando Vassalo Namorado Rosa | 3,500.00 | 0.00 | 3,500.00 |

8. Remuneração do Auditor/Revisor Oficial de Contas

O valor faturado pelos auditores externos, KPMG, ascendeu, em 2012, a 135.000 euros (sem IVA) e compreende os trabalhos relacionados com a Auditoria Externa e com a emissão da Certificação Legal de Contas.

9. Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização no Capital da Lusitania

Nos termos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, os membros dos Órgãos Sociais e de Fiscalização devem comunicar o número de ações e de obrigações da Sociedade de que são titulares. Nestas circunstâncias, os membros que detinham posições financeiras na Companhia eram os seguintes:

| Membros do Conselho de Administração | Ações detidas em 31/12/2012 | Ações detidas em 31/12/2011 |
|--------------------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| José António de Arez Romão | 6.600 | 6.600 |
| Jorge José da Conceição Silva | 6 | 6 |

⁴ Cessou funções em 31 de janeiro de 2013.

⁵ Iniciou funções em 1 de outubro de 2012.

⁶ Valor regularizado devido a período de baixa.

⁷ Valor que acresce ao montante recebido da Caixa Económica Montepio Geral, a cujo quadro de efetivos pertence, encontrando-se destacado na Lusitania, com funções executivas. O valor global auferido corresponde à remuneração de vogal do Conselho de Administração da Lusitania (206.907,58 euros).

⁸ Iniciou funções em 21 de fevereiro de 2013.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2012

| Notas do anexo | ATIVO | Valor Bruto | Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos | Valor Líquido | Exercício 31-12-2011 |
|----------------|--|--------------------|---|--------------------|----------------------|
| 8 | Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | 26.682.800 | - | 26.682.800 | 8.439.627 |
| 7 | Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 13.396.268 | - | 13.396.268 | 13.396.268 |
| 5 | Ativos financeiros detidos para negociação | 2.857.639 | - | 2.857.639 | 3.085.303 |
| 6 | Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas | 5.005.341 | - | 5.005.341 | 5.914.292 |
| | Derivados de cobertura | - | - | - | - |
| 6 | Ativos financeiros disponíveis para venda | 137.675.170 | - | 137.675.170 | 143.532.141 |
| 6 | Empréstimos concedidos e contas a receber | 37.513.481 | - | 37.513.481 | 42.025.769 |
| | Depósitos junto de empresas cedentes | 437.852 | - | 437.852 | 475.723 |
| | Outros depósitos | 10.490.480 | - | 10.490.480 | 15.147.202 |
| | Empréstimos concedidos | 26.585.150 | - | 26.585.150 | 26.402.844 |
| | Contas a receber | - | - | - | - |
| | Outros | - | - | - | - |
| 6 | Investimentos a deter até à maturidade | 56.451.106 | - | 56.451.106 | 62.871.239 |
| 9 | Terrenos e edifícios | 78.385.277 | 3.778.275 | 74.607.002 | 74.746.557 |
| | Terrenos e edifícios de uso próprio | 48.614.277 | 3.778.275 | 44.836.001 | 45.193.395 |
| | Terrenos e edifícios de rendimento | 29.771.001 | - | 29.771.001 | 29.553.162 |
| 10 | Outros ativos tangíveis | 26.411.293 | 18.292.806 | 8.118.487 | 3.748.863 |
| | Inventários | - | - | - | - |
| 12 | Goodwill | 18.673.846 | - | 18.673.846 | 18.673.846 |
| 12 | Outros ativos intangíveis | 20.372.500 | 5.134.357 | 15.238.143 | 17.078.911 |
| 4,1 | Provisões técnicas de resseguro cedido | 33.383.518 | - | 33.383.518 | 37.596.315 |
| | Provisão para prémios não adquiridos | 6.321.091 | - | 6.321.091 | 7.804.638 |
| | Provisão matemática do ramo vida | - | - | - | - |
| | Provisão para sinistros | 27.062.427 | - | 27.062.427 | 29.791.677 |
| | Provisão para participação nos resultados | - | - | - | - |
| | Provisão para compromissos de taxa | - | - | - | - |
| | Provisão para estabilização de carteira | - | - | - | - |
| | Outras provisões técnicas | - | - | - | - |
| 23 | Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo | 412.763 | - | 412.763 | 169.101 |
| 37,2 | Outros devedores por operações de seguros e outras operações | 81.103.692 | 6.308.914 | 74.794.778 | 91.529.541 |
| | Contas a receber por operações de seguro direto | 55.769.240 | 2.117.881 | 53.651.359 | 64.254.478 |
| | Contas a receber por operações de resseguro | 8.655.054 | - | 8.655.054 | 8.387.496 |
| | Contas a receber por outras operações | 16.679.398 | 4.191.033 | 12.488.365 | 18.887.567 |
| 24 | Ativos por impostos e taxas | 9.961.537 | - | 9.961.537 | 5.775.284 |
| | Ativos por impostos (e taxas) correntes | - | - | - | - |
| | Ativos por impostos diferidos | 9.961.537 | - | 9.961.537 | 5.775.284 |
| | Acréscimos e diferimentos | 3.207.634 | - | 3.207.634 | 4.116.081 |
| | Outros elementos do ativo | - | - | - | - |
| | Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas | - | - | - | - |
| | TOTAL ATIVO | 551.493.863 | 33.514.352 | 517.979.510 | 532.699.139 |

Lisboa, 18 de Março de 2013

O Técnico Oficial de Contas

Albertino Soares

O Conselho de Administração

António Tomás Correia
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- Presidente

O Diretor Financeiro

Jorge José da Conceição Silva
Vogal

Gonçalo Ramos e Costa

Virgílio Manuel Boavista Lima
VogalArtur Luis Martins
Vogal

| Notas do anexo | PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | Valor | Exercício 31-12-2011 |
|----------------|---|--------------------|----------------------|
| | PASSIVO | | |
| 4,1 | Provisões técnicas | 326.145.546 | 343.784.657 |
| | Provisão para prémios não adquiridos | 45.452.150 | 54.977.089 |
| | Provisão matemática do ramo vida | - | - |
| | Provisão para sinistros | 270.793.954 | 277.816.013 |
| | De vida | - | - |
| | De acidentes de trabalho | 127.072.694 | 125.577.988 |
| | De outros ramos | 143.721.259 | 152.238.026 |
| | Provisão para participação nos resultados | - | - |
| | Provisão para compromissos de taxa | - | - |
| | Provisão para estabilização de carteira | - | - |
| | Provisão para desvios de sinistralidade | 5.301.596 | 4.859.852 |
| | Provisão para riscos em curso | 4.597.847 | 6.131.703 |
| | Outras provisões técnicas | - | - |
| | Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento | - | - |
| 5, 6,3 | Outros passivos financeiros | 42.789.292 | 39.486.665 |
| | Derivados de cobertura | - | - |
| | Passivos subordinados | 20.500.000 | 20.500.000 |
| | Depósitos recebidos de resseguradores | 7.289.292 | 8.986.665 |
| | Outros | 15.000.000 | 10.000.000 |
| 23 | Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo | - | - |
| 37,3 | Outros credores por operações de seguros e outras operações | 29.973.181 | 26.194.758 |
| | Contas a pagar por operações de seguro direto | 16.813.748 | 16.975.707 |
| | Contas a pagar por operações de resseguro | 7.633.597 | 2.777.549 |
| | Contas a pagar por outras operações | 5.525.837 | 6.441.503 |
| 24 | Passivos por impostos e taxas | 10.954.389 | 11.683.952 |
| | Passivos por impostos correntes | 10.954.389 | 11.683.952 |
| | Passivos por impostos diferidos | - | - |
| 37,1 | Acréscimos e diferimentos | 35.338.721 | 45.659.901 |
| 13 | Outras provisões | 4.762.792 | 4.594.345 |
| | Outros elementos do passivo | - | - |
| | Passivos de um grupo para alienação classificado como devido para venda | - | - |
| | TOTAL PASSIVO | 449.963.922 | 471.404.279 |
| | CAPITAL PRÓPRIO | | |
| 25 | Capital | 26.000.000 | 26.000.000 |
| | (Ações Próprias) | - | - |
| 29,2 | Outros instrumentos de capital | 66.546.001 | 46.546.001 |
| 26 | Reservas de reavaliação | (5.875.790) | (9.728.188) |
| | Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros | (5.875.790) | (9.900.837) |
| | Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio | - | - |
| | Por revalorização de outros ativos tangíveis | - | 172.649 |
| | Por revalorização de ativos intangíveis | - | - |
| | Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa | - | - |
| | Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira | - | - |
| | De diferenças de câmbio | - | - |
| 26 | Reserva por impostos diferidos | 1.703.979 | 2.871.243 |
| 26 | Outras reservas | 6.858.035 | 6.633.823 |
| | Resultados transitados | (10.959.821) | (11.132.470) |
| | Resultado do exercício | (16.256.815) | 104.452 |
| | TOTAL CAPITAL PRÓPRIO | 68.015.588 | 61.294.860 |
| | TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO | 517.979.510 | 532.699.139 |

Lisboa, 18 de Março de 2013

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Albertino Soares

António Tomás Correia
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice-Presidente

O Diretor Financeiro

Jorge José da Conceição Silva
Vogal

Gonçalo Ramos e Costa

Virgílio Manuel Boavista Lima
VogalArtur Luis Martins
Vogal

| Notas do anexo | CONTA DE GANHOS E PERDAS | Técnica Não Vida | Não Técnica | Total | Exercício 31-12-2011 |
|----------------|--|---------------------|----------------|---------------------|----------------------|
| 14 | Prémios adquiridos líquidos de resseguro | 181.229.756 | | 181.229.756 | 211.231.806 |
| | Prémios brutos emitidos | 202.344.634 | | 202.344.634 | 246.982.825 |
| | Prémios de resseguro cedido | 30.861.892 | | 30.861.892 | 35.290.446 |
| | Provisão para prémios não adquiridos (variação) | (11.230.560) | | (11.230.560) | 1.733.123 |
| | Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação) | (1.483.547) | | (1.483.547) | 1.272.549 |
| | Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços | - | | - | - |
| | Custos com sinistros, líquidos de resseguro | 163.316.154 | | 163.316.154 | 167.744.115 |
| | Montantes pagos | 163.024.524 | | 163.024.524 | 172.877.287 |
| | Montantes brutos | 184.819.439 | | 184.819.439 | 189.869.062 |
| | Parte dos resseguradores | 21.794.915 | | 21.794.915 | 16.991.775 |
| | Provisão para sinistros (variação) | 291.630 | | 291.630 | (5.133.172) |
| | Montante bruto | (2.417.546) | | (2.417.546) | (4.243.577) |
| | Parte dos resseguradores | (2.709.175) | | (2.709.175) | 889.595 |
| | Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação) | | | | |
| | Montante bruto | | | | |
| | Parte dos resseguradores | | | | |
| | Participação nos resultados, líquida de resseguro | - | | - | - |
| | Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação) | (1.092.111) | | (1.092.111) | (1.912.581) |
| | Custos e gastos de exploração líquidos | 49.659.121 | | 49.659.121 | 56.256.715 |
| | Custos de aquisição | 34.491.996 | | 34.491.996 | 42.047.905 |
| | Custos de aquisição diferidos (variação) | 1.705.621 | | 1.705.621 | 275.579 |
| | Gastos administrativos | 18.394.616 | | 18.394.616 | 20.733.898 |
| | Comissões e participação nos resultados de resseguro | 4.933.113 | | 4.933.113 | 6.800.666 |
| 16,2 | Rendimentos | 9.503.046 | 631.575 | 10.134.621 | 8.746.947 |
| | De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | 7.797.850 | 631.575 | 8.429.425 | 7.181.273 |
| | De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | - | - | - | - |
| | Outros | 1.705.196 | - | 1.705.196 | 1.565.674 |
| 21,1 | Gastos financeiros | 1.731.739 | 270.624 | 2.002.364 | 1.781.564 |
| | De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | - | - | - | - |
| | De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas | - | - | - | - |
| | Outros | 1.731.739 | 270.624 | 2.002.364 | 1.781.564 |
| 17, 18 | Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | 4.107.602 | 2.190.032 | 6.297.633 | 2.201.597 |
| | De ativos disponíveis para venda | 4.039.176 | 2.190.032 | 6.229.207 | 1.518.449 |
| | De empréstimos e contas a receber | - | - | - | - |
| | De investimentos a deter até à maturidade | 68.426 | - | 68.426 | 683.148 |
| | De passivos financeiros valorizados a custo amortizado | - | - | - | - |
| | De outros | - | - | - | - |
| 17, 18 | Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas | (351.547) | - | (351.547) | (229.274) |
| | De ativos e passivos financeiros detidos para negociação | (322.241) | - | (322.241) | (341.276) |
| | De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas | (29.306) | - | (29.306) | 112.002 |
| | Diferenças de câmbio | - | - | - | - |
| | Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas | - | - | - | - |
| | Perdas de imparidade (líquidas de reversão) | 3.380.847 | 1.431.709 | 4.812.556 | 4.138.516 |
| | De ativos disponíveis para venda | 2.892.146 | - | 2.892.146 | 4.138.516 |
| | De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado | - | 1.431.709 | 1.431.709 | - |
| | De investimentos a deter até à maturidade | - | - | - | - |
| | De outros | 488.701 | - | 488.701 | - |
| 37,4 | Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro | 487.324 | - | 487.324 | 999.567 |
| 13,1 | Outras provisões (variação) | | 168.447 | 168.447 | (1.405.907) |
| 37,5 | Outros rendimentos/gastos | | (275.816) | (275.816) | 1.135.580 |
| | Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas | - | - | - | - |
| | Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial | - | - | - | - |
| | Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda | - | - | - | - |
| | RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS | (22.019.569) | 675.010 | (21.344.559) | (2.516.201) |
| 24,1 | Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes | 303.561 | (9.306) | 294.255 | 108.069 |
| 24,1 | Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos | (5.552.202) | 170.203 | (5.381.998) | (2.728.721) |
| | RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO | | | (16.256.815) | 104.452 |

Lisboa, 18 de Março de 2013

O Técnico Oficial de Contas

Albertino Soares

O Diretor Financeiro

Gonçalo Ramos e Costa

O Conselho de Administração

António Tomás Correia
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- PresidenteJorge José da Conceição Silva
VogalVirgílio Manuel Boavista Lima
VogalArtur Luis Martins
Vogal

| Demonstração do Rendimento Integral | 2012 | 2011 |
|--|---------------------|--------------------|
| Resultado líquido do exercício | (16.256.815) | 104.452 |
| Ganhos no justo valor de imóveis e ativos tangíveis | - | - |
| Reserva de reavaliação | | |
| Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros | 4.025.047 | (4.242.592) |
| Reserva por impostos diferidos e correntes | | |
| Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros | (1.167.264) | 1.340.101 |
| Reserva de ganhos e perdas atuariais, líquidas de impostos | 119.760 | 267.968 |
| Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio | - | - |
| Resultado não incluído na conta de ganhos e perdas | 2.977.543 | (2.634.523) |
| Rendimento integral total do exercício | (13.279.272) | (2.530.071) |

Lisboa, 18 de Março de 2013

O Técnico Oficial de Contas

Albertino Soares

O Diretor Financeiro

Gonçalo Ramos e Costa

O Conselho de Administração

António Tomás Correia
*Presidente*Fernando Dias Nogueira
*Vice- Presidente*Jorge José da Conceição Silva
*Vogal*Virgílio Manuel Boavista Lima
*Vogal*Artur Luis Martins
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

| | Exercício | Exercício Anterior |
|--|---------------------|---------------------------|
| Atividades Operacionais | | |
| Recebimentos de prémios | 133.673.312 | 166.066.791 |
| Recebimentos de reembolsos | 2.630.207 | 2.569.826 |
| Recebimentos de operações de cosseguro | 305.911 | 743.930 |
| Recebimentos de operações de resseguro | 14.957.190 | 5.994.339 |
| Pagamentos de sinistros | (144.087.661) | (147.412.612) |
| Pagamentos de comissões | (2.253.337) | (2.757.490) |
| Pagamentos de estornos | (1.788.530) | (1.465.405) |
| Pagamentos de operações de cosseguro | (953.115) | (429.566) |
| Pagamentos de operações de resseguro | (15.283.296) | (22.063.849) |
| Pagamentos a fornecedores | (8.947.087) | (13.111.256) |
| Pagamentos ao pessoal | <u>(12.725.729)</u> | <u>(12.209.628)</u> |
| <i>Fluxo gerado pelas operações</i> | <i>(34.472.135)</i> | <i>(24.074.920)</i> |
| Pagamentos / Recebimentos do imposto sobre o rendimento | (38.758.092) | (43.163.018) |
| Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional | <u>41.732.253</u> | <u>46.653.069</u> |
| <i>Fluxo gerado antes das rubricas não correntes</i> | <i>(31.497.974)</i> | <i>(20.584.869)</i> |
| Recebimentos relacionados com rubricas não correntes | 1.050 | 752.153 |
| Pagamentos relacionados com rubricas não correntes | <u>(45.470)</u> | <u>(120.992)</u> |
| <i>Fluxo das atividades operacionais</i> | <i>(31.542.394)</i> | <i>(19.953.708)</i> |
| Atividades de Investimento | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Investimentos financeiros | 186.697.569 | 148.674.576 |
| Ativos tangíveis | 7.000 | 980.822 |
| Rendas de propriedades de investimento | 253.638 | 175.542 |
| Juros e proveitos similares | 6.915.051 | 6.488.488 |
| Dividendos | <u>706.922</u> | <u>194.580.180</u> |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Investimentos financeiros | (167.307.122) | (129.478.874) |
| Ativos tangíveis | (1.578.546) | (2.439.054) |
| Ativos intangíveis | <u>(77.240)</u> | <u>(533.930)</u> |
| <i>Fluxo das atividades de investimento</i> | <i>25.617.272</i> | <i>24.842.065</i> |
| Atividades de financiamento | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Empréstimos obtidos | 15.000.000 | 22.500.000 |
| Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão | 20.000.000 | - |
| Venda de ações (quotas) próprias | - | - |
| Cobertura de prejuízos | <u>-</u> | <u>35.000.000</u> |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Empréstimos obtidos | (10.000.000) | (21.500.000) |
| Amortização de contratos de locação financeira | (17.238) | (17.238) |
| Juros e custos similares | (814.095) | (559.055) |
| Dividendos | - | (1.040.000) |
| Aquisição de ações (quotas) próprias | <u>-</u> | <u>(10.831.333)</u> |
| <i>Fluxo das atividades de financiamento</i> | <i>24.168.667</i> | <i>(616.293)</i> |
| Variação de caixa e seus equivalentes | 18.243.545 | 4.272.064 |
| Efeitos das diferenças de câmbio | (372) | (1.182) |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 8.439.627 | 4.168.745 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 26.682.800 | 8.439.627 |

Lisboa, 18 de Março de 2013

O Técnico Oficial de Contas

Albertino Soares

O Diretor Financeiro

Gonçalo Ramos e Costa

O Conselho de AdministraçãoAntónio Tomás Correia
PresidenteFernando Dias Nogueira
Vice- PresidenteJorge José da Conceição Silva
VogalVirgílio Manuel Boavista Lima
VogalArtur Luis Martins
Vogal

| Demonstração de Variações do Capital Próprio | Capital | Outros instrumentos de capital | Reservas de Reavaliação | | Reserva por impostos diferidos | Outras reservas | | | | Resultados transitados | Resultado do exercício | TOTAL |
|--|------------|--------------------------------|--|--|--------------------------------|-----------------|---------------------|--------------------|-----------------|------------------------|------------------------|--------------|
| | | Prestações suplementares | Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | Por revalorização de outros ativos tangíveis | | Reserva legal | Reserva estatutária | Prémios de emissão | Outras reservas | | | |
| Balanço a 31 de Dezembro 2010 | 26.000.000 | 46.546.001 | (5.658.245) | 172.649 | 1.531.142 | 2.771.674 | 920.158 | - | 679.527 | (11.132.470) | 3.034.497 | 64.864.932 |
| Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | - | - | (4.242.592) | - | - | - | - | - | - | - | - | (4.242.592) |
| Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos | - | - | - | - | 1.340.101 | - | - | - | - | - | - | 1.340.101 |
| Aumentos de reservas por aplicação de resultados | - | - | - | - | - | 303.450 | 303.450 | - | 1.387.597 | - | (1.994.497) | - |
| Distribuição de reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Distribuição de lucros/prejuízos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (1.040.000) | (1.040.000) |
| Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio, líquidos de impostos | - | - | - | - | - | - | - | - | 267.968 | - | - | 267.968 |
| Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total das variações do capital próprio | - | - | (4.242.592) | - | 1.340.101 | 303.450 | 303.450 | - | 1.655.565 | - | (3.034.497) | (3.674.524) |
| Resultado líquido do período | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 104.452 | 104.452 |
| Distribuição antecipada de lucros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Balanço a 31 de Dezembro 2011 | 26.000.000 | 46.546.001 | (9.900.837) | 172.649 | 2.871.243 | 3.075.123 | 1.223.607 | - | 2.335.092 | (11.132.470) | 104.452 | 61.294.860 |
| Aumentos/reduções de capital | - | 20.000.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 20.000.000 |
| Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda | - | - | 4.025.047 | - | - | - | - | - | - | - | - | 4.025.047 |
| Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos | - | - | - | - | (1.167.264) | - | - | - | - | - | - | (1.167.264) |
| Aumentos de reservas por aplicação de resultados | - | - | - | - | - | 10.445 | 10.445 | - | 83.561 | - | (104.452) | - |
| Distribuição de reservas | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Distribuição de lucros/prejuízos | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros ganhos/ perdas reconhecidos diretamente no capital próprio, líquidos de impostos | - | - | - | - | - | - | - | - | 119.760 | - | - | 119.760 |
| Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas | - | - | - | (172.649) | - | - | - | - | - | 172.649 | - | - |
| Total das variações do capital próprio | - | 20.000.000 | 4.025.047 | (172.649) | (1.167.264) | 10.445 | 10.445 | - | 203.321 | 172.649 | (104.452) | 22.977.543 |
| Resultado líquido do período | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | (16.256.815) | (16.256.815) |
| Distribuição antecipada de lucros | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Balanço a 31 de Dezembro 2012 | 26.000.000 | 66.546.001 | (5.875.790) | - | 1.703.979 | 3.085.569 | 1.234.053 | - | 2.538.413 | (10.959.821) | (16.256.815) | 68.015.588 |

Lisboa, 18 de Março de 2013

O Técnico Oficial de Contas

Albertino Soares

O Diretor Financeiro

Gonçalo Ramos e Costa

O Conselho de Administração

António Tomás Correia
*Presidente*Fernando Dias Nogueira
*Vice- Presidente*Jorge José da Conceição Silva
*Vogal*Virgílio Manuel Boavista Lima
*Vogal*Artur Luis Martins
Vogal

NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS

Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas

1. Informações gerais

A Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., adiante designada por Lusitania, foi constituída em 6 de junho de 1986, sob a forma jurídica de Sociedade Anónima e dedica-se ao exercício da atividade de seguros e de resseguros para todos os ramos técnicos Não Vida, com exceção do ramo de seguros de crédito, para a qual obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

Em 2009, a Companhia adquiriu 85% das ações da Real Seguros, SA (adiante, Real Seguros) à Sociedade Lusa de Negócios e a carteira de ativos e passivos da Mutuamar – Mútua de Seguros dos Armadores da Pesca do Arrasto (adiante, Mutuamar). A primeira operação compreendeu também a aquisição da N Seguros (da qual a Real Seguros detinha 100% das ações), uma seguradora que utiliza exclusivamente o canal direto, no segmento de particulares, comercializando apenas seguros Não Vida.

No caso da Real Seguros, obteve-se a autorização da Autoridade da Concorrência em 15 de outubro de 2009, tendo-se procedido no dia 2 de novembro de 2009 à aquisição de 85% das respetivas ações. Quanto à Mutuamar, foi obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) para a compra dos seus ativos e passivos em 23 de dezembro de 2009. A fusão da Real Seguros com a Lusitania e a integração nesta última dos ativos e passivos provindos da Mutuamar concretizou-se em 31 de dezembro de 2009.

Tradicionalmente, os ramos mais importantes, em termos de volume de prémios, são os Acidentes e Doença e o Automóvel. O seu peso relativo na carteira de negócios de seguro direto é de, respetivamente, 27,1% e 42,7%, em 2012, e de 29,3% e 45,4%, em 2011.

A Companhia tem a sua sede em Lisboa, tendo como principal canal de distribuição a rede de agentes.

As notas às contas incluídas neste anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as empresas de seguros, sendo de referir que os números não indicados neste documento não têm aplicação, por irrelevância de valores ou de situações a reportar.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em 18 de março de 2013.

2. Informação por segmentos

2.1. Indicação dos tipos de produtos e serviços incluídos em cada segmento operacional relatado, referindo a composição de cada segmento geográfico, quer principal quer secundário.

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Companhia considera como segmento principal o segmento operacional. Relativamente a este segmento, efetuar-se-á o relato da informação por ramos, tendo em consideração que os mais significativos da Companhia são: Automóvel, Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos.

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um segmento.

2.2. Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais pode ser analisado como segue:

| | 2012 | | | | |
|---|----------------|--------------------|-------------------------|--------------|------------|
| | Ramos Não Vida | Acidentes e doença | Incêndio e Outros Danos | Automóvel | Outros |
| Prémios brutos emitidos | 202.344.634 | 54.078.738 | 43.976.451 | 85.075.227 | 19.214.218 |
| Prémios de resseguro cedido | 30.861.892 | 1.803.970 | 16.918.772 | 6.954.244 | 5.184.906 |
| Prémios brutos adquiridos | 213.575.195 | 54.875.796 | 45.031.575 | 94.199.746 | 19.468.078 |
| Resultado dos investimentos ⁽¹⁾ | 8.054.038 | 6.595.775 | 243.873 | 1.030.482 | 183.908 |
| Custos com sinistros brutos | 182.401.893 | 55.164.130 | 31.762.783 | 80.122.920 | 15.352.060 |
| Custos de exploração brutos | 54.592.234 | 13.922.623 | 10.882.122 | 27.002.148 | 2.785.341 |
| Resultado técnico | (22.019.569) | (7.698.174) | 1.521.346 | (15.264.400) | (578.341) |
| Ativos elegíveis afetos à representação das provisões técnicas ⁽²⁾ | 355.664.858 | 157.699.780 | 43.802.385 | 129.918.097 | 24.244.596 |
| Provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite ⁽³⁾ | 334.388.233 | 137.782.879 | 43.501.528 | 129.025.754 | 24.078.072 |

⁽¹⁾ Com a exceção do resultado dos investimentos de ativos a representar provisões técnicas de Acidentes de Trabalho, o resultado dos investimentos foi rateado com base nas provisões técnicas de cada ramo.

⁽²⁾ Com a exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, os ativos elegíveis afetos à representação das provisões técnicas dos ramos foram rateados com base nas provisões técnicas de cada ramo.

⁽³⁾ Em 2012, a parte dos resseguradores nos custos com sinistros foi considerada na linha dos ativos a representar as provisões técnicas

| | 2011 | | | | |
|---|----------------|--------------------|-------------------------|--------------|------------|
| | Ramos Não Vida | Acidentes e doença | Incêndio e Outros Danos | Automóvel | Outros |
| Prémios brutos emitidos | 246.982.825 | 71.378.483 | 47.180.100 | 110.576.751 | 17.847.491 |
| Prémios de resseguro cedido | 35.290.446 | 2.311.521 | 18.687.644 | 8.828.230 | 5.463.051 |
| Prémios brutos adquiridos | 245.249.702 | 71.201.881 | 46.699.525 | 109.792.353 | 17.555.943 |
| Resultado dos investimentos ⁽¹⁾ | 2.794.102 | 4.530.912 | (417.308) | (1.135.291) | (184.211) |
| Custos com sinistros brutos | 185.625.485 | 56.540.728 | 32.578.553 | 84.795.006 | 11.711.198 |
| Custos de exploração brutos | 63.057.382 | 19.330.295 | 12.359.900 | 24.046.781 | 3.320.406 |
| Resultado técnico | (7.507.566) | 898.551 | 209.035 | (11.696.717) | 3.081.565 |
| Ativos elegíveis afetos à representação das provisões técnicas ⁽²⁾ | 319.872.669 | 138.219.604 | 131.076.522 | 47.288.758 | 3.287.785 |
| Provisões técnicas ⁽³⁾ | 316.136.649 | 136.964.992 | 129.285.997 | 46.642.786 | 3.242.874 |

⁽¹⁾ Com a exceção do resultado dos investimentos de ativos a representar provisões técnicas de Acidentes de Trabalho, o resultado dos investimentos foi rateado com base nas provisões técnicas de cada ramo.

⁽²⁾ Com a exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, os ativos elegíveis afetos à representação das provisões técnicas dos ramos foram rateados com base nas provisões técnicas de cada ramo.

⁽³⁾ Em 2012, a parte dos resseguradores nos custos com sinistros foi considerada na linha dos ativos a representar as provisões técnicas

As provisões técnicas, evidenciadas nos quadros acima, encontram-se líquidas de resseguro e brutas de custos de aquisição diferidos (que estão incluídos na rubrica de Investimentos afetos à representação das provisões técnicas).

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

3.1. Descrição das bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas, aplicáveis aos diversos ativos, passivos e rubricas de capital próprio, relevantes para uma compreensão das demonstrações financeiras.

Bases de preparação:

As demonstrações financeiras da Companhia, agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de abril, e articuladas com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007, de 31 de dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010, de 16 de dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor, tal como adotadas na União Europeia, exceto os critérios de mensuração definidos na IFRS 4, relativos a contratos de seguro. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2012, a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2012. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 38. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Lusitania não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 38.

Bases de mensuração:

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor, através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na Nota 3.3.

Políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as que se apresentam a seguir:

a) Contratos de seguro

Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pró-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

b) Princípio da especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da transação ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Companhia realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflete a parte dos prémios brutos emitidos contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A provisão para prémios não adquiridos foi calculada, contrato a contrato, por aplicação do método *pro-rata temporis*, de acordo com a Norma nº 19/94-R, do ISP, tendo em atenção as alterações introduzidas pela Norma nº 3/96-R, do mesmo organismo.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas n.º 19/94-R e 3/96-R, do ISP, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis e ainda não processados relativos aos contratos em vigor, por um rácio, que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência, deduzidos pelo rácio de investimentos.

Esta provisão, em 31 de dezembro de 2012, ascende a 4.597.847 euros, face a 6.131.703 euros, em 2011.

iii) Provisão para sinistros

Esta provisão foi determinada como segue:

Pelo valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados, ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício, com exceção da modalidade Acidentes de Trabalho a qual foi calculada de acordo com o estipulado nas normas emitidas pelo ISP e por métodos atuariais;

Pela provisão matemática relativa a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2012, que envolvam pagamento de pensões já homologadas pelo Tribunal de Trabalho, ou com acordo de conciliação já realizado, e, ainda, para fazer face às responsabilidades por presumíveis incapacidades permanentes;

A Companhia calculou a provisão matemática utilizando o disposto na Norma Regulamentar nº15/2000-R, do ISP, ou seja, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis nos termos do artigo 74º do Decreto-Lei nº 143/99, de 30 de abril, utilizou a tábua de mortalidade TD 88/90, à taxa técnica de juro de 5,25%, sem encargos de gestão, ajustando ao disposto no nº 2 da referida Norma. Nas restantes pensões, cumprindo também o disposto na citada Norma, optou pela tábua de mortalidade TD 88-90 aos pensionistas do género masculino e pela tábua de mortalidade TV 88-90 aos do género feminino, considerando uma taxa técnica de 4,50% e 1% de taxa de gestão;

A responsabilidade inerente ao acréscimo anual das pensões vitalícias, por efeito da inflação, pertence ao FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho, fundo este que é gerido pelo ISP e cujas receitas são constituídas pelas contribuições efetuadas pelas seguradoras e pelos próprios tomadores de seguros. A Companhia efetua o pagamento integral das pensões, sendo, posteriormente, reembolsada pela parcela da responsabilidade do FAT;

O cálculo da provisão para encargos com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidades permanentes já reconhecidas pelo Tribunal de Trabalho, assim como as responsabilidades semelhantes ainda não reconhecidas como tal, *IBNER (Incurred But Not Enough Reserved)*, e as responsabilidades semelhantes emergentes de sinistros não participados à Lusitania em 31 de dezembro de 2012, *IBNR (Incurred But Not Reported)*, foram calculadas por métodos atuariais e, quando aplicável, utilizadas bases técnicas semelhantes às aplicadas no cálculo da provisão matemática.

Em linha com o exercício anterior, a percentagem aplicada foi de 4% do valor dos custos do exercício, relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o encerramento do exercício, para todos os ramos, com a exceção do ramo Doença e da modalidade Acidentes de Trabalho. O ramo Doença inclui uma reserva, apurada pela aplicação de métodos de cálculo atuarial sobre a totalidade dos sinistros pagos, englobando, assim, os sinistros não declarados e os declarados que ainda não estejam suficientemente provisionados. Nos acidentes de trabalho é calculado pela extrapolação por *run-off* semelhante ao supraexposto, com vista a apurar o número de sinistros por participar. Multiplicando esta cifra pelo custo médio apurado para o ano de

ocorrência em causa, obtém-se a provisão atuarial para sinistros não declarados. Salienta-se que, o Atuário Responsável, efetuou uma revisão dos valores registados nesta provisão nos principais dos ramos calculados por percentagem (Automóvel e Multirriscos Habitação e Comércio), tendo concluído que os valores se encontram ajustados.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade é constituída quando o resultado técnico dos ramos de seguros de caução e risco atómico é positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas, estabelecidas pelo ISP, aplicadas ao resultado técnico.

Esta provisão é também constituída para a cobertura de fenómenos sísmicos, sendo neste caso calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima, para o seguro direto, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

vi) Remunerações de mediação

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao mediador pela angariação de contratos de seguros. As remunerações contratadas com corretores, agentes e angariadores são registadas como custos no momento do processamento dos respetivos prémios.

Os custos de aquisição que estão, direta ou indiretamente, relacionados com a venda de contratos de seguro, pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

c) Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados em 31 de dezembro de 2012 são refletidos na rubrica Devedores – por Operações de Seguro Direto. O cálculo destes ajustamentos é efetuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP, de base económica.

O montante dos ajustamentos de recibos por cobrar em 31 de dezembro de 2012 não diverge significativamente do risco envolvido na cobrança dos valores relativos a prémios a receber naquela data.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

d) Ativos financeiros**i) Classificação**

A Companhia classifica os seus ativos financeiros, no momento da sua aquisição, considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros ao justo valor através do ganhos e perdas, que inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo;
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando: (i) tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor; (ii) tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); e (iii) tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe têm de ser reclassificados para a classe, disponíveis para venda.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar os ativos. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (a) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (b) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (c) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas na conta de resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinado utilizando o seu preço de compra corrente (*bid-price*) publicado pela Bloomberg ou, na falta destas pela bolsa onde os ativos estão cotados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

iv) Imparidade

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

(a) para os títulos de rendimento variável:

uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses) e em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou

uma desvalorização significativa na valorização (mais de 30% do respetivo valor de aquisição), e a Companhia efetua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade.

(b) para os títulos de rendimento fixo:

existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para os resultados.

Relativamente aos títulos de rendimento variável, a imparidade terá que ser reforçada, sempre que a perda potencial em reservas aumente.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, sempre que o aumento for, objetivamente, relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

v) Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros reconhecidos na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.

A Companhia adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 6.

e) Outros instrumentos financeiros – derivados embutidos

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rendibilidade e fatores de volatilidade.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

g) Ativos fixos tangíveis e intangíveis

i) Ativos fixos tangíveis

Estes bens estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição e as suas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

| | Taxas anuais | Vida útil estimada |
|--------------------------|--------------|--------------------|
| Instalações | 10% | 10 anos |
| Máquinas e aparelhos | 10 - 25% | 4 a 10 anos |
| Equipamento informático | 25 - 33.33% | 3 a 4 anos |
| Mobiliário e equipamento | 10 - 33% | 3 a 10 anos |
| Material de transporte | 25% | 4 anos |

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, a IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

ii) Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Os terrenos e edifícios são registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e de perdas por imparidade. As depreciações são efetuadas de acordo com a sua vida útil esperada, como segue:

| | Taxas anuais | Vida útil estimada |
|---------|--------------|--------------------|
| Imóveis | 2% - 4% | 25 a 50 anos |

iii) Ativos intangíveis

O *software* e as despesas em edifícios arrendados são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição / investimento e as suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a respetiva vida útil estimada:

| | Taxas Anuais | Vida útil estimada |
|----------------------------------|--------------|--------------------|
| <i>Software</i> | 33% | 3 anos |
| Despesas em edifícios arrendados | 33% | 3 anos |

Como resultado da aquisição da Real Seguros (ver Nota 1) e decorrendo da aplicação da IFRS 3, a Companhia reconheceu o valor da carteira adquirida à Real Seguros, por referência à respetiva data de tomada de controlo daquela Companhia (2 de novembro de 2009). O valor da carteira foi determinado através da atualização dos *cashflows* futuros associados às apólices em vigor à data da aquisição, incluindo um ajustamento que reflete o custo do capital investido no negócio adquirido. O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros. A Companhia amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

Como resultado da aquisição da Real Seguros em 2009, a Companhia reconheceu um *goodwill*, decorrente do excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos adquiridos, o qual foi adicionado àqueles que transitaram do passado (anterior plano de contas), relativos às aquisições das carteiras da Genesis e da Royal Sun Alliance. A Companhia testa a recuperabilidade do *goodwill* reconhecido anualmente, ou com maior frequência, se eventos ou circunstâncias indicarem uma perda de valor do novo negócio adquirido.

iv) Imparidade de ativos não financeiros

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

De acordo com a IAS 36, o valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados.

h) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças. Ver, a este propósito, o explicitado na Nota 24, Imposto sobre o rendimento.

i) Responsabilidades por férias e subsídios de férias

Este passivo corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os empregados, pelos serviços prestados até aquela data, a pagar posteriormente.

j) Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho vigente até 31/12/2011 para o setor de seguros, a Companhia concedia aos trabalhadores que compõem o quadro de pessoal permanente da Lusitania, admitidos até 31/10/2009, a todos os trabalhadores pré-reformados que se encontravam a receber uma pensão de pré-reforma e ainda, aos trabalhadores integrados no quadro permanente da Lusitania após 31/12/2009, com contratos de trabalho em vigor na atividade seguradora em 22/06/1995, prestações pecuniárias para o complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social. Para este efeito constituiu um fundo de pensões que se destinava a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência relativamente ao seu pessoal no ativo e pré-reformados, calculados em função dos salários projetados, e adquiriu rendas temporárias e/ou vitalícias.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respetivo plano técnico atuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica atuarial, e ajustado em função da atualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir e, ainda, de acordo com a política prosseguida pela Companhia, de cobertura total das responsabilidades atuarialmente determinadas.

A cobertura das responsabilidades com os complementos de pensões de reforma do pessoal no ativo e dos reformados é assegurada pelo Fundo de Pensões Lusitania, gerido pela Lusitania Vida e por apólices de seguro contratadas junto da Alico e da Victoria.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

As alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, sendo de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. De acordo com a IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (“*settlement*”).

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos ativos do plano, deduzidos do *unwinding* dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos por contrapartida de reservas.

As responsabilidades da Companhia com complementos de pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual e o justo valor de quaisquer ativos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de *rating* de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os encargos com reformas antecipadas são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Companhia são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

l) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são igualmente incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

m) Relato por segmentos

Ver Nota 2.

n) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

o) Terrenos e edifícios de rendimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

p) Transações em moeda estrangeira

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) foram convertidos para euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

q) Investimentos em Subsidiárias e Associadas

As participações em Subsidiárias e Associadas são registadas ao custo de aquisição, sujeitas a testes de imparidade.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado, anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

r) Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos aos mediadores são efetuados através de contratos mútuos e com garantias reais.

Relativamente a empréstimos de outra natureza são concedidos com garantia hipotecária.

s) Locações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

t) Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

Em todos os devedores os créditos encontram-se valorizados ao custo amortizado líquido dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas do ISP sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos e em mora relevados em contas de terceiros e sem garantia real adequada.

u) Acréscimos e diferimentos

A aplicação do princípio da especialização dos exercícios conduz à existência de ativos e passivos que são perdas ou ganhos por reconhecer e já liquidados, ou perdas ou ganhos já reconhecidos e ainda por liquidar.

v) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

x) Gastos por natureza imputados às funções

Em conformidade com o nº 2.2. do Plano de Contas para as Empresas de Seguros, e em cumprimento da alínea c) do ponto 1 artigo 3º da Norma Regulamentar 21/2003-R, de 26 de dezembro, do ISP.

Imputação dos custos por funções

Na medida do possível, todos os custos são imputados diretamente às funções na fase da contabilização por natureza.

Todos os casos em que não seja possível a imputação direta à função são enquadrados numa função genérica.

Periodicamente, para o acumulado de custos da função genérica, é feita uma imputação indireta às funções definidas, na proporção dos custos que, no período em análise, tenham sido imputados diretamente às referidas funções.

Imputação dos custos por ramos

A imputação aos ramos é feita após a imputação às funções, ou seja, aquando da entrada nas contas de custos por funções.

Em cada ramo é levada em consideração a componente direta evidente e a componente indireta que resulta da aplicação de determinados critérios ao montante de custos não diretamente imputados.

Esses critérios são os seguintes:

- função sinistros – proporcionalmente ao número de processos de sinistros abertos no período;
- função aquisição – proporcionalmente à produção (receita) nova;
- função administrativa – proporcionalmente à receita;
- função investimentos – proporcionalmente à média das provisões técnicas no início e no fim do período.

3.2. Descrição da natureza, impacto e justificação das alterações nas políticas contabilísticas.

Durante o exercício a Companhia procedeu à alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios atuariais associados a benefícios pós-emprego, ver Nota 3.1.

3.3. Descrição das principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, com indicação dos principais pressupostos relativos aos exercícios seguintes, e outras principais fontes de incerteza das estimativas à data do balanço, que apresentem um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante os próximos exercícios financeiros.

a) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo face ao respetivo custo de aquisição. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cashflows* futuros estimados para títulos de dívida. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

b) Provisões técnicas e passivos financeiros relativos a contratos de seguro

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, e (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente. A Companhia regista provisões para sinistros dos ramos não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

c) Cálculo da vida útil estimada para ativos fixos tangíveis, incluindo imóveis, e ativos intangíveis

A vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis é revista em cada período de relato. No âmbito destas rubricas, a Companhia concede um grau particular de monitorização à vida útil dos imóveis de serviço próprio e da carteira de apólices adquirida à Real Seguros. Alterações à vida útil destes ativos são tratadas prospetivamente.

d) Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego: pressupostos utilizados.

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rendibilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

e) Impostos sobre os lucros

O cálculo dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas podem conduzir a um diferente nível de imposto calculado, reconhecido no período, quer corrente quer diferido. De acordo com a legislação fiscal em vigor, existe a possibilidade de as Autoridades Fiscais, poderem rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa durante um período de quatro anos.

Assim sendo, é possível que haja correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças de interpretação da legislação fiscal em vigor. Contudo, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

f) Imparidade

A Companhia avalia anualmente o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos ativos e o valor de mercado deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados consolidados da Sociedade.

4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

4.1. Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como segue:

| Ramos / Grupos de ramos | 2012 | | | |
|-------------------------------|---|---|---|--------------------------------|
| | Provisão para sinistros em 31/12/2011 (1) | Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2) | Provisão para sinistros * em 31/12/2012 (3) | Reajustamentos (3) + (2) - (1) |
| Seguro direto | | | | |
| Acidentes e Doença | 130.525.125 | 29.596.057 | 109.531.021 | 8.601.953 |
| Incêndio e Outros Danos | 23.634.179 | 16.797.088 | 12.695.265 | 5.858.174 |
| Automóvel | | | | |
| - Responsabilidade civil | 87.443.152 | 31.046.344 | 62.250.342 | 5.853.534 |
| - Outras coberturas | 16.078.101 | 9.759.956 | 5.121.423 | -1.196.722 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 3.401.487 | 4.208.185 | 1.829.144 | 2.635.842 |
| Responsabilidade Civil Geral | 13.279.706 | 2.977.620 | 11.610.504 | 1.308.418 |
| Crédito e Caução | 902.290 | 89.961 | 706.739 | -105.590 |
| Proteção Jurídica | 12.689 | 13.419 | 20.251 | 20.981 |
| Assistência | 373 | 16 | 2.830 | 2.473 |
| Diversos | 2.538.911 | 1.701.107 | 1.522.183 | 684.379 |
| Total | 277.816.013 | 96.189.753 | 205.289.702 | 23.663.442 |

As provisões incluem 12.762.284 euros, em 2012, face a 14.284.329 euros, em 2011, para sinistros abertos posteriormente ao exercício de ocorrência, e acrescem 1.895.610 euros, em 2012, face a 1.754.226 euros, em 2011, para custos a imputar no futuro, relativos a sinistros pendentes.

Os custos com sinistros por ramos são analisados como segue:

| 2012 | | | | |
|-----------------------------------|----------------------------------|--|---|--|
| Ramos / Grupos de ramos | Montantes pagos - prestações (1) | Montantes pagos - custos de gestão imputados (2) | Variação da provisão para sinistros (3) | Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3) |
| Seguro direto | | | | |
| Acidentes e Doença | 48.550.608 | 4.389.665 | 2.223.857 | 55.164.130 |
| Incêndio e Outros Danos Automóvel | 29.519.541 | 3.146.574 | -2.533.882 | 30.132.233 |
| - Responsabilidade civil | 54.238.924 | 2.754.707 | 619.787 | 57.613.418 |
| - Outras coberturas | 24.797.973 | 1.301.415 | -3.589.886 | 22.509.502 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 8.957.829 | 132.630 | 2.244.200 | 11.334.659 |
| Responsabilidade Civil Geral | 3.115.798 | 256.985 | -759.514 | 2.613.269 |
| Crédito e Caução | 267.411 | 1.527 | -95.725 | 173.213 |
| Proteção Jurídica | 593 | 31.455 | 10.341 | 42.389 |
| Assistência | 0 | 16 | 2.457 | 2.473 |
| Diversos | 1.723.383 | 1.855 | -539.181 | 1.186.057 |
| Total | 171.172.060 | 12.016.829 | -2.417.546 | 180.771.343 |
| Resseguro aceite | 1.624.834 | 5.716 | 0 | 1.630.550 |
| Total geral | 172.796.894 | 12.022.545 | -2.417.546 | 182.401.893 |

| 2011 | | | | |
|-----------------------------------|----------------------------------|--|---|--|
| Ramos / Grupos de ramos | Montantes pagos - prestações (1) | Montantes pagos - custos de gestão imputados (2) | Variação da provisão para sinistros (3) | Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3) |
| Seguro direto | | | | |
| Acidentes e Doença | 56.192.894 | 3.717.344 | -3.369.509 | 56.540.729 |
| Incêndio e Outros Danos Automóvel | 26.201.049 | 2.518.064 | 2.156.403 | 30.875.516 |
| - Responsabilidade civil | 58.829.627 | 1.959.832 | -4.905.778 | 55.883.681 |
| - Outras coberturas | 27.806.523 | 1.037.088 | 67.714 | 28.911.325 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 5.370.885 | 280.765 | 395.478 | 6.047.128 |
| Responsabilidade Civil Geral | 2.738.900 | 349.410 | -189.649 | 2.898.661 |
| Crédito e Caução | 7.177 | 774 | 36.780 | 44.731 |
| Proteção Jurídica | 635 | 23.540 | -2.615 | 21.560 |
| Assistência | 0 | 42 | -1.392 | -1.350 |
| Diversos | 1.126.473 | 4.175 | 1.568.990 | 2.699.639 |
| Total | 178.274.163 | 9.891.034 | -4.243.577 | 183.921.620 |
| Resseguro aceite | 1.702.120 | 1.745 | 0 | 1.703.865 |
| Total geral | 179.976.283 | 9.892.779 | -4.243.577 | 185.625.485 |

4.2. Prestação de informação que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos específicos de seguros, nomeadamente:

- a) Objetivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos, incluindo uma descrição do processo de aceitação, avaliação, monitorização e controlo desses riscos;

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguro, os quais classificamos na categoria do Risco Específico de Seguros.

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respetiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de atividade e podem subdividir-se em diferentes subriscos:

- **Risco de Desenho dos Produtos:** risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.
- **Risco de Prémios:** relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices atualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação).
- **Risco de Subscrição:** risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a seleção e aprovação dos riscos a segurar.
- **Risco de Provisionamento:** é o risco de as provisões para sinistros constituídos se venham a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.
- **Risco de Sinistralidade:** é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.
- **Risco de Retenção:** é o risco de uma maior retenção de riscos (menor proteção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.
- **Risco Catastrófico:** resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

O risco específico de seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros é transferida para uma resseguradora (ou um conjunto de resseguradoras).

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que

derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que a Lusitania tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos.

O peso da carteira Automóvel fixou-se, em 2012, em 42,7% do total, reflete a estratégia de dispersão de riscos, com maior peso dos particulares. A evolução verificada traduz uma transferência de grandes riscos, associados a grandes empresas, para uma carteira *risk mix*, reduzindo o impacto da respetiva volatilidade. Para o efeito, foram criadas novas soluções orientadas para estes segmentos e mais adequadas ao perfil de cliente.

b) Sobre o risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efetuadas, concentrações de risco e sinistros efetivos comparados com estimativas anteriores.

A evolução da provisão para sinistros pode ser analisada como segue:

| Anos | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 |
|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|-------------|-------------|-------------|
| 2004 | 34.265.407 | 11.947.623 | 8.921.867 | 6.645.608 | 6.103.632 | 16.998.760 | 13.367.770 | 11.624.767 | 9.890.829 |
| 2005 | | 40.709.167 | 19.820.791 | 13.040.321 | 10.511.579 | 21.524.303 | 15.548.154 | 12.233.074 | 11.076.819 |
| 2006 | | | 55.393.184 | 25.971.066 | 18.020.173 | 28.958.758 | 23.884.492 | 20.416.490 | 19.028.551 |
| 2007 | | | | 50.084.872 | 23.758.984 | 31.913.266 | 23.101.932 | 19.614.212 | 18.314.452 |
| 2008 | | | | | 44.686.803 | 43.832.437 | 27.787.386 | 20.683.780 | 18.797.845 |
| 2009 | | | | | | 83.249.659 | 41.031.932 | 22.721.717 | 19.265.024 |
| 2010 | | | | | | | 82.713.823 | 33.485.554 | 22.631.468 |
| 2011 | | | | | | | | 85.602.010 | 38.828.193 |
| 2012 | | | | | | | | | 65.509.306 |
| Montantes pagos para os anos de ocorrência | 34.848.195 | 51.054.054 | 77.564.551 | 89.516.695 | 82.439.721 | 82.758.489 | 165.538.531 | 180.397.097 | 178.039.271 |

4.3. Prestação de informação quantitativa e qualitativa acerca do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. A informação qualitativa deve incluir, nomeadamente, a exposição ao risco e a origem dos riscos, objetivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos e os métodos

utilizados para mensurar os riscos, assim como, alterações face ao período anterior.

A Lusitania está exposta a uma variedade de riscos através dos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos, podendo mesmo considerar-se, num sentido lato, que todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência. Paralelamente a esta consideração, resulta o fato de o risco financeiro, a que a Companhia está exposta, corresponder à potencial incapacidade de cumprir com as suas responsabilidades, em consequência de os rendimentos gerados pelos ativos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e não diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros a que a Companhia está exposta são:

**Composição dos investimentos financeiros e
investimentos em subsidiárias e associadas, por país emitente**

| | 2011 | | 2012 | |
|----------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| Portugal | 211.602.566 | 75,9% | 237.448.810 | 84,9% |
| Espanha | 15.800.293 | 5,7% | 11.885.181 | 4,3% |
| França | 6.254.422 | 2,2% | 1.492.792 | 0,5% |
| Alemanha | 3.598.575 | 1,3% | 2.580.307 | 0,9% |
| Estados Unidos | 3.344.283 | 1,2% | 2.391.695 | 0,9% |
| Países Baixos | 2.303.591 | 0,8% | 755.691 | 0,3% |
| Reino Unido | 6.278.470 | 2,3% | 3.944.857 | 1,4% |
| Itália | 8.137.596 | 2,9% | 3.419.480 | 1,2% |
| Áustria | 615.569 | 0,2% | 614.030 | 0,2% |
| Luxemburgo | 7.726.020 | 2,8% | 4.652.889 | 1,7% |
| Outros | 13.127.530 | 4,7% | 10.396.072 | 3,7% |
| TOTAL | 278.788.915 | 100,0% | 279.581.803 | 100,0% |

• Risco de Mercado

O risco de mercado deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros relacionados com variações dos mercados cambiais, dos mercados de ações, das taxas de juro, do valor do imobiliário e do nível de concentração. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos.

Na Lusitania, a gestão do risco de mercado respeita as regras de afetação de ativos por classe e tipo de emitente e pauta-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

O risco da carteira encontra-se localizado, essencialmente, em território português⁹ ou da União Europeia. No entanto, com a integração, em 2009, das carteiras da Real Seguros e da Mutuamar, a concentração dispersou-se por outros países, entre os quais os Estados Unidos e “Outros”, onde se incluem 5.640.370 euros referentes a investimentos localizados no Bahrein e o restante noutros países europeus, mas cujo valor por país não excede um milhão de euros. À exceção destes casos, não se verificou nenhuma outra alteração significativa quanto à concentração dos investimentos noutros países da Europa ou do mundo. À exceção de um título moçambicano, a totalidade da carteira da Companhia está denominada em euros.

Tipo de taxa da carteira de obrigações

| | 2011 | | 2012 | |
|------------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| Fixa | 92.937.857 | 58,4% | 130.704.934 | 80,96% |
| Variável | 63.250.968 | 39,7% | 30.736.573 | 19,04% |
| Cupão Zero | 3.033.992 | 1,9% | 0 | 0,00% |
| <i>Defaulted</i> | 47.135 | 0,0% | 5.893 | 0,00% |
| TOTAL | 159.269.952 | 100,0% | 161.447.400 | 100,0% |

• Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

O risco de crédito é gerido essencialmente com base na política de gestão de investimentos em vigor na Companhia, sendo efetuada uma gestão e monitorização permanente das carteiras de títulos conjunta entre a Direção Financeira e a Sociedade Gestora de Ativos Financeiros do Grupo Montepio.

Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas quer no plano das metodologias de ferramentas de avaliação e controlo dos riscos quer ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

⁹ A diferença de valores relativa ao quadro apresentado anteriormente, vide página 33, deve-se à exclusão de ativos que, nos termos da IFRS 7, não devem ser considerados, como por exemplo, os imóveis e a coleção Lusitania.

Rating da carteira de obrigações

| | 2011 | | 2012 | |
|--------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| AAA | - | - | - | 0,0% |
| AA+ | 152.920 | 0,1% | 109.904 | 0,07% |
| AA | 332.938 | 0,2% | - | 0,0% |
| AA- | 1.630.848 | 1,0% | 336.038 | 0,21% |
| A+ | 4.368.055 | 2,7% | 2.244.702 | 1,39% |
| A | 12.656.023 | 8,0% | 2.108.401 | 1,35% |
| A- | 42.706.575 | 26,8% | 9.538.625 | 5,91% |
| BBB+ | 6.387.213 | 4,0% | 2.142.976 | 1,33% |
| BBB | 4.049.736 | 2,5% | 5.180.034 | 3,21% |
| BBB- | 1.418.466 | 0,9% | 6.478.164 | 4,01% |
| BB+ | 4.843.306 | 3,0% | 2.276.889 | 1,41% |
| BB | 58.221.936 | 36,6% | 80.350.647 | 49,77% |
| BB- | 9.599.071 | 6,0% | 7.085.862 | 4,39% |
| B+ | 945.458 | 0,6% | 34.837.617 | 21,58% |
| B | 1.735.841 | 1,1% | 2.181.437 | 1,35% |
| B- | - | - | - | 0,0% |
| CCC | 1.417.292 | 0,9% | 791.593 | 0,49% |
| CC | - | - | - | 0,0% |
| C | - | - | 95.697 | 0,06% |
| D | - | - | 5.893 | 0,0% |
| Desconhecido | 8.804.274 | 5,5% | 5.682.921 | 3,52% |
| TOTAL | 159.269.952 | 100,0% | 161.447.400 | 100,0% |

A descida dos *ratings* da carteira está intimamente relacionada com a degradação do *rating* da dívida soberana dos Estados Europeus e das emissões das principais empresas do espaço europeu. Contudo, e, apesar desta conjuntura, cerca de 39% da carteira tem uma notação de A- ou superior, embora não haja qualquer ativo de *rating* AAA. Refira-se que aos ativos anteriormente incluídos na rubrica com *rating* desconhecido e que neste exercício se encontram classificados com a notação da respetiva empresa mãe, cerca de 34 milhões de euros se referem a ativos emitidos pelo Grupo Montepio Geral, cujo *rating* é B+.

No que se refere aos resseguradores, estes são selecionados criteriosamente, em função não somente da respetiva capacidade de suporte técnico e geração de valor para a Companhia, como também da solidez económico-financeira que evidenciam.

Painel de resseguradores e respetivo *rating*

| Ressegurador | <i>Rating</i> |
|---------------------|----------------------|
| Swiss Re (leader) | AA- |
| Amlin | A |
| Axis Re | A |
| Endurance | A |
| Hannover Ruck | AA- |
| Mapfre Re | A- |
| Mitsui Sumitomo | AA- |
| MMA - Groupe Covea* | Api |
| Münchener Rück | AA- |
| Nacional Reaseguros | A- |
| Odyssey Re | A- |
| PartnerRe | AA- |
| R+V Versicherungs | AA- |
| SCOR | A+ |
| Secura | A+ |
| Sirius | A- |
| Trans Re | A+ |

* Empresa mútua não cotada em bolsa

Relativamente aos mediadores, a seleção dos nossos parceiros é efetuada de acordo com os pressupostos definidos na proposta de valor para a rede de mediação. De igual modo a atribuição da capacidade de cobrança depende da avaliação da capacidade, competência e idoneidade do mediador, sendo objeto de acompanhamento permanente e realização de auditorias pela área de Auditoria a Agentes, sob o comando da Direção da Gestão de Contas.

• Risco de Liquidez

Risco que advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.

A Lusitania tem definido processos regulares de gestão das necessidades de liquidez que permitem assegurar o cumprimento das obrigações previstas e a aplicação financeira dos excedentes verificados nas contas bancárias. Estes processos tiveram particular destaque nos últimos anos que foram bastante atribulados nos mercados financeiros com a crise a originar uma reduzida liquidez dos mercados.

Duração da carteira de obrigações

| | 2011 | | 2012 | |
|------------------|--------------------|---------------|--------------------|---------------|
| | Valor | % | Valor | % |
| < 6 meses | 49.195.156 | 30,9% | 25.887.057 | 16,0% |
| 6 meses a 1 ano | 3.887.940 | 2,4% | 17.883.862 | 11,1% |
| 1 ano a 3 anos | 37.305.090 | 23,4% | 32.777.303 | 20,3% |
| 3 anos a 5 anos | 12.138.789 | 7,6% | 20.074.565 | 12,4% |
| 5 anos a 10 anos | 44.627.868 | 28,0% | 54.951.122 | 34,0% |
| > 10 anos | 12.115.109 | 7,6% | 9.873.492 | 6,1% |
| TOTAL | 159.269.952 | 100,0% | 161.447.400 | 100,0% |

Tal como se constata da leitura dos quadros acima, conjugados com o quadro apresentado no Anexo 1, a carteira da Companhia é essencialmente constituída por obrigações (44,3%), quer de Dívida Pública quer de outras entidades, e por imóveis (21,5%). Os ativos com maiores níveis de liquidez, ações, obrigações e liquidez de curto e médio prazo representam mais de 69% dos ativos em carteira. Tanto a duração como a maturidade da carteira de obrigações apresentam valores que permitem assegurar e garantir a cobertura integral do risco de liquidez.

• Risco Operacional

Trata-se de riscos de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas e ao não cumprimento das normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

Como forma de mitigação do risco operacional, a Lusitania tem em curso um projeto para atualizar a sua cadeia de valor, com identificação dos riscos associados a cada processo, de modo a reavaliar a frequência e impacto dos referidos riscos. Na sequência, encontra-se também em desenvolvimento, a redefinição de controlos e métricas de modo a ajustar o modelo de controlo interno.

Com o intuito de minimizar o risco do sistema de informação, está em curso um projeto para certificação da norma ISO 27001, que possibilita a implementação de um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI) e que responde aos requisitos para o estabelecimento, implementação, operação, monitorização, revisão, manutenção e melhoria de um sistema documentado de gestão da segurança da informação, no contexto dos riscos de negócio/atividade da Companhia.

As auditorias de segurança e peritagens técnicas, realizadas durante o ano de 2012, apresentaram um elevado grau de segurança. Assim, em 45 testes aplicacionais realizados, apenas foram detetadas 2 vulnerabilidades em *sites* públicos. Da mesma forma, apenas foram identificadas 4 vulnerabilidades no total de 1408 testes realizados a sistemas operativos e de base em máquinas acessíveis pela *internet*.

Ainda no âmbito da segurança, foi realizado um teste ao Plano de Continuidade de Negócio (PCN), já no início do corrente ano, onde foram detetadas algumas ineficiências que estão a ser suplantadas. Para atestar a validade do PCN, os testes evidenciaram a robustez dos sistemas de informação e a capacidade de resposta dos equipamentos e da equipa responsável.

Da mesma forma, de modo a garantir a continuidade do negócio, também durante o corrente ano foram realizados testes de *disaster recovery*, em setembro e em novembro, com resultados muito positivos.

4.4. Quantia de perdas por imparidade reconhecida e a quantia de perdas por imparidade revertida durante o período relativamente a ativos de resseguro e as razões que suportam essa imparidade.

Não se verificaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 perdas de imparidade relativamente a ativos de resseguro.

4.5. Informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões.

As provisões para sinistros, avaliadas pelo Atuário Responsável, revelaram uma margem de conforto que permite frisar a suficiência das provisões face à estimativa das responsabilidades conhecidas ou emergentes no âmbito do exercício de 2012.

Em relação à suficiência das tarifas, os prémios revelaram-se suficientes face aos custos decorrentes da atividade na modalidade Acidentes de Trabalho e no ramo Multirriscos Habitação. Mercê da conjuntura adversa, os ramos de Multirriscos Comércio, Doença e Automóvel revelam um comportamento menos favorável.

4.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade¹⁰, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido.

Taxas de sinistralidade de seguro direto

| Ramo | 2012 | 2011 |
|-------------------------|--------|-------|
| Acidentes e Doença | 92,5% | 74,2% |
| Incêndio e Outros Danos | 64,4% | 65,1% |
| Automóvel | 80,8% | 74,5% |
| Transportes | 105,8% | 64,8% |
| Responsabilidade Civil | 47,0% | 44,8% |
| Outros | 52,9% | 92,3% |
| Total | 80,8% | 71,9% |

¹⁰ Rácios de sinistralidade = Custos com sinistros/Prémios adquiridos

Rácio de sinistros resseguro cedido / Sinistros seguro direto

| Ramo | 2012 | 2011 |
|-------------------------|--------------|--------------|
| Acidentes e Doença | 3,1% | 1,3% |
| Incêndio e Outros Danos | 50,1% | 42,4% |
| Automóvel | 2,1% | 1,0% |
| Transportes | 16,5% | 30,4% |
| Responsabilidade Civil | -39,8% | -1,5% |
| Outros | 93,2% | 96,6% |
| Total | 11,2% | 10,3% |

Rácio de custos com sinistros resseguro cedido / prémios resseguro cedido

| Ramo | 2012 | 2011 |
|-------------------------|--------------|--------------|
| Acidentes e Doença | 96,9% | 22,5% |
| Incêndio e Outros Danos | 82,9% | 63,6% |
| Automóvel | 24,9% | 9,2% |
| Transportes | 53,7% | 44,1% |
| Responsabilidade Civil | -155,1% | -4,6% |
| Outros | 225,2% | 325,7% |
| Total | 65,0% | 48,9% |

4.7. Montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros:

Reembolsos

| | 2012 | 2011 |
|------------------------------|------------------|------------------|
| Em aberto com menos de 1 ano | 1.406.869 | 4.370.154 |
| Em aberto com mais de 1 ano | 3.561.552 | 2.394.861 |
| Totais | 4.968.421 | 6.765.015 |

5. Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de outros passivos financeiros é analisada como segue:

| | 2012 | 2011 |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Depósitos de resseguradores | 7.289.292 | 8.986.665 |
| Empréstimos obrigacionistas | 20.500.000 | 20.500.000 |
| Conta caucionada | 15.000.000 | 10.000.000 |
| Total | 42.789.292 | 39.486.665 |

A rubrica Empréstimos obrigacionistas refere-se a obrigações subordinadas emitidas pela Companhia e integralmente subscritas pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica Conta caucionada inclui o montante de Euros 15 milhões referente a uma conta caucionada na Caixa Económica Montepio Geral. Em 31 de dezembro de 2011, esta rubrica incluía o montante de Euros 10 milhões de conta caucionada contraída na Caixa Económica Montepio Geral.

6. Instrumentos financeiros

Rubricas de balanço

| | 2012 | 2011 |
|--|--------------------|--------------------|
| Ativos financeiros detidos para negociação | 2.857.639 | 3.085.303 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 137.675.170 | 143.532.141 |
| Investimentos a deter até maturidade | 56.451.106 | 62.871.239 |
| Empréstimos concedidos e contas a receber | 37.513.481 | 42.025.769 |
| Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas | 5.005.341 | 5.914.292 |
| Total | 239.502.737 | 257.428.744 |

A rubrica Ativos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

| | 2012 | 2011 |
|--|------------------|------------------|
| | Justo valor | Justo valor |
| Obrigações | | |
| De outros emissores públicos | - | 40.215 |
| De outros emissores | 2.857.639 | 3.045.088 |
| Total | 2.857.639 | 3.085.303 |
| Os quais desagregam-se do seguinte modo: | | |
| Nível I | 2.857.639 | 3.085.303 |
| Nível II | - | - |
| Nível III | - | - |
| Total | 2.857.639 | 3.085.303 |

De acordo com os requisitos da IFRS 7, estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*;
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado;
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

O detalhe da carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda, relativo a 2012, é apresentado como segue:

| | 2012 | | | | |
|---|-------------------------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | Custo de aquisição amortizado | RJV | Imparidades | Juro | Valor balanço |
| Títulos de dívida | | | | | |
| Dívida pública | 33.615.344 | 537.243 | - | 627.397 | 34.779.984 |
| Outros emissores | 71.233.250 | (6.422.375) | (201.818) | 591.505 | 65.200.561 |
| Subtotal | 104.848.594 | (5.885.132) | (201.818) | 1.218.902 | 99.980.545 |
| Ações | 15.132.551 | 1.746.685 | (889.980) | - | 15.989.256 |
| Outros instrumentos de capital e unidades de participação | 22.958.533 | 816.617 | (2.069.781) | - | 21.705.369 |
| Subtotal | 38.091.084 | 2.563.302 | (2.959.761) | - | 37.694.625 |
| Total | 142.939.678 | (3.321.830) | (3.161.580) | 1.218.902 | 137.675.170 |

Os quais se desgremam do seguinte modo:

| | Valor de balanço |
|--------------|--------------------|
| Nível I | 110.285.370 |
| Nível II | 27.389.800 |
| Nível III | - |
| Total | 137.675.170 |

O detalhe da carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda, relativo a 2011, é apresentado como segue:

| | 2011 | | | | |
|---|-------------------------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|
| | Custo de aquisição amortizado | RJV | Imparidades | Juro | Valor de balanço |
| Títulos de dívida | | | | | |
| Dívida pública | 2.597.738 | (183.103) | - | 30.632 | 2.445.267 |
| Outros emissores | 96.730.514 | (8.995.236) | - | 1.031.747 | 88.767.025 |
| Subtotal | 99.328.252 | (9.178.339) | - | 1.062.379 | 91.212.292 |
| Ações | 17.179.153 | 816.187 | (4.666.640) | - | 13.328.700 |
| Outros instrumentos de capital e unidades de participação | 38.777.697 | 1.484.291 | (1.270.839) | - | 38.991.149 |
| Subtotal | 55.956.850 | 2.300.478 | (5.937.479) | - | 52.319.849 |
| Total | 155.285.102 | (6.877.861) | (5.937.479) | 1.062.379 | 143.532.141 |

Os quais se desgremam do seguinte modo:

| | Valor de balanço |
|--------------|--------------------|
| Nível I | 127.991.376 |
| Nível II | 15.540.765 |
| Nível III | - |
| Total | 143.532.141 |

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de Investimentos a deter até à maturidade é analisada como segue:

| | 2012 | | |
|---------------------|--------------------|------------------|-------------------|
| | Custo de aquisição | Juro | Valor de balanço |
| Títulos de dívida | | | |
| De dívida pública | 42.841.416 | 975.750 | 44.917.643 |
| De outros emissores | 12.870.374 | 293.674 | 11.533.463 |
| Total | 55.711.790 | 1.269.424 | 56.451.106 |

O detalhe da rubrica de Empréstimos concedidos e contas a receber é apresentado como segue:

| | 2012 | 2011 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Depósitos junto de empresas cedentes | 437.852 | 475.723 |
| Outros depósitos | 10.490.480 | 15.147.202 |
| Empréstimos concedidos | 26.585.150 | 26.402.844 |
| Total | 37.513.482 | 42.025.769 |

A rubrica Empréstimos Concedidos inclui valores entregues à N-Seguros e à Parvir – Participações, Gestão e Promoção Imobiliária, S.A. nos montantes de 11,5 milhões de euros e de 3 milhões de euros, respetivamente, mantendo-se o capital em dívida inalterado face ao exercício anterior.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica Empréstimos Concedidos inclui ainda valores entregues à Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A., no montante de 10 milhões de euros, face a 2,1 milhões de euros, em 2011.

A carteira de Investimentos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas é apresentada como segue:

| | 2012 | | | |
|-------------------|---------------------|-----------------------|----------|------------------|
| | Custos de aquisição | Valias não realizadas | Juro | Valor de balanço |
| Títulos de dívida | | | | |
| Dívida pública | 2.191.034 | 57.051 | - | 2.158.111 |
| Outros emissores | 5.182.003 | (943.834) | - | 2.847.230 |
| Total | 7.373.037 | (886.783) | - | 5.005.341 |

Os quais se desgregam do seguinte modo:

| | Valor de balanço |
|--------------|------------------|
| Nível I | 5.005.341 |
| Nível II | - |
| Nível III | - |
| Total | 5.005.341 |

| | 2011 | | | |
|-------------------|---------------------|-----------------------|----------------|------------------|
| | Custos de aquisição | Valias não realizadas | Juro | Valor de balanço |
| Títulos de dívida | | | | |
| Dívida pública | 2.191.034 | (189.208) | 99.234 | 2.101.060 |
| Outros emissores | 5.204.171 | (1.740.958) | 350.019 | 3.813.232 |
| Total | 7.395.205 | (1.930.166) | 449.253 | 5.914.292 |

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

| | Valor de balanço |
|--------------|------------------|
| Nível I | 5.914.292 |
| Nível II | - |
| Nível III | - |
| Total | 5.914.292 |

Com referência a 31 de dezembro de 2012 e 2011, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de *bailout*, é apresentada em seguida:

| Emitente / Carteira | 31 de dezembro de 2012 | | | | | |
|---|------------------------|-------------------|------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| | Valor contabilístico | Justo valor | Reserva de justo valor | Taxa de juro média % | Maturidade média (anos) | Nível de valorização |
| Portugal | | | | | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 33.116.704 | 33.116.704 | 534.133 | 4,0 | 4 | 1 |
| Ativos financeiros detidos até à maturidade | 43.941.893 | 46.029.274 | | 4,3 | 4 | 1 |
| Total | 77.058.597 | 79.145.978 | 534.133 | | | |

| Emitente / Carteira | 31 de dezembro de 2011 | | | | | |
|---|------------------------|-------------------|------------------------|----------------------|-------------------------|----------------------|
| | Valor contabilístico | Justo valor | Reserva de justo valor | Taxa de juro média % | Maturidade média (anos) | Nível de valorização |
| Portugal | | | | | | |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 2.033.760 | 2.033.760 | (20.231) | 2,9 | 20 | 1 |
| Ativos financeiros detidos até à maturidade | 50.391.372 | 43.606.415 | - | 4,4 | 6 | 1 |
| Total | 52.425.132 | 45.640.175 | (20.231) | | | |

6.1. Indicação, para as classes de ativos financeiros e de passivos financeiros não valorizados a justo valor, do correspondente justo valor de forma a permitir a sua comparação com as quantias escrituradas, exceto: a) quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor; b) relativamente a investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados num mercado

ativo; ou c) relativamente a derivados associados a tais instrumentos de capital próprio que sejam mensurados pelo custo porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

| | 2012 | | 2011 | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Justo valor | Valor de balanço | Justo valor | Valor de balanço |
| Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem | 26.682.800 | 26.682.800 | 8.439.627 | 8.439.627 |
| Empréstimos concedidos e contas a receber | 37.513.482 | 37.513.482 | 42.025.769 | 42.025.769 |
| Outros devedores por operações de seguros e outras operações | 74.794.778 | 74.794.778 | 91.529.541 | 91.529.541 |
| Investimentos a deter até à maturidade | 57.465.569 | 56.451.106 | 49.046.377 | 62.871.239 |
| Ativos financeiros ao custo amortizado | 196.456.629 | 195.442.166 | 191.041.314 | 204.866.176 |
| Outros passivos financeiros | 37.533.437 | 42.789.292 | 39.700.831 | 39.486.665 |
| Outros credores por operações de seguros e outras operações | 29.973.181 | 29.973.181 | 26.194.759 | 26.194.759 |
| Passivos financeiros ao custo amortizado | 67.506.618 | 72.762.473 | 65.895.590 | 65.681.424 |

6.4. Prestação de informação acerca de reclassificações, incluindo o impacto e a razão da reclassificação.

Durante o exercício de 2011 a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de Euros 31,6 milhões para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

| | Valor de aquisição | Valor de balanço | Na data de transferência | | | | Valor de mercado em dezembro de 2012 | Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2012 ^(c) |
|--|--------------------|------------------|--------------------------|-------------|---|-----------------------------|--------------------------------------|---|
| | | | Reserva de justo valor | | Valor dos <i>cashflows</i> futuros ^(a) | Taxa efetiva ^(b) | | |
| | | | Positiva | Negativa | | | | |
| De ativos financeiros disponíveis para venda | 28.525.661 | 31.648.393 | - | (3.143.236) | 43.674.994 | 6,4% | 26.693.485 | 629.617 |

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

(b) A taxa efetiva foi calculada com base nas taxas *forward* decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da *call*, quando aplicável, e a data de maturidade do ativo.

(c) A reserva de justo valor amortizada, durante o exercício de 2012, atingiu o valor de 509.357 euros. Em 2011, o montante alcançado foi de 120.260 euros.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia seria o seguinte:

| | 2012 | 2011 |
|------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Impacto em reservas de justo valor | (7.707.966) | (13.278.187) |
| Efeito fiscal | 2.235.310 | 3.850.674 |
| Total | (5.472.656) | (9.427.512) |

6.11. Descrição relativa ao apuramento do justo valor, designadamente:

a) Dos métodos e, quando for usado um método de avaliação, dos pressupostos aplicados na determinação do justo valor de cada classe de ativos financeiros e de passivos financeiros;

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cashflows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Lusitania são os seguintes:

Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações.

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Investimentos detidos até à maturidade e passivos subordinados

Estes ativos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

6.16. Prestação de informação qualitativa que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, nomeadamente:

a) Exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período;

Os riscos financeiros são os que decorrem da gestão de ativos devido à volatilidade dos preços e envolvem a exposição aos valores das ações, obrigações ou outros títulos, das taxas de juro e das taxas de câmbio.

Risco de taxa de juro: é um risco que existe para todos os ativos e responsabilidades onde o valor é sensível às volatilidades na taxa de juro. São riscos que resultam dos investimentos em obrigações ou da aplicação da taxa de juro no cálculo das responsabilidades (*best estimate*).

Ver Nota 4.3.

Riscos de *spread*: são a componente dos riscos associada aos instrumentos financeiros que é explicada pela volatilidade dos *spreads* de crédito sobre uma taxa de juro sem risco.

Ver Nota 4.3.

Riscos de câmbio: são os que resultam de alterações da taxa de câmbio e surgem quando a carteira de ativos e de responsabilidades não são da mesma moeda ou se os contratos estão definidos numa moeda diferente da calculada para o prémio.

Risco das ações (*equity*): são os riscos associados a uma carteira de ações e resultam da volatilidade dos preços de mercado acionistas. A exposição ao *equity risk* reflete-se em todos os ativos e responsabilidades cujo valor é sensível às alterações dos preços das ações.

6.17. Prestação de informação quantitativa que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por cada tipo de risco, nomeadamente:

a) A exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período;

A exposição aos riscos financeiros traduz a política de investimento da Companhia, enquadrada por critérios de prudência na seleção de ativos, próprios da atividade seguradora, conforme Nota 4.3.

e) Análise da maturidade dos passivos financeiros que indique as maturidades contratuais restantes e uma descrição da forma como a empresa gere o correspondente risco de liquidez;

A Companhia procedeu, em 31 de dezembro de 2009, a uma emissão de obrigações subordinadas no montante de 18 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram integralmente subscritas pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 100 bp. Ver Nota 20 - Custos de financiamento.

Em 30 de dezembro de 2011, a Companhia procedeu adicionalmente à emissão de obrigações subordinadas no montante de 2,5 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram integralmente subscritas pela Caixa Económica Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 250 bp. Ver Nota 20 - Custos de financiamento.

Após o final do 5º ano de vida de ambos os empréstimos, e posteriormente, em cada data de pagamento de juros, a emitente poderá reembolsar os empréstimos obrigacionistas na sua globalidade, ao par, mediante pré-aviso da sua iniciativa, com antecipação de cinco anos em relação à data do reembolso.

A Companhia possui igualmente, em 31 de dezembro de 2012, uma conta corrente caucionada e um empréstimo no Montepio Geral, no montante de 15 milhões de euros, tendo sido liquidada a primeira em janeiro de 2013.

7. Investimentos em filiais e associadas

7.1. Indicação, quando aplicável, que se trata de demonstrações financeiras separadas, identificação da empresa-mãe e da empresa-mãe de topo da Companhia e listagem dos investimentos significativos em filiais, entidades conjuntamente controladas e associadas, incluindo o nome, o país de constituição ou domicílio, percentagem do capital e, se for diferente, a percentagem de direitos de voto detidos; assim como, descrição do método utilizado para contabilizar esses investimentos.

As presentes demonstrações financeiras de que fazem parte estas notas às contas são demonstrações financeiras individuais. A Companhia prepara igualmente demonstrações financeiras consolidadas.

O detalhe dos Investimentos em filiais e associadas é apresentado como segue:

| Empresa Morada | Fração de capital detida | Valor contabilístico | Empresa-Mãe | Empresa-Mãe topo do grupo | Capitais próprios | Ano | Resultado |
|--|--------------------------|----------------------|------------------|---------------------------|-------------------|------|-----------|
| Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A. Av. Engenheiro Duarte Pacheco, T2 8º/Sala 5 - Lisboa | 80,63% | 590 | Lusitania | Montepio | 1.196 | 2011 | (105) |
| Clínica Serviços Médicos Computorizados de Belém, S.A R. Manuel M ^a Viana - Lisboa | 24,50% | 257 | José Mello Saúde | José Mello Saúde | 1.597 | 2011 | 47 |
| N Seguros Zona Industrial da Maia 1 - Maia | 100,00% | 12.500 | Lusitania | Montepio | (3.362) | 2012 | 1.010 |
| Lykeion - Centro de Conhecimento Rua do Prior, 6 - Lisboa | 100,00% | 50 | Lusitania | Montepio | (6) | 2011 | 7 |

As participações financeiras estão registadas ao custo de aquisição deduzidas de perdas por imparidade.

Em 31 de dezembro de 2012, conforme evidenciado no quadro acima, os capitais próprios da N Seguros encontram-se negativos em -3.362 milhões de euros. É convicção da Administração da Companhia, com base no plano de negócios elaborado para aquela filial, que serão recuperáveis os montantes de 12.5 milhões de euros, 9 milhões de euros e 2.5 milhões de euros, relativos, respetivamente, à participação financeira de 100% detida na N Seguros e à concessão de um empréstimo subordinado e de uma prestação suplementar. A determinação do valor recuperável da N Seguros foi efetuada a partir do plano de negócios aprovado pela Administração e tendo em consideração uma taxa de desconto de 12%.

Apesar da N Seguros apresentar capitais próprios negativos, importa referir que cumpre com os requisitos mínimos de solvência exigidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.

A Companhia, aquando da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, procede à consolidação integral da sua filial N Seguros, não procedendo à consolidação integral, nem pelo método da equivalência patrimonial, das suas participações nas restantes filiais e associada, em função da imaterialidade dos valores respetivos, os quais não seriam passíveis, uma vez considerados, de influenciar as decisões económicas dos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

8. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

8.1. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, e reconciliação das quantias incluídas na demonstração de fluxos de caixa com os itens equivalentes relatados no balanço.

| | 2012 | 2011 |
|-------------------|-------------------|------------------|
| Numerário | 28.090 | 45.478 |
| Depósitos à ordem | 26.654.710 | 8.394.149 |
| Total | 26.682.800 | 8.439.627 |

9. Terrenos e edifícios

9.1. Identificação do modelo de valorização aplicado.

O modelo de valorização utilizado para os terrenos e edifícios de uso próprio é o Modelo do Custo. Para os terrenos e edifícios de rendimento é utilizado o Modelo do Justo Valor.

9.2. Descrição dos critérios utilizados para distinguir terrenos e edifícios de rendimento de terrenos e edifícios de uso próprio.

Na distinção entre terrenos e edifícios de rendimento e terrenos e edifícios de uso próprio, a Companhia utiliza os critérios de classificação que constam, respetivamente, nas IAS 16 e 40. Assim, para tal distinção entre uso próprio e rendimento no que diz respeito à classe de terrenos e edifícios, a Companhia adota o princípio da recuperabilidade do ativo. Deste modo, e para os imóveis cuja recuperabilidade seja por via da obtenção de rendas ao invés do seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de rendimento, utilizando os critérios de mensuração da IAS 40. Por sua vez, para os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de uso próprio, aplicando nesse caso, os critérios de mensuração subsequente que constam da IAS 16.

Modelo de justo valor

9.3. Indicar em que medida o justo valor do terreno e edifício de rendimento se baseia numa valorização de um avaliador independente que possua uma qualificação profissional reconhecida e relevante e que tenha experiência recente na localização e na categoria da propriedade que está a ser valorizada.

O valor dos terrenos e edifícios de rendimento avaliados é, segundo o critério utilizado pelo perito independente, de acordo com a Norma Regulamentar nº 16/99-R, do Instituto de Seguros de Portugal e baseia-se em visita ao local e mercado imobiliário da zona. O método utilizado é aquele que, na opinião do perito, melhor se adequa a cada caso concreto.

No exercício de 2012, e de acordo com as informações recolhidas junto dos peritos avaliadores a quem a Companhia normalmente recorre, não seriam exetáveis oscilações significativas dos valores de mercado deste tipo de ativos, pelo que não foram efetuadas avaliações à totalidade dos imóveis de rendimento detidos, mas tão-somente a alguns,

com impacto negativo de cerca de 97 mil euros (ver Nota 37.4 – Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro).

9.5. Reconciliação entre as quantias escrituradas do terreno e edifício no início e no fim do período, evidenciando:

a) Adições, divulgando separadamente as adições resultantes de aquisições e as resultantes de dispêndio subsequente reconhecido na quantia escriturada de um ativo;

| Descrição | Saldo inicial | | Aumentos | Reavaliações e diminuições de valor | Transf. / Benfeitorias | Alienações | | Saldo final | |
|---------------|--------------------|-------------------|------------------|-------------------------------------|------------------------|--------------------|------------------|--------------------|-------------------|
| | Valor de aquisição | Valor de balanço | Aquisições | | | Valor de aquisição | Valor de balanço | Valor de aquisição | Valor de balanço |
| De rendimento | | | | | | | | | |
| Terrenos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Edifícios | 26.824.745 | 29.553.162 | 1.931.016 | (97.274) | (354.896) | 1.055.740 | 1.261.007 | 27.717.323 | 29.771.001 |
| Total | 26.824.745 | 29.553.162 | 1.931.016 | (97.274) | (354.896) | 1.055.740 | 1.261.007 | 27.717.323 | 29.771.001 |

Modelo do custo

9.6. Indicação dos critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, dos métodos de depreciação utilizados e das vidas úteis ou das taxas de depreciação usadas.

No reconhecimento inicial dos valores dos terrenos e edifícios de serviço próprio, a Companhia utilizou o custo de aquisição original, atribuindo aos respetivos terrenos 30% do valor, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada imóvel é revista em cada data de relato financeiro.

No que respeita ao método de depreciação, a Companhia utiliza o método linear, dado que é o que melhor reflete o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos do ativo. Esse método é aplicado consistentemente, a toda a classe de ativos.

A Companhia realiza ainda, a cada data de reporte, testes de imparidade para averiguar se o valor escriturado do ativo excede o seu valor recuperável. No caso de a diferença entre o valor recuperável e o valor escriturado do ativo ser negativa, é reconhecida uma perda por imparidade nesse montante. Na aplicação deste procedimento, a Companhia aplica a metodologia constante da IAS 36 em articulação com a IAS 16.

Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas evidenciadas na Nota 3.1 g).

9.7. Indicação da quantia escriturada bruta e da depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período.

Ver Nota 9.8

9.8. Mapa com evolução das quantias escrituradas entre o início e o fim do exercício (incluindo adições e abates).

| Descrição | Saldo inicial | | | | | | | | Saldo final | |
|--------------------|--------------------|------------------|--------------|---------------|--------------|----------------|------------|------------------------|--------------------|--------------------------|
| | Valor de aquisição | Valor de balanço | | | Depreciações | | | Transf. / Benfeitorias | Valor de aquisição | Valor de balanço líquido |
| De serviço próprio | | Valor Bruto | Amortizações | Valor líquido | Do Exercício | Regularizações | Acumuladas | | | |
| Terrenos | 3.166.369 | 7.486.605 | - | 7.486.605 | - | - | - | - | 3.166.369 | 7.486.605 |
| Edifícios | 13.289.090 | 40.716.343 | 3.009.553 | 37.706.790 | 780.935 | (12.214) | 3.778.274 | 411.329 | 13.703.127 | 37.349.398 |
| Total | 16.455.459 | 48.202.948 | 3.009.553 | 45.193.395 | 780.935 | (12.214) | 3.778.274 | 411.329 | 16.869.496 | 44.836.003 |

9.9. Indicação do justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento, sem prejuízo dos casos específicos considerados na Nota 9.19.

Ver Nota 9.5 a)

9.17. Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a:

a) Rendimentos de rendas de terrenos e edifícios de rendimento;

No exercício de 2012, os proveitos provenientes dos edifícios de rendimento totalizaram o montante de 566.723 euros, quando, em 2011, registaram 420.820 euros.

b) Gastos operacionais diretos (incluindo reparações e manutenção) separados por terrenos e edifícios de rendimento que geraram rendimentos de rendas durante o período e terrenos e edifícios de rendimento que não geraram rendimentos de rendas durante o período;

Em 31 de dezembro de 2012, os gastos operacionais em imóveis de rendimentos ascendeu ao montante de 3.172 euros, contra 297.328 euros, em 2011.

10. Outros ativos fixos tangíveis (exceto terrenos e edifícios)

Modelo do custo

10.1. Indicação dos critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, dos métodos de depreciação utilizados e das vidas úteis ou das taxas de depreciação usadas.

No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correto de um dado ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revisto a cada data de relato financeiro.

Sempre que haja evidência objetiva que o valor escriturado dos ativos tangíveis excede o seu valor de mercado, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36 em articulação com a IAS 16.

No que respeita ao método de depreciação, a Companhia utiliza o método linear, uma vez que é o que melhor reflete o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos do ativo. Esse método é aplicado, consistentemente, a toda a classe de ativos.

Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas evidenciadas na Nota 3.1 g).

10.2. Indicação da quantia escriturada bruta e da depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; Reconciliação entre as quantias escrituradas dos ativos tangíveis no início e no fim do período;

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2012, relativos a outros ativos fixos tangíveis são analisados como segue:

| | Saldo Inicial | | | Aumentos | | | Depreciações + Imparidade | | | Saldo Final | | |
|------------------------------------|-------------------|---------------------------|------------------|------------------|---------------|-------------------------|---------------------------|------------------|----------------|-------------------|---------------------------|------------------|
| | Valor Bruto | Depreciações / Imparidade | Valor Líquido | Aquisições | Beneficiações | Transferências / Abates | Alienações | Reforço | Regularizações | Valor Bruto | Depreciações / Imparidade | Valor Líquido |
| Equipamento Administrativo | 7.294.188 | 6.439.293 | 854.895 | 736.341 | - | 2.097.811 | - | 591.468 | -1.900.819 | 10.128.340 | 8.931.580 | 1.196.760 |
| Máquinas e Ferramentas | 1.054.270 | 995.064 | 59.206 | 9.225 | - | 160.286 | - | 33.343 | -136.394 | 1.223.781 | 1.164.801 | 58.980 |
| Equipamento Informático | 7.795.686 | 6.515.245 | 1.280.441 | 313.269 | - | -2.113.064 | 2.429 | 805.479 | 1.903.496 | 5.993.462 | 5.417.228 | 576.234 |
| Instalações interiores | 1.386.778 | 1.317.957 | 68.821 | - | - | 1.063.022 | - | 120.872 | -711.709 | 2.449.800 | 2.150.538 | 299.262 |
| Material de Transporte | 353.787 | 319.849 | 33.938 | - | - | - | 24.333 | 4.815 | 25 | 329.454 | 324.639 | 4.815 |
| Património Artístico | 1.130.226 | - | 1.130.226 | 4.791.658 | - | - | - | - | - | 5.921.884 | - | 5.921.884 |
| Outras imobilizações corpóreas | 1.274.025 | 882.372 | 391.653 | 240 | - | -1.173.208 | - | 598 | 783.800 | 101.057 | 99.170 | 1.887 |
| Equipamentos em Locação Financeira | 309.019 | 426.987 | -117.968 | - | - | -83.312 | - | 56.427 | 278.564 | 225.707 | 204.850 | 20.857 |
| Imobilizações em curso | 47.652 | - | 47.651 | 380.976 | - | -390.819 | - | - | - | 37.808 | - | 37.808 |
| Total | 20.645.631 | 16.896.767 | 3.748.863 | 6.231.709 | 0 | -439.284 | 26.762 | 1.613.002 | 216.963 | 26.411.293 | 18.292.806 | 8.118.487 |

11. Afetação dos investimentos e outros ativos

As rubricas de Investimentos e outros ativos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respetiva afetação:

| | 2012 | | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Afetos | Livres | Total |
| Caixa e equivalentes | 26.682.800 | - | 26.682.800 |
| Terrenos e edifícios | 72.876.381 | 1.730.621 | 74.607.002 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 846.268 | 12.550.000 | 13.396.268 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 2.857.639 | - | 2.857.639 |
| Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas | 5.005.341 | - | 5.005.341 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 131.839.063 | 5.836.107 | 137.675.170 |
| Empréstimos e contas a receber | 10.807.948 | 26.705.533 | 37.513.481 |
| Ativos a deter até à maturidade | 56.451.106 | - | 56.451.106 |
| Outros ativos | - | 163.790.703 | 163.790.703 |
| TOTAL | 307.366.546 | 210.612.964 | 517.979.510 |

| | 2011 | | |
|---|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Afetos | Livres | Total |
| Caixa e equivalentes | 8.439.627 | - | 8.439.627 |
| Terrenos e edifícios | 73.016.036 | 1.730.521 | 74.746.557 |
| Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 846.268 | 12.550.000 | 13.396.268 |
| Ativos financeiros detidos para negociação | 3.085.303 | - | 3.085.303 |
| Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas | 5.914.292 | - | 5.914.292 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 137.625.550 | 5.906.591 | 143.532.141 |
| Empréstimos e contas a receber | 15.147.270 | 26.878.499 | 42.025.769 |
| Ativos a deter até à maturidade | 62.871.239 | - | 62.871.239 |
| Outros ativos | - | 178.687.943 | 178.687.943 |
| TOTAL | 306.945.585 | 225.753.554 | 532.699.139 |

12. Ativos intangíveis

12.1. Identificação do modelo de valorização aplicado.

O *software* e as despesas em edifícios arrendados encontram-se valorizados ao custo deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Como resultado da aquisição da Real Seguros e decorrendo da aplicação da IFRS 3, Concentrações de atividade s empresariais, a Companhia reconheceu o valor da carteira adquirida à Real Seguros, por referência à respetiva data de tomada de controlo daquela Companhia (2 de novembro de 2009). O valor da carteira foi determinado através da atualização dos *cashflows* futuros associados às apólices em vigor à data da aquisição, incluindo um ajustamento que reflete o custo do capital investido no negócio adquirido. O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros.

A Companhia amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

O *goodwill* registado corresponde à aquisição de negócios abaixo identificados entretanto fusionados na Companhia, como segue:

| | milhares de euros |
|----------------------|-------------------|
| | 2012 |
| Genesis | 1.123 |
| Royal & Sun Alliance | 2.860 |
| Real Seguros | 14.691 |
| Total | 18.674 |

A imparidade do *goodwill* é testada tendo por base, o valor recuperável da Lusitania. O valor recuperável foi determinado com base no valor atual dos dividendos futuros que se espera obter com a Companhia, e teve por base o *business plan* aprovado pela gestão, assumindo um crescimento de 2% na perpetuidade e uma taxa de desconto de 12,5%, não havendo necessidade de proceder ao registo de quaisquer perdas.

12.3. Prestação da seguinte informação, para cada classe de ativo intangível, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:

- a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

| | Vida útil finita | Taxa de amortização |
|--------------------------------------|---------------------|------------------------|
| Despesas com Aplicações Informáticas | Sim | 33,33% |
| Carteira de Negócios da Real Seguros | Sim | Ver nota 12.1 |
| Despesas em Edifícios Arrendados | Sim | 33,33% |

- b) Os métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas;

Com exceção do ativo referente à Carteira de negócios da Real, as amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada.

- c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período;

| Descrição | Saldo Inicial | | | Aquisições | Transferências | Regularizações Amortizações | Reforço Amortizações | Saldo Final | | |
|--------------------------------------|-------------------|---------------------|-------------------|---------------|----------------|--------------------------------|-------------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
| | Valor Bruto | Amort. Acumulada | Valor Líquido | | | | | Valor Bruto | Amort. Acumulada | Valor Líquido |
| Despesas com Aplicações Informáticas | 822.404 | 822.404 | - | - | 822.404 | 822.404 | - | - | - | - |
| Carteira de Negócios da Real Seguros | 17.326.816 | 3.091.183 | 14.235.633 | - | - | - | 1.782.341 | 17.326.816 | 4.873.524 | 12.453.292 |
| Despesas em edifícios arrendados | 3.042.355 | 199.077 | 2.843.278 | 34.592 | 31.263 | 75.345 | 137.101 | 3.045.684 | 260.833 | 2.784.851 |
| Ativos Intangíveis em Curso | - | - | - | 44.082 | 44.082 | - | - | - | - | - |
| Total | 21.191.575 | 4.112.664 | 17.078.911 | 78.674 | 897.749 | 897.749 | 1.919.442 | 20.372.500 | 5.134.357 | 15.238.143 |

- d) Os itens de cada linha da conta de ganhos e perdas em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída;

A amortização anual dos ativos intangíveis atingiu o valor de 1.9 milhões de euros e foi imputada às funções custos com sinistros, com 523 mil euros, custos de aquisição, com 1.1 milhões de euros e gastos administrativos, com 265 mil euros.

- e) A quantia escriturada e o período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual que seja material;

O valor remanescente do valor da carteira da Real, será amortizado como segue:

| Ano | Amortizações |
|------|--------------|
| 2013 | 1.503.211 |
| 2014 | 1.264.768 |
| 2015 | 1.241.717 |
| 2016 | 967.923 |
| 2017 | 936.950 |
| 2018 | 840.300 |
| 2019 | 764.823 |
| 2020 | 707.265 |
| 2021 | 664.997 |
| 2022 | 634.878 |
| 2023 | 567.024 |
| 2024 | 507.274 |
| 2025 | 437.047 |
| 2026 | 363.463 |
| 2027 | 355.813 |
| 2028 | 322.128 |
| 2029 | 373.711 |

13. Outras provisões e ajustamentos de contas do ativo

13.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões pelas respectivas subcontas, conforme quadros seguintes:

| | Saldo Inicial | Aumento | Redução | Saldo Final |
|---|------------------|------------------|----------------|------------------|
| 490 - Ajustamentos de recibos por cobrar | 2.160.084 | - | 42.203 | 2.117.881 |
| 491 - Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa | 2.717.120 | 1.729.918 | 256.005 | 4.191.033 |
| Total | 4.877.204 | 1.729.918 | 298.208 | 6.308.914 |

| | Saldo Inicial | Aumento | Redução | Saldo Final |
|------------------------|------------------|------------------|------------------|------------------|
| 492 - Outras provisões | 4.594.345 | 2.135.326 | 1.966.879 | 4.762.792 |
| Total | 4.594.345 | 2.135.326 | 1.966.879 | 4.762.792 |

13.2. Descrição da natureza da obrigação e do momento de ocorrência esperado de quaisquer exfluxos de benefícios económicos resultantes dos ajustamentos e provisões constituídos e indicação da incerteza acerca da quantia e/ou do momento de ocorrência desses exfluxos, assim como, a quantia de qualquer reembolso esperado com referência a qualquer ativo que tenha sido reconhecido no âmbito desse reembolso;

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm como objetivo fazer face a perdas resultantes da não cobrança destes ativos.

No que diz respeito aos ajustamentos de crédito de cobrança duvidosa a mesma é constituída de acordo as exigências do normativo fiscal e destina-se a acautelar incobrabilidade de ativos.

Relativamente às outras provisões, importa referir que, em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui o montante de 814.081 euros, valor idêntico ao alcançado em 2011, com 814.081 euros, referente a uma provisão para contingências fiscais.

13.3. Indicação, relativamente a contratos de seguros com garantias suspensas por falta de pagamento de prémios, do seguinte:

O valor dos prémios associados a contratos com garantias suspensas pode ser analisado como segue:

| | 2012 | 2011 |
|--------------|------------------|------------------|
| Lusitania | 4.758.385 | 4.713.215 |
| Total | 4.758.385 | 4.713.215 |

14. Prémios de contratos de seguro

14.1. Indicação dos prémios reconhecidos resultantes de contratos de seguro.

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia reconheceu, em Ganhos e Perdas, prémios resultantes de contratos de seguro, no valor de 202.344.634 euros (2011: Euros 246.982.825).

14.3. Discriminação de alguns valores relativos aos seguros Não Vida entre seguro direto e resseguro aceite e, dentro do seguro direto, entre os vários ramos/grupos de ramos, conforme Anexo 4.

Em 31 de dezembro de 2012, a atividade da Companhia pode ser analisada como segue:

| | 2012 | | | | |
|-------------------------------|-------------------------|---------------------------|------------------------------|------------------------------|--------------------|
| Ramos / Grupos de ramos | Prémios brutos emitidos | Prémios brutos adquiridos | Custos com sinistros brutos* | Custos de exploração brutos* | Saldo de resseguro |
| Seguro direto | | | | | |
| Acidentes e Doença | 54.078.738 | 54.875.796 | 55.164.130 | 13.922.623 | 411.125 |
| Incêndio e Outros Danos | 41.068.531 | 41.907.564 | 30.132.233 | 9.553.876 | -743.065 |
| Automóvel | | | | | |
| - Responsabilidade civil | 56.900.824 | 62.215.078 | 57.613.418 | 18.903.978 | 290.683 |
| - Outras coberturas | 28.174.403 | 31.984.669 | 22.509.502 | 8.098.170 | -6.146.946 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 12.063.946 | 11.864.967 | 11.334.659 | 782.051 | -1.381.696 |
| Responsabilidade Civil Geral | 4.774.317 | 5.015.931 | 2.613.269 | 1.426.667 | -1.483.065 |
| Crédito e Caução | 255.675 | 264.488 | 173.213 | 31.742 | 42.687 |
| Proteção Jurídica | 1.358.895 | 1.510.953 | 42.389 | 393.707 | 0 |
| Assistência | 374.516 | 374.527 | 2.473 | 50.800 | -170.895 |
| Diversos | 386.869 | 437.211 | 1.186.057 | 100.374 | 854.585 |
| Total | 199.436.714 | 210.451.184 | 180.771.343 | 53.263.988 | -8.326.587 |
| Resseguro aceite | 2.907.920 | 3.124.011 | 1.630.550 | 1.328.246 | 0 |
| Total geral | 202.344.634 | 213.575.195 | 182.401.893 | 54.592.234 | -8.326.587 |

* Sem dedução da parte dos resseguradores

2011

| Ramos / Grupos de ramos | Prémios brutos emitidos | Prémios brutos adquiridos | Custos com sinistros brutos* | Custos de exploração brutos* | Saldo de resseguro |
|-----------------------------------|-------------------------|---------------------------|------------------------------|------------------------------|--------------------|
| Seguro direto | | | | | |
| Acidentes e Doença | 71.378.483 | 71.201.881 | 56.540.728 | 19.330.295 | -180.211 |
| Incêndio e Outros Danos Automóvel | 43.671.927 | 43.560.550 | 30.875.516 | 11.086.271 | -1.604.122 |
| - Responsabilidade civil | 71.653.086 | 70.864.577 | 55.883.681 | 19.147.366 | -579.508 |
| - Outras coberturas | 38.923.666 | 38.927.776 | 28.911.325 | 8.899.414 | -7.150.951 |
| Marítimo, Aéreo e Transportes | 9.055.555 | 8.897.996 | 6.047.128 | 1.002.476 | -1.038.221 |
| Responsabilidade Civil Geral | 5.722.716 | 5.694.543 | 2.898.662 | 1.670.400 | -804.628 |
| Crédito e Caução | 296.517 | 220.137 | 44.731 | 43.367 | -25.185 |
| Proteção Jurídica | 1.784.675 | 1.760.875 | 21.561 | 403.558 | 0 |
| Assistência | 403.727 | 403.725 | -1.350 | 58.911 | -180.986 |
| Diversos | 584.301 | 578.668 | 2.699.637 | 141.691 | 2.227.951 |
| Total | 243.474.651 | 242.110.728 | 183.921.619 | 61.783.749 | -9.335.861 |
| Resseguro aceite | 3.508.174 | 3.138.975 | 1.703.866 | 1.273.632 | 0 |
| Total geral | 246.982.825 | 245.249.702 | 185.625.485 | 63.057.381 | -9.335.861 |

* Sem dedução da parte dos resseguradores

16. Rendimentos / réditos de investimentos

16.1. Descrição das políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento dos réditos.

Ver Nota 3.1 a)

16.2. Indicação, por categoria de investimento, da quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o proveniente, nomeadamente, de juros, *royalties* e dividendos.

Os rendimentos de investimentos são apresentados como segue:

| | 2012 | 2011 |
|---|-------------------|------------------|
| Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados | | |
| Juros | 119.955 | 636.197 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | - | - |
| Dividendos | 701.764 | 929.477 |
| Juros | 2.636.040 | 3.131.051 |
| Ativos financeiros detidos até à maturidade | 5.175.333 | 2.885.460 |
| Depósitos à ordem e a prazo | 397.672 | 243.048 |
| Outros | 1.103.857 | 921.714 |
| Total | 10.134.621 | 8.746.947 |

17. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação e reajustamentos, por categoria de investimento, podem ser analisados como segue:

| | 2012 | 2011 |
|---|------------------|------------------|
| Ativos detidos para negociação | - | 843.936 |
| Ativos financeiros disponíveis para venda | 6.229.207 | 1.518.449 |
| Investimentos a deter até à maturidade | 68.426 | 683.148 |
| Total | 6.297.633 | 3.045.533 |

18. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor, são como segue:

| | 2012 | 2011 |
|--|------------------|--------------------|
| Ativos financeiros detidos para negociação | | |
| Perdas | - | (1.916.276) |
| Ganhos | (322.241) | 731.064 |
| Ativos financeiros classificados ao justo valor no reconhecimento inicial através de Ganhos e Perdas | | |
| Perdas | (29.306) | (927.870) |
| Ganhos | - | 1.039.872 |
| Total | (351.547) | (1.073.210) |

19. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio

As diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados, exceto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados, ascendem, em 31 de dezembro de 2012, a 2.044 euros. Em 2011, o valor era de 12.716 euros.

Estas diferenças são resultantes da conversão em euros de valores de ativos e passivos, expressos em moeda estrangeira, exceto as provisões técnicas e os investimentos. Encontram-se registados nas contas outros proveitos e gastos não técnicos.

20. Custos de Financiamento

Durante o exercício de 2012, a Companhia registou custos de financiamento no valor de 514.735 euros, relativamente às obrigações subordinadas de prazo indeterminado, por subscrição particular, no montante global de 20,5 milhões euros. Estas obrigações foram integralmente subscritas pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. e Caixa Económica Montepio Geral por, respetivamente, 18 milhões de euros e 2,5 milhões,.

21. Gastos diversos por função e natureza**21.1. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua função, nomeadamente, para aquisição de contratos de seguro e investimento**

(aquisição e administrativos), custos com sinistros e custos com investimentos.

Os custos imputados às funções são analisados como segue:

| | 2012 | | | 2011 | | |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | Conta técnica | Conta não técnica | Total | Conta técnica | Conta não técnica | Total |
| Custos com sinistros | 12.022.546 | - | 12.022.546 | 9.892.778 | - | 9.892.778 |
| Custos de aquisição | 10.853.269 | - | 10.853.269 | 11.906.550 | - | 11.906.550 |
| Custos administrativos | 16.474.361 | - | 16.474.361 | 18.296.006 | - | 18.296.006 |
| Custos gestão dos investimentos | 1.731.739 | 270.624 | 2.002.364 | 1.702.613 | 78.951 | 1.781.564 |
| Total | 41.081.915 | 270.624 | 41.352.539 | 41.797.947 | 78.951 | 41.876.898 |

21.2. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza (e.g. depreciações, imparidade, benefícios de empregados).

Os gastos por natureza são apresentados como segue:

| | 2012 | 2011 |
|--|-------------------|-------------------|
| Gastos com Pessoal | 21.868.720 | 20.753.463 |
| Fornecimentos e serviços externos: | | |
| Trabalhos especializados | 3.197.572 | 3.610.023 |
| Rendas e Alugueres | 2.440.190 | 2.993.202 |
| Comunicações | 1.793.770 | 2.236.487 |
| Conservação e Reparação | 509.892 | 670.990 |
| Publicidade e Propaganda | 441.713 | 585.289 |
| Deslocações, estadas e despesas de representação | 276.494 | 285.415 |
| Impressos | 128.297 | 190.648 |
| Material de escritório | 42.086 | 67.832 |
| Quotizações | 245.704 | 219.180 |
| Custos com cobrança de prémios | 283.655 | 318.571 |
| Seguros | 182.512 | 155.994 |
| Contencioso e Notariado | 144.570 | 67.594 |
| Eletricidade | 415.766 | 378.255 |
| Limpeza, higiene e conforto | 363.388 | 429.840 |
| Vigilância e segurança | 199.031 | 215.814 |
| Outros | 786.918 | 843.290 |
| | 11.451.558 | 13.268.424 |
| Impostos e taxas | 1.986.485 | 1.788.940 |
| Amortizações do exercício: | | |
| Ativos Intangíveis | 1.919.442 | 2.355.093 |
| Ativos tangíveis: | | |
| Terrenos e Edifícios de uso próprio | 780.935 | 665.124 |
| Outros ativos tangíveis | 1.613.002 | 1.520.487 |
| | 4.313.379 | 4.540.704 |
| Provisões | - | - |
| Juros Suportados | 1.255.324 | 994.908 |
| Comissões | 477.072 | 530.459 |
| Total | 41.352.539 | 41.876.898 |

22. Gastos com pessoal

22.1. Indicação do número médio de trabalhadores ao serviço no exercício, ventilado por categorias profissionais.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia tinha 635 trabalhadores ao seu serviço, tendo o número médio de colaboradores ao serviço da Lusitania, no ano de 2012, sido de 633 distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

| Categoria | Nº Colaboradores |
|--------------------------|------------------|
| Diretor | 22 |
| Gestor Técnico | 5 |
| Gestor Operacional | 52 |
| Gestor Comercial | 18 |
| Técnico | 42 |
| Coordenador Operacional | 125 |
| Especialista Operacional | 323 |
| Auxiliar Geral | 23 |
| Estagiário | 23 |
| TOTAL | 633 |

Em 2012, o quadro de pessoal apresentava um total de 643 colaboradores, resultado de uma redução de cerca de 2% em relação a 2011. Do total de trabalhadores, encontravam-se 633 pessoas ao serviço da Lusitania.

22.2. Indicação do montante das despesas com o pessoal referentes ao exercício, assim discriminadas:

| | 2012 | 2011 |
|--|-------------------|-------------------|
| Remunerações | | |
| - dos órgãos sociais | 533.762 | 521.113 |
| - do pessoal | 16.525.052 | 15.402.215 |
| Encargos sobre remunerações | 3.928.063 | 3.772.984 |
| Benefícios pós-emprego | | |
| - Planos de contribuição definida | 23.297 | - |
| - Planos de benefícios definidos | -95.420 | 171.688 |
| Outros benefícios a longo prazo dos empregados | 5.678 | - |
| Benefícios de cessação de emprego | 55.217 | 37.397 |
| Seguros obrigatórios | 394.278 | 120.391 |
| Gastos de ação pessoal | 391.395 | 385.517 |
| Outros gastos com pessoal | 107.398 | 342.158 |
| Total | 21.868.720 | 20.753.463 |

23. Obrigações com benefícios dos empregados

23.1. Para cada plano de contribuição definida, prestação de informação considerada relevante para a compreensão quer do plano, quer da evolução das quantias registadas nas contas face a exercícios anteriores, nomeadamente:

Em resultado da alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Lusitania, e para os participantes do Fundo, em 31 de dezembro de 2011, que aderiram ao novo CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados naquela data, foi convertido num plano de contribuição definida única, que integra atualmente o referido Fundo.

Relativamente a este valor, foi concedida garantia de capital pela entidade gestora do Fundo de Pensões Lusitania.

O valor da quota-parte do Fundo de Pensões Lusitania relativa ao Plano de Contribuição Definida, ascende a 2.874.483 euros, e detém, com referência a 31 de dezembro de 2012, 433 participantes ativos.

23.2. Para cada plano de benefício definido, prestação de informação considerada relevante para a compreensão quer do plano, quer da evolução das quantias registadas nas contas face a exercícios anteriores, nomeadamente:

a) A política contabilística da entidade para reconhecer ganhos e perdas atuariais, bem como o custo corrigido de serviços passados;

Para efeito de aplicação da IAS 19 – Benefícios aos empregados, o custo associado a planos de benefícios definidos atribuídos aos empregados deve ser reconhecido quando o respetivo benefício é auferido, isto é, à medida que o empregado vai prestando serviços, sendo que o diferencial entre o valor das responsabilidades assumidas e o justo valor dos ativos que financiam essa responsabilidade deverá estar relevado no balanço da Companhia.

Note-se que o gasto, para efeito da IAS 19, o custo do exercício corresponde ao somatório do valor do custo dos serviços correntes, do custo dos juros deduzido do retorno esperado dos ativos do Plano.

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Companhia, de acordo com as opções permitidas pela IAS 19 Benefícios a empregados, opta pelo reconhecimento dos desvios atuariais por contrapartida de reservas.

b) Uma descrição geral do plano, com indicação dos benefícios assegurados, do prazo esperado de liquidação dos compromissos assumidos e do grupo de pessoas abrangidas;

Descrição geral do plano e grupo de pessoas abrangidas:

O Fundo de Pensões Lusitania suporta dois Planos de Benefício Definido distintos:

- Um Plano de Pensões de Benefício Definido previsto no CCT para a atividade seguradora publicado no Boletim de Trabalho nº 32, de 29 de agosto de 2008, para os participantes do Fundo que não aderiram ao novo CCT e para os beneficiários

pensionistas conforme normas de regulamentação coletiva aplicáveis à data de reforma;

- Um plano abrangendo os membros do Conselho de Administração que, tendo exercido funções na atividade seguradora, tenham o direito às suas pensões complementares de reforma, aprovado em Assembleia-Geral.

Indicação dos benefícios assegurados

As responsabilidades da Companhia estão financiadas por um Fundo de Pensões.

Os principais pressupostos considerados nos estudos atuariais, para 31 de dezembro de 2012 e 2011, utilizados para determinar o valor atualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

| Pressupostos Demográficos | 2012 | 2011 |
|---|----------------|----------------|
| Tábua de Mortalidade | TV 88/90 | TV 88/90 |
| Tábua de Invalidez | Suisse Re 2001 | Suisse Re 2001 |
| Percentagem de Pré-Reformas previsíveis | 0% | 0% |
| Idade Normal de Reforma (INR) | 65 anos | 65 anos |
| Pressupostos Financeiros | 2012 | 2011 |
| Taxa Técnica de Desconto (período ativo) | 4,00% | 5,00% |
| Taxa Técnica de Desconto (período de reforma) | 4,00% | 4,50% |
| Taxa de Rendimento do Fundo | 4,00% | 5,00% |
| Taxa de Crescimento Salarial | 2,25% | 2,25% |
| Taxa de Revalorização Salarial (Seg. Social) | 2,25% | 2,25% |
| Taxa de Crescimento das Pensões | 2,00% | 2,00% |

A taxa de desconto das responsabilidades do período ativo foi determinada tendo em linha de conta o preceituado na IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios definidos é analisado como segue:

| | 2012 | 2011 |
|--------------|-------------|-------------|
| Ativos | 18 | 455 |
| Reformados | 86 | 86 |
| TOTAL | 104 | 541 |

Os ativos e responsabilidades reconhecidos em balanço são analisados como segue:

| | 2012 | 2011 |
|--|--------------------|--------------------|
| Ativos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço | | |
| Responsabilidades em 31 de dezembro | | |
| Pensionistas | (3.064.048) | (3.162.648) |
| Ativos | (3.399.470) | (5.929.296) |
| | (6.463.518) | (9.091.944) |
| Saldo do fundo em 31 de dezembro | 6.876.281 | 9.261.045 |
| Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de dezembro | 412.763 | 169.101 |

As responsabilidades dos planos de benefícios, as quais, em 31 de dezembro de 2012 ascendem ao montante de Euros 6.463.520 (2011: Euros 9.091.944), encontram-se financiadas pelas quotas-partes do Fundo de Pensões respetivas, totalizando o valor de Euros 6.876.281 (2011: Euros 9.261.045), o que representa um nível de financiamento global de 106% (2011: 102%).

No final de 2012 e de 2011, as responsabilidades estavam detalhadas como segue:

| | 2012 | 2011 |
|---|------------------|------------------|
| Responsabilidades em 1 de janeiro | 9.091.944 | 9.705.734 |
| Custo do serviço corrente | 36.975 | 177.400 |
| Custo dos juros | 205.045 | 453.613 |
| Ganhos e (perdas) atuariais nas responsabilidades | 67.407 | (918.445) |
| Liquidação do benefício anterior CCT | (2.618.500) | - |
| Benefícios pagos | (319.353) | (326.358) |
| Responsabilidades em 31 de dezembro | 6.463.518 | 9.091.944 |

O valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados dos participantes do Fundo, em 31 de dezembro de 2011, que aderiram ao novo Contrato Coletivo de Trabalho foram convertidos em contas individuais, a título de contribuição única, para o Plano de Contribuição Definida, nos termos do Fundo de Pensões Lusitania.

A evolução dos ativos do fundo de pensões, que financiam planos de benefícios definidos, nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser analisada como segue:

| | 2012 | 2011 |
|--|------------------|------------------|
| Saldo do fundo em 1 de janeiro | 9.261.045 | 9.646.122 |
| Rendimento esperado | 337.440 | 482.306 |
| Ganhos e (perdas) atuariais | 215.649 | (541.025) |
| Transferências/Liquidação do benefício CCT | (2.618.500) | - |
| Benefícios pagos | (319.353) | (326.358) |
| Saldo do fundo em 31 de dezembro | 6.876.281 | 9.261.045 |

O Fundo de Pensões detém ainda uma quota-parte relativa ao Plano de Contribuição Definida que ascende a Euros 2.874.483, totalizando o Fundo, com referência a 31 de dezembro de 2012, o valor de Euros 9.705.765 (2011: 9.261.045).

Os ganhos e perdas atuariais em 2012 e 2011 são apresentados como segue:

| | 2012 | 2011 |
|--|------------------|--------------------|
| Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de janeiro | (982.181) | (1.359.601) |
| Ganhos e (perdas) atuariais | | |
| - nas responsabilidades | (67.407) | 918.445 |
| - nos ativos do plano | 215.649 | (541.025) |
| Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro | (833.939) | (982.181) |

Os ativos e passivos líquidos são apresentados são analisados como segue:

| | 2012 | 2011 |
|---|------------------|------------------|
| (Ativos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de janeiro | (169.101) | 59.612 |
| Ganhos e perdas atuarias das responsabilidades | 67.407 | (918.445) |
| Ganhos e perdas atuariais dos fundos | (215.649) | 541.025 |
| Encargos do ano: | | |
| - Custo do serviço corrente | 36.975 | 177.400 |
| - Custo dos juros | 205.045 | 453.613 |
| - Rendimento esperado do fundo | (337.440) | (482.306) |
| Transferências | 0 | - |
| (Ativos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de dezembro | (412.763) | (169.101) |

O custo do exercício com pensões de reforma pode ser analisado como segue:

| | 2012 | 2011 |
|------------------------------|-----------------|----------------|
| Custo do serviço corrente | 36.975 | 177.400 |
| Custo dos juros | 205.045 | 453.613 |
| Rendimento esperado do fundo | (337.440) | (482.306) |
| Custos do exercício | (95.420) | 148.707 |

Os ativos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

| | 2012 | 2011 |
|---|------------------|------------------|
| Ações e outros títulos de rendimento variável | 355.412 | 367.244 |
| Títulos de rendimento fixo | 5.192.119 | 8.435.577 |
| Terrenos e edifícios | - | 32.600 |
| Depósitos em instituições de crédito e Devedores do fundo | 4.203.234 | 425.624 |
| Total | 9.750.765 | 9.261.045 |

A evolução das responsabilidades nos últimos 5 anos é analisada como segue:

| | 2012 | 2011 | 2010 | 2009 | 2008 |
|---|----------------|----------------|-----------------|--------------------|------------------|
| Responsabilidades por benefícios definidos | (6.463.518) | (9.091.944) | (9.705.734) | (9.382.073) | (6.543.775) |
| Justo valor dos ativos do fundo | 6.876.281 | 9.261.045 | 9.646.122 | 7.097.792 | 6.414.043 |
| Ativos/Responsabilidades líquidas no balanço | 412.763 | 169.101 | (59.612) | (2.284.281) | (129.732) |

Plano Individual de Reforma (PIR)

Foi constituído junto da Lusitania Vida uma apólice seguro de grupo, denominada Plano Individual de Reforma, para garantir o estipulado no contrato coletivo de trabalho, para a atividade seguradora, publicado no BTE nº 2, de 15 de janeiro de 2012.

No exercício de 2012, o montante das contribuições efetuadas ascendeu a 23.297,40 euros.

24. Imposto sobre o rendimento

24.1. As principais componentes de gasto (rendimento) de impostos devem ser divulgados separadamente, devendo incluir nomeadamente:

a) Gasto (rendimento) por impostos correntes;

Os impostos correntes e taxas reconhecidos em balanço são analisados como segue:

| | 2012 | 2011 |
|--|---------------------|---------------------|
| IRC - Impostos A recuperar/(A Pagar) | (65.402) | (53.050) |
| IRS - Retenções na Fonte | (437.268) | (531.328) |
| IVA - A recuperar/(A Pagar) | (10.170) | (5.547) |
| Imposto de Selo | (1.993.424) | (2.450.224) |
| SNBPC | (456.738) | (483.706) |
| INEM | (644.599) | (865.357) |
| ISP | (224.572) | (286.209) |
| FAT | (6.375.722) | (6.112.075) |
| FGA | (373.116) | (501.469) |
| Outros Impostos e Taxas | (37.559) | (56.988) |
| Segurança Social | (335.819) | (337.999) |
| Activos por impostos correntes | - | - |
| Passivos por impostos correntes | (10.954.389) | (11.683.952) |

b) Quaisquer ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

Foi reconhecido um ajustamento ao imposto corrente de anos anteriores referente ao excesso de estimativa de IRC de 2011 no valor de 99 mil euros.

c) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos, relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

Em 31 de dezembro de 2012, estima-se um imposto corrente sobre o rendimento do exercício no montante de Euros 294 mil euros, que corresponde às tributações autónomas, uma vez que a Companhia apresenta prejuízos fiscais.

O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício pode ser analisado como segue:

| | 2012 | 2011 |
|--|--------------------|--------------------|
| Imposto corrente | 294.255 | 108.068 |
| Imposto diferido | (5.381.998) | (2.728.721) |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | (5.087.743) | (2.620.653) |

24.2 Indicação separada do imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens que sejam debitados ou creditados ao capital próprio

Os impostos reconhecidos em reservas são analisados como segue:

| | 2012 | 2011 |
|-------------------------------|------------------|------------------|
| Impostos diferidos | 1.703.979 | 2.871.243 |
| Impostos correntes | - | - |
| Reserva de reavaliação | 1.703.979 | 2.871.243 |
| Impostos diferidos | 354.778 | 394.198 |
| Impostos correntes | (98.515) | (109.453) |
| Outras reservas | 256.263 | 284.745 |
| Total | 1.960.242 | 3.155.988 |

24.3. Explicitação do relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico.

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

| | 2012 | | 2011 | |
|---|------------------|------|------------------|------|
| | Imposto | Taxa | Imposto | Taxa |
| Resultado antes de impostos | (21.344.559) | | (2.516.201) | |
| IRC sobre o resultado antes de impostos | 6.189.922 | 29% | 729.698 | 29% |
| Ajustamentos Fiscais | | | | |
| Amortizações e reintegrações | (59.716) | | (58.366) | |
| Dividendos de acções afectas a provisões técnicas | 197.361 | | 261.218 | |
| Taxas autónomas | (294.256) | | (149.823) | |
| Multas e coimas | (1.191) | | (4.139) | |
| Imparidades | 615.476 | | 993.693 | |
| Benefícios fiscais | 46.477 | | 41.016 | |
| Menos-Valia contabilística de ações | (702.877) | | (184.120) | |
| Provisões e amortizações não aceites | (450.630) | | (1.142) | |
| Outros Ajustamentos | (452.823) | | 992.617 | |
| Imposto sobre o rendimento do exercício | 5.087.743 | | 2.620.652 | |

24.7. Indicação para cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados da:

- a) **Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado;**

Os saldos das contas de impostos diferidos reconhecidos no balanço são como segue:

| | 2012 | Varição reconhecida em resultados | Varição reconhecida em reservas | 2011 |
|---|-------------------|--------------------------------------|------------------------------------|------------------|
| Impostos Diferidos activos | 10.143.306 | 5.301.368 | (1.195.746) | 6.037.684 |
| POR DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS | 4.802.679 | 71.586 | (1.195.746) | 5.926.839 |
| - Ajustamentos fiscais de transição | - | (282.507) | - | 282.507 |
| - Provisões não aceites | 1.814.388 | 480.703 | - | 1.333.685 |
| - Perdas por imparidade | 929.534 | (115.672) | - | 1.045.206 |
| - Reserva de reavaliação de justo valor | 1.703.979 | - | (1.167.264) | 2.871.243 |
| - Responsabilidades com benefícios pós-emprego | 354.778 | (10.938) | (28.482) | 394.198 |
| POR PREJUÍZOS FISCAIS | 5.340.627 | 5.229.782 | - | 110.845 |
| - Reporte de prejuízos | - | (110.845) | - | 110.845 |
| - Reporte de prejuízos (2012) | 5.340.627 | 5.340.627 | - | - |
| Impostos Diferidos passivos | (181.770) | 80.630 | - | (262.400) |
| POR DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS | (181.770) | 80.630 | - | (262.400) |
| - Imóveis | (181.770) | 80.630 | - | (262.400) |
| Impostos Diferidos Activos / (Passivos) líquidos | 9.961.537 | 5.381.998 | (1.195.746) | 5.775.284 |

Na sequência da aquisição da Real Seguros em 2009, a Companhia remeteu um pedido à Administração Fiscal solicitando a autorização para a dedução integral dos prejuízos reportáveis da Real Seguros. Em resposta a este pedido, a Administração Fiscal estipulou um plano de dedução dos prejuízos fiscais que limitava a sua dedução a 1,29% dos lucros tributáveis da Lusitania. Nesta base, existe um ativo contingente não reconhecido nas demonstrações financeiras no montante de Euros 11,2 milhões referente a prejuízos fiscais da Real Seguros. Este ativo contingente encontrava-se reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, tendo sido anulado por contrapartida de resultados transitados.

Não obstante, existe a convicção da Administração da Companhia, corroborada pelos seus consultores fiscais que, através do exercício dos meios de reacção ao despacho da Administração Fiscal, será concedida à Companhia autorização para a dedução integral dos prejuízos reportáveis da Real Seguros.

Adicionalmente, encontra-se ainda em apreciação por parte da Administração Fiscal, o requerimento a solicitar a aceitação para efeitos fiscais da depreciação da carteira de seguros provenientes da Real Seguros.

Relativamente aos prejuízos fiscais reconhecidos, em 2012, no montante de 5.341 mil euros, importa salientar que a Companhia apenas poderá utilizar este reporte fiscal até 2017.

25. Capital

25.1. Indicação dos objetivos, políticas da gestão do capital da empresa de seguros, descrevendo os respetivos processos implementados.

A margem de solvência exigível, calculada com base no normativo em vigor, em 31 de dezembro de 2012 é de 38 milhões de euros, com uma cobertura de 163%, face a 38.9 milhões de euros, em 2011, e uma taxa de 167%.

25.2. Indicação para cada classe de capital em ações:

a) Quantidade de ações autorizadas;

Em 31 de dezembro de 2012, a totalidade do capital da Companhia está representado por 5.200.000 ações nominativas de valor nominal de 26.000.000 de euros.

b) Quantidade de ações emitidas e inteiramente pagas, e emitidas mas não inteiramente pagas;

Como descrito em a) acima, o capital social da Companhia era, em 31 de dezembro de 2012, de 26.000.000 de euros, integralmente realizado e representado por 5.200.000 ações nominativas com o valor nominal de 5 euros cada. Todas as ações emitidas estão inteiramente pagas.

| | 2012 | 2011 |
|---|----------------|----------------|
| Montepio Geral – Associação Mutualista | 64,22% | 64,22% |
| Caixa Económica Montepio Geral | 25,65% | 25,65% |
| Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A. | 5,37% | 5,37% |
| Restantes Accionistas | 4,76% | 4,76% |
| Total | 100,00% | 100,00% |

c) Valor ao par por ação;

Em 31 de dezembro de 2012, o valor nominal de cada ação é de 5 euros.

d) Reconciliação da quantidade de ações em circulação no início e no fim do período;

Não ocorreram quaisquer alterações à quantidade de ações em circulação durante o exercício de 2012.

25.3 Identificação das quantias transacionadas com os detentores de capital próprio, com divulgação separada das distribuições a esses detentores de capital próprio;

Ver transações com detentores do capital próprio, divulgadas na Nota 29.

26. Reservas

26.1. Descrição da natureza e da finalidade de cada reserva dentro do capital próprio.

a) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

A reserva de reavaliação por revalorização de outros ativos tangíveis considera o montante das revalorizações efetuadas no passado, ao abrigo de diplomas legais.

A reserva de reavaliação é analisada como segue:

| | 2012 | 2011 |
|---|--------------------|--------------------|
| Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda | 144.158.580 | 155.285.102 |
| Imparidade | (3.161.580) | (5.937.479) |
| Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade | 140.997.000 | 149.347.623 |
| Justo valor de investimentos disponíveis para venda | 137.675.170 | 142.469.762 |
| Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade | (2.553.960) | (3.022.976) |
| Reserva de justo valor | (5.875.790) | (9.900.837) |
| Impostos diferidos e correntes | 1.703.979 | 2.871.243 |
| Reserva de reavaliação líquida de impostos | (4.171.811) | (7.029.594) |

b) Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

c) Reservas Estatutárias

São constituídas anualmente, de acordo com os estatutos da Companhia, em 10% do lucro líquido anual.

d) Outras Reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas Livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos acionistas.

Também incluído em Outras Reservas está a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

27. Resultados por ação

27.1. Indicação das quantias usadas como numeradores no cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos e uma reconciliação dessas quantias com o lucro ou perda atribuível à entidade-mãe para o período em questão.

a) Básicos

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

| | 2012 | 2011 |
|---|-----------|-----------|
| Resultado líquido atribuível aos accionistas (euros) | 0 | 104.452 |
| Número médio ponderado das ações em circulação (unidades) | 5.200.000 | 5.200.000 |
| Resultado por ação atribuível aos accionistas (euros) | 0,00 | 0,02 |

b) Diluídos

Durante os exercícios de 2012 e 2011, a Companhia não deteve elementos suscetíveis de originar o efeito de diluição.

28. Dividendos por ação

28.1. Indicação da quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital próprio durante período, e a quantia relacionada por ação.

Não houve distribuição de dividendos em 2012 relativamente ao resultado apurado no exercício de 2011.

28.2. Indicação da quantia de dividendos proposta ou declarada antes de as demonstrações financeiras serem aprovadas mas não reconhecida como distribuição aos detentores de capital próprio durante o período, a quantia relacionada por ação, e a quantia de qualquer dividendo preferencial cumulativo não reconhecido.

Relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração não propôs à Assembleia-Geral qualquer distribuição de dividendos aos detentores de capital.

29. Transações entre partes relacionadas

29.1. Indicação do nome da empresa-mãe e da empresa-mãe do topo da Companhia

A Lusitania é uma seguradora portuguesa integrada no Grupo Montepio Geral.

A empresa-mãe da Companhia é a Associação Mutualista Montepio Geral.

29.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais.

O Grupo Montepio Geral detém uma participação direta de 89,87% no capital da Lusitania, sendo 64,22% da Associação Mutualista Montepio Geral e 25,65% da Caixa Económica Montepio Geral.

No desenvolvimento da sua atividade, a Lusitania efetua transações com diversas empresas do Grupo Montepio Geral:

Montepio Geral – Associação Mutualista

O Montepio Geral – Associação Mutualista (AMMG) é a entidade cabeça do Grupo e detém 64,22% do capital social da Lusitania. Nessa qualidade é remunerada com uma parte equivalente dos dividendos distribuídos em cada ano, tendo recebido, durante o exercício de 2011 e relativos a 2010, o montante de 667.863 euros.

Em 2009, a AMMG entregou, a título de prestações suplementares à Lusitania, o montante de 29.750.001 euros, que poderá vir a ser convertido em capital social da Lusitania, se vier a ocorrer aumento do mesmo capital social.

Em 2012, a AMMG entregou a título de prestações suplementares à Lusitania o montante de 14.000.000 de euros, o qual poderá vir a ser convertido em capital social da Lusitania, se vier a ocorrer aumento do mesmo capital social.

Caixa Económica Montepio Geral

A Caixa Económica Montepio Geral (CEMG) é detida em 100% pela AMMG e, por sua vez, detém 25,65% do capital social da Lusitania. Nessa qualidade é remunerada com uma parte equivalente dos dividendos distribuídos em cada ano, tendo recebido, durante o exercício de 2011, o montante de 266.786 euros em dividendos, face a 262.484 euros, em 2010.

Em 2009, a CEMG entregou a título de prestações suplementares à Lusitania o montante de 12.750.000 euros, que poderá vir a ser convertido em capital social da Lusitania, se vier a ocorrer aumento do mesmo capital social.

Em 31 de dezembro de 2011, a Caixa Económica Montepio Geral subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de 18.000.000 euros, emitido pela Lusitania.

Em 2012, a CEMG entregou a título de prestações suplementares à Lusitania o montante de 6.000.000 euros, que poderá vir a ser convertido em capital social da Lusitania, se vier a ocorrer aumento do mesmo capital social.

Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA

A Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA é a seguradora do ramo vida do Grupo sendo detida diretamente em 80,45% pelo Grupo Montepio Geral.

Em 31 de dezembro de 2012, era detentora de 5,37% do capital social de Lusitania Companhia de Seguros, S.A., tendo recebido, durante o exercício de 2011 e relativo a 2010, o montante de 55.890 de euros em dividendos.

Em 2009, a Lusitania, Companhia de Seguros, S.A., subscreveu 50% do empréstimo obrigacionista emitido pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, em novembro de 2007.

Em 31 de dezembro de 2009, a Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA, subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de 18.000.000 euros, emitido pela Lusitania.

N Seguros, SA (filial consolidada)

A N-Seguros é uma seguradora do ramo Não Vida, designadamente o ramo automóvel, que é detida a 100% pela Lusitania.

Sociedade portuguesa de administrações, SA (filial não consolidada)

A SPA é detida a 80,63% pela Lusitania, tendo como objeto social a administração de propriedades e a aquisição de imóveis para revenda.

Lykeion-Centro de Conhecimento, Unipessoal, Lda (filial não consolidada)

A Lykeion-Centro de Conhecimento é detida a 100% pela Lusitania, tendo como objeto social a promoção e formação em diversas áreas.

29.3. Indicação da remuneração das pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direção e controlo, de forma direta ou indireta, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro), no total e para cada uma das categorias de benefícios de empregados de curto prazo, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de cessação de emprego e pagamento com base em ações.

As remunerações e encargos dos Órgãos Sociais são analisadas como segue:

| Nome/Cargo | 2012 | | 2011 | |
|---|----------------|---------------|----------------|---------------|
| | Remunerações | Encargos | Remunerações | Encargos |
| António Tomás Correia / Presidente Conselho Administração | - | - | - | - |
| José António Arez Romão / Administrador-Delegado | 241.794 | 18.911 | 225.099 | 15.201 |
| Fernando Dias Nogueira / Administrador b) | 59.580 | 4.887 | - | - |
| Jorge José Conceição Silva / Administrador c) | 197.839 | 16.887 | 208.530 | 15.609 |
| José António Romão Eusébio / Administrador a) | - | - | 64.518 | 4.474 |
| Virgílio Manuel Boavista Lima / Administrador | 27.720 | 6.063 | 27.720 | 5.142 |
| Manuel da Costa Bráz / Presidente do Conselho Fiscal | 4.500 | - | 4.500 | - |
| José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni / Vice-Presidente do Conselho Fiscal | 3.500 | - | 3.500 | - |
| Fernando Vassalo Namorado Rosa / Vogal do Conselho Fiscal | 3.500 | - | 3.500 | - |
| Total | 538.433 | 46.748 | 537.367 | 40.426 |

a) Cessou funções no decorrer de 2011

b) Início de mandato em 1 de outubro 2012

c) Valor das remunerações influenciado por período de baixa

Os valores apresentados referentes aos membros do Conselho Fiscal, dizem respeito ao determinado em Comissão de Vencimentos, referente ao fecho de 2011 e que foi liquidado ou colocado à disposição em março de 2012. Os valores referentes ao exercício de 2012, que são pagos ou colocados à disposição em março de 2013, são 4.500 euros e 3.500 euros para o Presidente e para os restantes membros do Conselho Fiscal, respetivamente.

Os honorários com a Revisão Oficial de Contas ascenderam a 135.000 euros, em 2012, em comparação com 117.750 euros, em 2011, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas, a revisão do reporte semestral e anual efetuado pela Companhia à Caixa Económica Montepio Geral, a revisão dos relatórios e mapas de reporte prudencial submetidos ao ISP, a revisão do relatório enviado pela Companhia ao ISP sobre os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e, adicionalmente, uma revisão e avaliação dos controlos informáticos associados aos sistemas aplicativos e interfaces.

Remunerações e encargos dos Diretores (em euros):

| Diretores - De acordo com a estrutura a 31-12-2012 | 2012 | | 2011 | |
|--|------------------|----------------|------------------|----------------|
| | Remunerações | Encargos | Remunerações | Encargos |
| Nome/Cargo | | | | |
| Diretores (18 colaboradores) | 1.359.841 | 335.881 | 1.328.042 | 320.134 |
| Total | 1.359.841 | 335.881 | 1.328.042 | 320.134 |

29.4. Indicação, no caso de ter havido transações entre partes relacionadas, da natureza do relacionamento existente, assim como, relativamente às transações e saldos pendentes, a informação necessária para a compreensão do respetivo efeito potencial nas demonstrações financeiras:

As operações financeiras e económicas entre as partes relacionadas podem ser analisadas como segue:

| Designação da Contas | Montepio Geral | | M.G.A.M | | LUS. VIDA C.S., S.A. | | S.P.A, S.A. | | C.S.M.C.B, S.A. | | C.S.M.B, S.A. | | Leacock Seguros, Lda | | Germont | | Futuro | | Lykeion-C. Conhecimento | | N-Seguros | | Bolsimo | |
|---------------------------|----------------|--------|---------|--------|----------------------|--------|-------------|-------|-----------------|------|---------------|------|----------------------|------|---------|------|--------|------|-------------------------|------|-----------|--------|---------|--------|
| | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Contas Ativo | 42.995 | 33.362 | - | - | 7.874 | 8.780 | 10.622 | 2.731 | 257 | 257 | 432 | 427 | - | - | 2 | 3 | 265 | 318 | 50 | 57 | 24.006 | 24.445 | 22.047 | 22.042 |
| Depósito à ordem | 22.671 | 5.522 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ações/Quotas | - | - | - | - | 3.995 | 4.384 | 590 | 590 | 257 | 257 | 432 | 427 | - | - | 2 | 3 | 265 | 318 | 50 | 57 | 12.500 | 12.500 | 2.038 | 2.042 |
| Depósitos a Prazo | 10.352 | 15.062 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Empréstimo | - | - | - | - | - | - | 9.982 | 2.075 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 11.500 | 11.500 | - | - |
| Obrigações | 9.971 | 12.778 | - | - | 3.879 | 4.397 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 20.009 | 20.000 |
| D.C.D. - C/Corrente | - | - | - | - | - | - | 50 | 62 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 7 | 6 | 445 | - | - | - |
| Contas Passivo | 36.250 | 26.185 | 43.750 | 29.750 | 18.000 | 18.056 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos pagos | - | 935 | - | - | - | 56 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Empréstimo Subordinado | 2.500 | 2.500 | - | - | 18.000 | 18.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Prestações Acess. Capital | 18.750 | 12.750 | 43.750 | 29.750 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Conta Corrente Caucionada | 15.000 | 10.000 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Proveitos | 764 | 560 | - | - | 450 | 1.836 | 51 | 175 | - | 7 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 182 | 265 | 467 | 406 |
| Custos | 4.952 | 4.917 | - | - | 288 | 515 | 44 | 168 | - | - | - | - | 58 | 114 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |

Montepio Geral - Caixa Económica Montepio Geral
M.G.A.M. - Montepio Geral - Associação Mutualista
LUS. VIDA C.S., S.A. - Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.
S.P.A, S.A. - Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.
C.S.M.C.B, S.A. - Clínica Serv. Médicos Comput. - Belém, S.A.
C.S.M.B, S.A. - Clínica Santa Maria de Belém, S.A.

31. Compromissos

Durante o ano de 2012, os montantes registados relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de viaturas sem condutor, foram os seguintes:

| Entidade | 2012 | 2011 |
|--------------|----------------|----------------|
| Montepio | 53.808 | 120.119 |
| Multirent | - | 17.902 |
| GEFleet | 133.293 | 66.231 |
| Rentilusa | - | 120.594 |
| Leaseplan | 539.466 | 452.152 |
| Outros | 7.950 | 4.990 |
| Total | 734.516 | 781.988 |

A maturidade dos compromissos financeiros assumidos com contratos de aluguer operacional de viaturas sem condutor está indicada no mapa a seguir apresentado:

| 2012 | Até 12 meses | +1 até 2 anos | +2 até 4 anos | Total |
|-----------------------|--------------|---------------|---------------|-----------|
| Rendas futuras | 19.865 | 1.205.704 | 78.661 | 1.304.229 |

A Companhia registou ainda durante o ano de 2012, montantes relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de equipamento informático, como segue:

| Entidade | 2012 | 2011 |
|--------------------------|----------------|----------------|
| Companhia Portuguesa IBM | 167.551 | 208.013 |
| CPC Informática | 12.089 | - |
| HP | 6.213 | - |
| Xerox | 193.847 | 193.263 |
| Csintelirent | - | 39.033 |
| Outros | 10.922 | 21.396 |
| Total | 390.622 | 461.705 |

A maturidade dos compromissos financeiros assumidos com contratos de aluguer operacional de equipamento informático está indicada no mapa a seguir apresentado:

| 2012 | Até 12 meses | + 1 até 2 anos | + 2 até 4 anos | Total |
|-----------------------|--------------|----------------|----------------|---------|
| Rendas futuras | 247.751 | 198.124 | - | 445.875 |

32. Passivos contingentes

Descrição da natureza dos passivos contingentes e, quando praticável, uma estimativa do seu efeito financeiro, uma indicação das incertezas que se relacionam com a quantia ou momento de ocorrência de qualquer exfluxo e possibilidade de qualquer reembolso.

Na sequência da aquisição da Real Seguros, a Companhia encontra-se a acompanhar e monitorar a evolução dos seguintes processos/passivos contingentes:

Processo Solução

A Real Seguros celebrou em julho de 2007, mas não contabilizou, um contrato de opção de aquisição de 16.060 ações representativas de 20% do capital social da Solução – Corretores e Consultores de Seguros, SA (Solução), através do qual dois dos acionistas da Solução se constituíram titulares de direitos irrevogáveis de opção de venda dessas ações, ao preço de exercício de 2.262 milhares de euros, capitalizado à taxa Euribor a 1 ano, entre 5 de julho de 2007 (momento da assinatura) e 24 de abril de 2009 (data de exercício da opção), deduzido de eventuais dividendos distribuídos pela Solução neste período. É convicção da Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, que o desenvolvimento deste processo não implicará o registo de gastos significativos para a Companhia.

Processo SMN

A Real Seguros celebrou com o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados do Banco Efisa – Dinamização e Competitividade Empresarial (Fundo), um contrato através do qual o Fundo detinha uma opção de venda à Real Seguros de 8.073 ações da SMN – Serviços Médicos Noturnos, SA (SMN), exercível entre 31 de março de 2008 e 31

de maio de 2009, por um preço a ser determinado por uma entidade escolhida por mútuo acordo. Em função da inexistência de valor económico para a SMN, é convicção da Administração da Companhia que o desenvolvimento deste processo não implicará o registo de gastos significativos para a Lusitania.

IRC de 2009 e 2010

Ver Nota 24, Imposto sobre o rendimento

Para além dos atrás mencionados e dos decorrentes da atividade de seguros, e que se encontram devidamente provisionados nas rubricas de sinistros, não há outros passivos contingentes significativos.

36. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Não há acontecimentos a registar

37. Outras informações

37.1. Acréscimos e diferimentos - Passivo

Indicação por natureza de acréscimo e diferimento, dos montantes reconhecidos no passivo:

| | 2012 | 2011 |
|--|-------------------|-------------------|
| Receita processada antecipadamente | 31.361.001 | 40.472.953 |
| Remuneração de férias, subsidio de férias, outras remunerações e respetivos encargos | 3.367.693 | 3.835.380 |
| Outros acréscimos e diferimentos | 610.027 | 1.351.568 |
| Total | 35.338.721 | 45.659.901 |

A rubrica Receita processada antecipadamente diz respeito a recibos já pagos pelos tomadores de seguros cujo risco ainda não se iniciou. Por esse motivo, esta receita não se encontra ainda refletida na conta de exploração da Companhia, sendo reconhecida por contrapartida de Devedores por operações de seguro direto (ver Nota 37.2).

37.2. Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os outros devedores por operações de seguros e outras operações apresentaram os seguintes valores:

| | 2012 | 2011 |
|--|-------------------|-------------------|
| Devedores por operações de seguro direto | 53.651.359 | 64.254.478 |
| Devedores por operações de resseguro | 8.655.054 | 8.387.496 |
| Outros devedores | 12.488.365 | 18.887.567 |
| Total | 74.794.778 | 91.529.541 |

A rubrica Devedores por operações de seguro direto inclui o montante de 31.361.001 euros, referente a receita processada antecipadamente e cuja regularização financeira já ocorreu (ver Nota 37.1).

37.3. Outros credores por operações de seguros e outras operações

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os outros credores por operações de seguros e outras operações encerraram o exercício com os seguintes resultados:

| | 2012 | 2011 |
|---|-------------------|-------------------|
| Credores por operações de seguro direto | 16.813.748 | 16.975.707 |
| Credores por operações de resseguro | 7.633.597 | 2.777.549 |
| Outros credores | 5.525.837 | 6.441.503 |
| Total | 29.973.181 | 26.194.758 |

No final de 2012, a rubrica Credores por operações de seguro direto inclui o montante de 12.981.688 euros, relativo a valores a pagar a mediadores.

37.4. Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os outros rendimentos e gastos técnicos são assumiram os seguintes valores:

| | 2012 | 2011 |
|--------------------------------------|----------------|----------------|
| Reavaliação de imóveis de rendimento | (92.475) | 418.070 |
| Outros rendimentos / gastos técnicos | 579.799 | 581.497 |
| Total | 487.324 | 999.567 |

37.5. Outros rendimentos/gastos

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os outros rendimentos e gastos registaram o seguinte:

| | 2012 | 2011 |
|---|------------------|------------------|
| Ofertas a clientes | (183.795) | (236.651) |
| Acerto de inventários | (91.204) | - |
| Despesas confidenciais | (12.611) | - |
| Valia por alienação de ativos tangíveis | 7.000 | 1.364.401 |
| Variações de provisões | - | - |
| Outros rendimentos/gastos | 4.795 | 7.830 |
| Total | (275.816) | 1.135.580 |

38. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em 7 de outubro de 2010, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de ativos financeiros”, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2011. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1205/2011, de 22 de novembro.

As alterações exigem uma melhoria na divulgação de informação sobre as transferências de ativos financeiros que permita aos utentes das demonstrações financeiras:

- Compreenderem a relação existente entre um ativo financeiro transferido, que não tenha sido desreconhecido contabilisticamente em toda a sua plenitude, e o passivo associado; e
- Avaliarem a natureza do envolvimento continuado e os riscos associados ao ativo financeiro desreconhecido.

As alterações também passaram a exigir divulgações adicionais caso uma quantia desproporcionada de operações de transferência de ativos financeiros ocorra próximo do final do período.

A Companhia não teve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

IAS 12 (Alterada) – Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes

O IASB, emitiu em 20 de dezembro de 2010, uma alteração à “IAS 12 - Impostos diferidos – recuperação de ativos subjacentes” (tendo revogado a “SIC 21 - Impostos sobre o Rendimento - Recuperação de Ativos Não Depreciáveis Revalorizados”), com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2012. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

Na sequência da alteração à IAS 12, os impostos diferidos relativos às propriedades de investimento devem ser mensurados assumindo que o valor contabilístico das propriedades de investimento registadas com base no modelo de justo valor de acordo com a “IAS 40 – Propriedades de Investimento”, presumindo-se que o seu valor será recuperado integralmente por via da venda. Anteriormente, era permitido assumir que o valor de balanço das propriedades de investimento seria recuperado pela venda ou pelo uso, conforme a intenção do órgão de gestão.

A Companhia não teve quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção desta alteração.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia

Apresentação de itens em outro rendimento integral – alteração da IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2012. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho.

A presente alteração, permite que uma entidade continue a apresentar duas demonstrações separadas, uma de resultados e outra de rendimento integral (com esta última a iniciar pelos resultados e contemplar outro rendimento integral), impõe porém a:

- Apresentação separada das rubricas de outro rendimento integral que possam vir a ser reclassificadas para resultados das que, nunca poderão ser objeto de tal reclassificação para resultados;
- Uma entidade que apresente as rubricas de outro rendimento integral antes do efeito fiscal, deverá igualmente afetar o efeito fiscal às duas subcategorias referidas no ponto anterior; e
- Alteração da designação “demonstração de rendimento integral” para “demonstração de resultados e de outro rendimento integral”, ainda que outro título possa ser utilizado.

As alterações afetam apenas a apresentação e não tem qualquer impacto na posição financeira ou performance da Companhia.

IAS 19 (Alterada) - Benefícios dos empregados

O IASB, emitiu em 16 de junho de 2011, alterações à “IAS 19 - Benefícios dos empregados”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia (UE) n.º 475/2012, de 5 de junho de 2012.

O IASB procedeu a diversas alterações na IAS 19. Este conjunto de alterações inclui, desde alterações fundamentais como a remoção da opção pelo mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados dos ativos do plano a simples clarificações e reajustamento de texto. A Companhia procedeu, em 2011, a uma alteração voluntária de política contabilística passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais em outro rendimento integral (OCI).

Porém, as alterações terão impacto no gasto líquido do benefício já que o retorno esperado dos ativos do plano passa a ser calculado utilizando a mesma taxa de juro aplicável ao desconto da obrigação de benefício definido. Esta situação também não terá impacto ao nível das demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data

efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações passaram a exigir que a entidade divulgue informação sobre as quantias compensadas na demonstração da posição financeira e a natureza e extensão dos direitos de compensação e acordos similares (ex. colaterais).

As novas divulgações são aplicáveis a todos os instrumentos financeiros reconhecidos que sejam compensados de acordo com a IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As divulgações também são aplicáveis a instrumentos financeiros reconhecidos que sejam sujeitos a um contrato principal (*master*) de compensação ou acordo similar, independentemente de terem sido ou não sido compensados de acordo com a IAS 32.

A Companhia espera que a adoção das alterações à IFRS passem a exigir maior extensão as divulgações sobre direitos de compensação.

IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros

O IASB, emitiu em 16 de dezembro de 2011, alterações à “IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação – compensação entre ativos e passivos financeiros”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1256/2012, de 11 de dezembro.

As alterações agora introduzidas adicionam orientações de implementação no sentido de resolver inconsistências de aplicação prática. As novas orientações vêm clarificar que a frase “direito legal oponível corrente para compensar” significa que o direito de compensação não possa ser contingente, face a eventos futuros, e deva ser legalmente oponível no decurso normal dos negócios, no caso de incumprimento e num evento de insolvência ou bancarrota da entidade e de todas as contrapartes.

Estas orientações de aplicação também especificam as características dos sistemas de liquidação bruta, de maneira a poder ser equivalente à liquidação em base líquida.

A Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações.

IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Separadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 27 – Demonstrações Financeiras Separadas”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2014. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro.

Tendo presente a revisão do processo de definição do perímetro de consolidação, a IAS 27 (alterada) passa a regular, exclusivamente, as contas separadas.

As alterações visaram, por um lado, clarificar as divulgações exigidas por uma entidade que prepara demonstrações financeiras separadas, passando a ser requerida a divulgação do local principal (e o país da sede) onde são desenvolvidas as atividades das

subsidiárias, associadas e empreendimentos conjunto, mais significativos e, se aplicável, da empresa-mãe.

A anterior versão exigia apenas a divulgação do país da sede ou residência de tais entidades.

Por outro lado, foi alinhada a data de entrada em vigor e a exigência de adoção de todas as normas de consolidação em simultâneo (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12, IFRS 13 e alterações à IAS 28).

Esta alteração não terá qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

A IFRS 10 revoga parte da IAS 27 e a SIC 12, e introduz um modelo único de controlo que determina se um investimento deve ser consolidado.

O novo conceito de controlo envolve a avaliação do poder, da exposição à variabilidade nos retornos e a ligação entre os dois. Um investidor controla uma investida quando esteja exposto (ou tenha direitos) à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com a investida e possa apoderar-se dos mesmos através do poder detido sobre a investida (controlo de facto)

O investidor considera em que medida controla as atividades relevantes da investida, tendo em consideração o novo conceito de controlo. A avaliação deve ser feita em cada período de reporte já que a relação entre poder e exposição à variabilidade nos retornos pode alterar ao longo do tempo.

O controlo é usualmente avaliado sobre a entidade jurídica, mas também pode ser avaliado sobre ativos e passivos específicos de uma investida (referido como “silos”).

A nova norma introduz outras alterações como sejam: i) os requisitos para subsidiárias no âmbito das demonstrações financeiras consolidadas transitam da IAS 27 para esta norma e ii) incrementam-se as divulgações exigidas, incluindo divulgações específicas sobre entidades estruturadas, quer sejam ou não consolidadas.

A Companhia não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 11 - Acordos Conjuntos

O IASB, emitiu, em 12 de maio de 2011, a “IFRS 11 – Acordos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

Esta nova norma, que vem revogar a IAS 31 e a SIC 13, define “controlo conjunto”, introduzindo o modelo de controlo definido na IFRS 10 e exige que uma entidade que seja parte num “acordo conjunto” determine o tipo de acordo conjunto no qual está envolvida (“operação conjunta” ou “empreendimento conjunto”), avaliando os seus direitos e obrigações respetivos, e contabilize-os em conformidade.

A IFRS 11 elimina a opção de consolidação proporcional para entidades conjuntamente controladas. Em seu turno, entidades conjuntamente controladas que satisfaçam o critério de “empreendimento conjunto” devem ser contabilizadas utilizando o método de equivalência patrimonial (IAS 28).

A Companhia não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, alterações à “IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos”, com data efetiva de aplicação (de forma prospetiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que sejam imperativamente aplicáveis após 1 de janeiro de 2014.

Como consequência das novas IFRS11 e IFRS 12, a IAS 28 foi alterada e passou a designar-se de IAS 28 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos, e regula a aplicação do método de equivalência patrimonial aplicável quer a empreendimentos conjuntos quer a associadas.

A Companhia não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 12 – Divulgações de participações em outras entidades”, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1254/2012, de 11 de dezembro, tendo permitido que seja imperativamente aplicável após 1 de janeiro de 2014.

O objetivo da nova norma é exigir que uma entidade divulgue informação que auxilie os utentes das demonstrações financeiras a avaliar: a) a natureza e os riscos associados aos investimentos em outras entidades e; b) os efeitos de tais investimentos na posição financeira, performance e fluxos de caixa.

A IFRS 12 inclui obrigações de divulgação para todas as formas de investimento em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associadas, veículos especiais e outros veículos que estejam fora do balanço.

A Companhia está ainda a analisar os impactos da aplicação plena da IFRS 12 em linha com a adoção da IFRS 10 e IFRS 11.

IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor

O IASB, emitiu em 12 de maio de 2011, a “IFRS 13 – Mensuração ao Justo Valor”, com data efetiva de aplicação (de forma prospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013. Esta norma foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1255/2012, de 11 de dezembro.

A IFRS 13 proporciona uma única fonte de orientação de como é obtida a mensuração ao justo valor e substitui toda a orientação que se encontra, presentemente, dispersa ao longo das IAS/IFRS. Sujeito a exceções limitadas, a IFRS 13 é aplicada quando a mensuração ao justo valor, ou a sua divulgação, é exigida, ou permitida, por outras IAS/IFRS.

A Companhia está presentemente a reanalisar as suas metodologias para a determinação do justo valor com o objetivo de determinar se esta norma terá impacto.

Embora a maior parte das divulgações exigidas pela IFRS 13 relativas a ativos e passivos financeiros já estivessem em vigor, a adoção da IFRS 13 irá exigir que a Companhia proporcione divulgações adicionais. Tais incluem a divulgação da hierarquia do justo valor para ativos/passivos não financeiros, e divulgações sobre justo valor que sejam categorizadas como nível 3.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia**Entidades de Investimento – Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 (emitida em 31 de outubro de 2012)**

As alterações efetuadas aplicam-se a uma classe particular de negócio que se qualifica como “entidades de investimento”. O IASB define o termo de “entidade de investimento” como um entidade cujo propósito do negócio é investir fundos com o objetivo de obter retorno de apreciação de capital, de rendimento ou ambos. Uma entidade de investimento deverá igualmente avaliar a sua performance no investimento com base no justo valor. Tais entidades poderão incluir organizações de *private equity*, organizações de capital de risco ou capital de desenvolvimento, fundos de pensões, fundos de saúde e outros fundos de investimento.

As alterações proporcionam uma eliminação do dever de consolidação previsto na IFRS 10, exigindo que tais entidades mensurem as subsidiárias em causa ao justo valor através de resultados em vez de consolidarem. As alterações também definem um conjunto de divulgações aplicáveis a tais entidades de investimento.

As alterações aplicam-se aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2014, com uma adoção voluntária antecipada. Tal opção permite que as entidades de investimento possam aplicar as novas alterações quando a IFRS 10 entrar em vigor a 1 de janeiro de 2013.

A Companhia não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2009-2011)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2009-2011, emitidos pelo IASB, em 17 de maio de 2012, introduziram alterações, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2013 às normas IFRS 1, IAS1, IAS16, IAS32, IAS34 e IFRIC2.

IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras

Os melhoramentos clarificam a diferença entre informação comparativa adicional voluntária e a informação comparativa mínima exigida. Geralmente, a informação comparativa mínima exigida é relativa ao do período anterior.

IAS 16 Ativos Fixos Tangíveis

A IAS 16 foi alterada no sentido de clarificar o conceito de equipamentos de serviço que possam cumprir a definição de ativos fixos tangíveis não sendo assim contabilizados em inventários.

IAS 32 Instrumentos Financeiros e IFRIC 2

Estas normas foram ajustadas de forma a clarificar que impostos relacionados com distribuição de dividendos a detentores de capital seguem o tratamento preconizado na “IAS 12 - Impostos sobre o Rendimento”, evitando assim qualquer interpretação que possa significar uma outra aplicação.

34 Reporte Financeiro Intercalar

As alterações à IAS 34 permitem alinhar as exigências de divulgação para o total dos ativos dos segmentos com o total dos passivos, nos períodos intercalares. Estes melhoramentos permitem igualmente que a informação intercalar fique consistente com a informação anual no que respeita à modificação efetuada quanto à designação da demonstração de resultados e outro rendimento integral.

A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adoção destas alterações, tendo em conta que a política contabilística adotada encontra-se em linha com a orientação emitida.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. O IASB tem presentemente um projeto em curso para proceder a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros e a contabilidade de cobertura.

Os requisitos da IFRS 9 (2009) representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém duas categorias primárias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado e justo valor. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a colher os fluxos de caixa

contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Todos os restantes ativos financeiros serão mensurados ao justo valor. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em outro rendimento integral (OCI). Nenhuma quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, serão mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo hóspede (contrato principal) seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra por forma a determinar se é mensurado ao custo amortizado ou ao justo valor.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 torna-se efetiva para períodos anuais que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2015 com adoção antecipada permitida. O IASB decidiu proceder a alterações imitadas à IFRS 9 por forma a acomodar questões práticas e outros aspetos.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos efeitos potenciais desta norma, mas encontra-se a aguardar o desfecho das alterações anunciadas, antes de completar a respetiva avaliação. Dada a natureza das atividades da Companhia, é exetável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

ANEXO 1. INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício : 2012

Companhia : LUSITANIA Companhia de Seguros, S.A.

| ISIN | DESIGNAÇÃO | Quantidade/ Valor | Preço médio aquisição | Valor total aquisição | Valor de balanço | |
|----------------|--|----------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|------------|
| | | | | | Unitário | Total |
| PTLVAAQE0008 | OBRIG. SUB. Prazo Indeterminado LUSITANIA VIDA | 5.000.000 | 100 | 5.000.000 | 77 | 3.878.608 |
| PTBL2AJM0032 | BOLSIMO 11ª EM - PAPEL COMERCIAL | 20.000.000 | 100 | 20.000.000 | 100 | 20.008.780 |
| PTOMKXE0004 | C.E. Montepio Geral Obrig. Subordinadas | 13.000.000 | 100 | 13.000.000 | 76 | 9.820.597 |
| PTCON4OE0005 | CONSOLIDADO Centenários - 1940 (4%) | 3.931 | 57 | 2.242 | 64 | 2.504 |
| PTCON3OE0006 | CONSOLIDADO - 1943 (2,75%) | 8.475 | 49 | 4.153 | 45 | 3.842 |
| PTOTE3OE0017 | PGB 3,35% 10/15/15 V | 500.000 | 95 | 475.874 | 98 | 492.483 |
| PTOTE6OE0006 | PGB 4,2% 10/15/16 | 13.975.000 | 97 | 13.504.848 | 99 | 13.826.310 |
| PTOTE1OE0019 | PGB 4,375% 06/16/14 V | 6.341.000 | 98 | 6.230.173 | 103 | 6.538.731 |
| PTOTENOEO018 | PGB 4,45 06/15/18 V | 6.765.000 | 91 | 6.159.964 | 95 | 6.414.990 |
| PTOTEOEO0029 | PGB 4,8 06/15/20 V | 7.080.000 | 87 | 6.158.864 | 91 | 6.465.243 |
| PTOTEOEO0007 | PGB 3,85 04/15/21 | 1.000.000 | 98 | 978.800 | 86 | 857.407 |
| PTOTE3OE0017 | PGB 3,35 10/15/15 | 2.105.000 | 102 | 2.144.360 | 95 | 2.000.048 |
| PTOTEOEO0017 | PGB 3,6 10/15/14 | 1.000.000 | 98 | 982.512 | 97 | 973.986 |
| PTOTEOEO0019 | PGB 4,3% 06/16/14 | 10.150.000 | 93 | 9.440.330 | 97 | 9.880.402 |
| PTOTENOEO018 | PGB 4,45 06/15/18 | 3.750.000 | 92 | 3.461.250 | 94 | 3.519.487 |
| PTOTEMOE0027 | PGB 4,75 06/14/19 | 2.250.000 | 90 | 2.033.550 | 93 | 2.103.161 |
| PTOTEOEO0029 | PGB 4,8 06/15/20 | 11.775.360 | 88 | 10.373.313 | 92 | 10.838.929 |
| PTOTEOEO0009 | PGB 5,45 09/13 | 15.367.000 | 87 | 13.427.300 | 96 | 14.744.224 |
| PTCFPAQM0002 | CAMFER 4,17 10/19 | 5.500.000 | 99 | 5.435.500 | 78 | 4.272.277 |
| PTCGILQM0007 | CXGD 5 1/8 02/19/14 | 5.000.000 | 100 | 4.980.174 | 102 | 5.079.979 |
| XS0230315748 | PARPUB 3,567 09/22/20 | 2.500.000 | 98 | 2.454.700 | 87 | 2.181.206 |
| XS0221082125 | AAB 0 06/15 (ABN AMRO) | 300.000 | 100 | 299.597 | 94 | 280.780 |
| XS0221514879 | ABNANV FLT 15 | 20.000 | 93 | 18.606 | 96 | 12.135 |
| DE0003933511 | AGDB 0 01/16/14 | 730.000 | 96 | 700.244 | 99 | 723.482 |
| XS0229541213 | AIG 3,25 01/16/13 | 500.000 | 99 | 492.500 | 103 | 514.749 |
| XS0211637839 | ALZ 0 02/28/49 | 750.000 | 100 | 748.875 | 104 | 779.131 |
| XS0209139244 | ARGENT 0 12/15/35 | 1.085.833 | 14 | 154.792 | 6 | 64.412 |
| XS0205537581 | ARGENT 1,2 12/38 | 833 | 14 | 119 | 28 | 231 |
| XS0214398199 | BACR 4,75 03/29/49 | 1.000.000 | 97 | 974.500 | 80 | 801.540 |
| BXIIA10E | BARCLAYS BANK | 8.298 | 26.403 | 2.191.034 | 26.007 | 2.158.111 |
| XS0201271045 | BAVB 0 10/01/14 | 420.000 | 95 | 400.827 | 98 | 409.889 |
| XS0746025336 | BBVASM 3 08/22/13 | 200.000 | 100 | 199.753 | 102 | 203.109 |
| ES0413211071 | BBVSM 4 02/25/25 | 4.000.000 | 104 | 4.142.800 | 100 | 4.000.222 |
| PTBCU31E0002 | BCPPL 4,75 10/14 | 300.000 | 101 | 303.167 | 101 | 303.958 |
| PTBLOQM0010 | BCPPL 5,625 04/14 | 250.000 | 107 | 268.125 | 104 | 260.131 |
| PTBOPUQM0010 | BCPPL FLT 03/13 | 300.000 | 100 | 299.165 | 99 | 296.986 |
| PTBCT3QM0000 | BCPPL FLT 05/14 | 450.000 | 97 | 436.149 | 94 | 421.969 |
| PTBERLQM0017 | BESNN 0 05/08/13 | 700.000 | 91 | 639.845 | 99 | 691.490 |
| PTBLMGQM0002 | BESPL 5,625 06/14 | 450.000 | 107 | 480.785 | 104 | 467.905 |
| PTBLMWQM0002 | BESPL FLT 02/13 | 850.000 | 95 | 811.184 | 100 | 846.487 |
| XS02885272 | BEST 150 + 2013 | 288.000 | 100 | 288.300 | 58 | 166.982 |
| XS0200584125 | BETA FINANCE CORPORATION-TV-15.03.2015 | 2.000.000 | 0 | 1 | 0 | 2 |
| XS0208463306 | BNFPL FLT 12/14 | 295.000 | 80 | 235.947 | 64 | 187.509 |
| XS0239804445 | BNFPL FLT 12/15 | 536.000 | 77 | 410.356 | 52 | 276.844 |
| XS0202386743 | BNP 0 10/10/14 | 700.000 | 100 | 698.250 | 100 | 700.000 |
| PTBSSAQM0005 | BRCORO 4,797 13 | 7.000 | 103 | 7.204 | 102 | 7.153 |
| PTBRHOM0001 | BRISA 4,1/2 12/05/16 | 1.000.000 | 99 | 994.100 | 101 | 1.008.219 |
| IT0003493258 | BTPS 4,25 02/01/19 | 1.000.000 | 106 | 1.063.400 | 105 | 1.051.063 |
| ES0115006001 | BVA FLT 12/49 | 350.000 | 32 | 112.120 | 23 | 80.753 |
| XS0243638866 | C 0 02/09/16 | 150.000 | 100 | 150.024 | 97 | 146.148 |
| ES0214843130 | CAGALI 0 09/12/16 | 50.000 | 84 | 42.000 | 30 | 14.944 |
| ES0214977151 | CAVALE 0 04/23/14 | 300.000 | 100 | 300.036 | 93 | 279.920 |
| XS0178293519 | CENTAURI CORPORATION(CAV)-TV-09.09.2013 | 2.500.000 | 0 | 250 | - | - |
| XS0224399872 | CENTAURI CORPORATION(CAV)-TV-09.09.2014 | 1.210.000 | 0 | 121 | - | - |
| XS0213026197 | CITIGROUP 4,25 02/25/30 | 500.000 | 99 | 495.900 | 95 | 474.722 |
| XS0099472994 | CREDIT SUISSE G. FINANCE - 99/19 | 1.000.000 | 105 | 1.048.700 | 102 | 1.021.370 |
| FR0010128736 | CRLOG FLT 11/49 | 55.000 | 70 | 38.568 | 62 | 34.119 |
| XS0342838421 | CSFLOAT 02/28/14 | 200.000 | 98 | 196.311 | 98 | 196.731 |
| PTCGFOM0015 | CXGD 3,625 07/14 | 300.000 | 100 | 300.497 | 101 | 303.577 |
| DE0003933685 | DB 0 09/20/16 | 250.000 | 98 | 244.213 | 94 | 235.030 |
| XS0229840474 | DB 0 09/22/15 | 350.000 | 94 | 330.002 | 96 | 336.617 |
| KYG2773C2068 | DIVERSIFIED GLOBAL SECS-PREF-PERP | 459.000 | 12 | 53.407 | 1 | 5.522 |
| XS0495010133 | ELEPOR 3,25 03/15 | 550.000 | 99 | 546.771 | 103 | 564.175 |
| XS0221295628 | ELEPOR 3,75 06/15 | 586.000 | 100 | 586.411 | 103 | 602.775 |
| XS0256997007 | ELEPOR 4,5/8 06/16 | 500.000 | 99 | 496.745 | 105 | 525.201 |
| XS0284761169 | ERSTBK 0 02/06/14 | 200.000 | 100 | 199.776 | 100 | 199.522 |
| XS0443680052 | EUROB 4,375 02/13 | 600.000 | 101 | 604.942 | 102 | 611.699 |
| XS0479541699 | GASSM 4,125 01/18 | 500.000 | 100 | 499.340 | 110 | 548.778 |
| XS0203295562 | GLBIR 0 10/21/14 | 50.000 | - | - | - | - |
| XS0292051835 | HAA 0 03/20/15 | 150.000 | 100 | 150.103 | 95 | 142.169 |
| XS0219714564 | HAA 0 27/05/15 | 280.000 | 100 | 280.291 | 97 | 272.339 |
| XS0243399556 | IBSANP 0 02/20/18 | 500.000 | 98 | 488.994 | 84 | 421.907 |
| XS0503709411 | ICO FLT 07/13 | 550.000 | 97 | 534.043 | 98 | 539.716 |
| INAPA 2ª EM PC | INAPA 2ª EM - PAPEL COMERCIAL | 300.000 | 99 | 295.751 | 99 | 296.772 |
| XS0300196879 | ISPIM FLT 05/17 | 250.000 | 97 | 241.588 | 89 | 223.602 |
| XS0278803712 | ISPIM FLT 12/16 | 200.000 | 93 | 186.489 | 91 | 181.544 |
| XS0231555672 | JPM 0 10/12/12 | 100.000 | 100 | 99.748 | 97 | 97.054 |
| XS0149850777 | K2 CORPORATION-TV-15.01.2011 | 1.500.000 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| XS0194805429 | KAUP 0 06/30/14 | 239.000 | 1 | 2.390 | 0 | 299 |
| XS0195810717 | LLOYDS 0 07/09/16 | 323.000 | 99 | 320.880 | 91 | 293.404 |

| ISIN | DESIGNAÇÃO | Quantidade/ Valor | Preço médio aquisição | Valor total aquisição | Valor de balanço | |
|-----------------|---|----------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|------------|
| | | | | | Unitário | Total |
| XS0250907218 | MONPI 0.16 | 250.000 | 69 | 171.718 | 60 | 150.545 |
| XS0426505102 | MONTE 4.75 04/14 | 500.000 | 105 | 523.030 | 104 | 517.687 |
| XS0282583722 | MS 0.01/16/17 | 250.000 | 100 | 250.260 | 94 | 234.534 |
| XS0250971222 | MS 0.13/04/16 | 250.000 | 100 | 249.614 | 95 | 237.710 |
| NABEIRO GEST PC | NABEIRO GEST 9ª EM - PAPEL COMERCIAL | 450.000 | 100 | 450.000 | 100 | 451.129 |
| ES0214958052 | NOVAGA FLT 49 | 300.000 | 52 | 155.766 | 5 | 15.294 |
| XS0293598495 | OPERA GER3 A 01/25/22 (OBG) | 84.655 | 100 | 84.743 | 79 | 66.555 |
| XS0159861078 | PELICAN MORTGAGES - 03/37 (OBG) | 48.299 | 100 | 48.485 | 90 | 43.350 |
| XS0257959113 | PENED FLT 06/49 | 300.000 | 62 | 186.293 | 0 | 118 |
| XS0221854200 | PORTEL 4.1/2 06/16/25 | 500.000 | 100 | 498.150 | 92 | 461.117 |
| XS0462994343 | PORTEL 5.11/04/19 | 500.000 | 100 | 499.510 | 101 | 504.379 |
| XS0215828913 | PORTEL 4.375 | 100.000 | 102 | 101.533 | 105 | 104.568 |
| PT115 EM PC | PT 115ª EM - PAPEL COMERCIAL | 550.000 | 100 | 550.000 | 100 | 550.098 |
| XS0313145772 | RABOBK FLT 17 | 350.000 | 95 | 330.977 | 96 | 336.038 |
| XS0259579547 | RBS 0.01/30/17 | 200.000 | 100 | 200.208 | 87 | 174.394 |
| SAG GEST 19 PC | SAG GEST 19ª EM - PAPEL COMERCIAL | 200.000 | 100 | 199.160 | 100 | 200.101 |
| XS0552177858 | SANTAN FLOAT 13 | 550.000 | 100 | 548.657 | 100 | 551.947 |
| XS0477243843 | SANTAN FLOT 13 | 550.000 | 97 | 532.721 | 100 | 550.678 |
| XS0202197694 | SANTAN FLT 49 | 15.000 | 60 | 9.000 | 48 | 7.139 |
| SATA 2 EM PC | SATA 2ª EM - PAPEL COMERCIAL | 300.000 | 100 | 300.000 | 100 | 300.866 |
| PTSEMCOE0006 | SEMPL FLOAT 04/16 | 400.000 | 92 | 368.400 | 86 | 345.366 |
| ES0L01308235 | SGLT 0.08/23/2013 | 550.000 | 98 | 540.108 | 99 | 543.208 |
| ES0L01309209 | SGLT 0.09/20/13 | 500.000 | 98 | 489.408 | 99 | 492.675 |
| SOJA 55 EM PC | SOJA PORTUGAL 55ª EM - PAPEL COMERCIAL | 400.000 | 100 | 400.000 | 100 | 400.238 |
| ES00000122R7 | SPGB 2.5 10/13 | 500.000 | 100 | 501.261 | 100 | 501.314 |
| ES00000120G4 | SPGB 3.15 01/16 | 2.000.000 | 99 | 1.971.000 | 102 | 2.036.936 |
| ES0000012106 | SPGB 4.3 10/31/19 | 1.000.000 | 101 | 1.005.137 | 98 | 984.436 |
| ES00000122T3 | SPGB 4.85 10/20 | 900.000 | 106 | 954.791 | 100 | 898.070 |
| XS0756990429 | STROIKA FINANCE 3.1 06/19 | 8.833.000 | 0 | 34.132 | 0 | 44.026 |
| XS0312208407 | TITIM FLT 07/13 | 300.000 | 96 | 288.534 | 100 | 300.266 |
| XS0285148598 | UCGIM FLT 02/14 | 250.000 | 98 | 245.788 | 99 | 247.455 |
| US96428FAW86 | WHITE PINE CORP-TV-31-12-2016 | 884.000 | - | - | 0 | 61 |
| XS0271816869 | ZELA FINANCE CORP-TV-18.08.2016 | 1.000.000 | - | - | 0 | 10 |
| BE0974264930 | AGEAS | 776 | 30 | 23.437 | 22 | 17.216 |
| PTBOP0AM0007 | BANCO COMERCIAL PORTUGUES SA (ACC) | 208.475 | 0 | 32.793 | 0 | 15.636 |
| FR0000131104 | BNP (ACC) | 5.000 | 42 | 209.196 | 43 | 212.500 |
| ES0115056139 | BOLSAS Y MERCADOS | 11.094 | 21 | 234.299 | 18 | 204.130 |
| DE0005140008 | DEUTSCHE BANK (ACC) | 4.139 | 40 | 163.862 | 33 | 136.463 |
| PTEDP0AM0009 | EDP (ACC) | 460 | 3 | 1.430 | 2 | 1.049 |
| IT0003128367 | ENEL SPA 2001 (ACC) | 21.054 | 4 | 90.525 | 3 | 66.067 |
| BE0917378490 | FORTIS DIOS 08 | 3.500 | - | - | - | - |
| FR0000133308 | FRANCE TELECOM (ACC) | 10.000 | 17 | 173.034 | 8 | 83.200 |
| PTGALOAM0009 | GALP PL | 140.000 | 14 | 1.916.041 | 12 | 1.645.000 |
| FR0010208488 | GDF SUEZ | 2.582 | 29 | 74.050 | 15 | 39.505 |
| ES0142090317 | HUARTE LAIN | 10.000 | 20 | 203.823 | 22 | 219.500 |
| NL0000009538 | KONINKLIJKE PHILIPS ELECTRONICS | 5.094 | 19 | 94.527 | 20 | 101.167 |
| PTMGFOAM0006 | MG GESTÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS | 15 | - | - | 5 | 75 |
| PTMGFOAE0005 | MG PATRIMONIOS-SOC. GESTORA PATRIMONIOS | 12 | - | - | 5 | 60 |
| PTPTC0AM0009 | PORTUGAL TELECOM (ACC) | 453 | 9 | 3.860 | 4 | 1.621 |
| GB0007188757 | RIO TINTO | 2.111 | 53 | 112.272 | 43 | 90.889 |
| NL0000009082 | ROYAL KPN - KONINKLIJKE | 5.000 | 11 | 55.789 | 4 | 18.570 |
| DE0007236101 | SIEMENS AG (ACC) | 4.500 | 91 | 411.648 | 82 | 369.585 |
| PTSNP0AE0008 | SONAE CAPITAL | 10.110 | 1 | 8.294 | 0 | 1.415 |
| FR0000120271 | TOTAL FINA | 5.748 | 43 | 247.805 | 39 | 224.172 |
| FR0000127721 | VIVENDI (ACC) | 1.907 | 20 | 37.474 | 17 | 32.314 |
| PTZON0AM0006 | ZON MULTIMÉDIA SGPS | 63 | 4 | 273 | 3 | 186 |
| 7.2191E+11 | SIN VAL | 2.625.000 | 0 | 262.500 | - | - |
| 7.21910048701 | GALILEI | 2.008.212 | 0 | 231.617 | - | - |
| 7.22910042601 | GERMONT | 50 | 100 | 5.000 | 31 | 1.537 |
| 7.22910042701 | BOLSIMO, GESTÃO DE ACTIVOS SA | 6.694 | 100 | 669.400 | 305 | 2.038.390 |
| 9.20910022001 | CLINICA SERV. MÉDICOS COMPUTORIZADOS DE BELEM | 51.465 | 5 | 256.706 | 5 | 256.706 |
| 9.20910022101 | CLINICA DE SANTA MARIA DE BELEM | 69.920 | 8 | 527.364 | 6 | 432.106 |
| 9.2181E+11 | MOCAMBIQUE - Companhia de Seguros | 38.880 | 7 | 278.084 | 3 | 106.142 |
| 9.21910000501 | SOC. PORTUGUESA DE ADMINISTRAÇÕES (ACC) | 80.632 | 7 | 589.561 | 7 | 589.561 |
| 9.21910000701 | LUSITANIA VIDA - Companhia de Seguros | 110.204 | 30 | 3.261.416 | 36 | 3.994.895 |
| 9.21910000801 | FUTURO - S.G.F.P. | 26.796 | 5 | 126.439 | 10 | 265.280 |
| 9.21910003001 | AUDATEX (ACC) | 100 | 249 | 24.940 | 301 | 30.147 |
| 9.21910012201 | EUROMINAS (ACC) | 13 | 5 | 65 | - | - |
| 9.21910013001 | MAIUR Portador | 90 | 10 | 898 | - | - |
| 9.21910024801 | INTERHOTEL (ACC) | 10 | 5 | 50 | - | - |
| 9.21910024901 | REGIS.HOTEIS | 471 | 21 | 9.976 | - | - |
| 9.21910039401 | INSEGUROS | 1.700.000 | 7 | 12.500.000 | 7 | 12.500.000 |
| 9.21910045901 | MUTUAMAR FORMAÇÃO | 1 | 50.000 | 50.000 | 50.000 | 50.000 |
| 9.22910037101 | ACÁCIA BAHREIN | 7.500.000 | 1 | 5.640.370 | 1 | 5.640.370 |
| KYG0621N1016 | A2CT2 SYSTEMATIC FUND | 627 | 86 | 53.734 | 96 | 60.349 |
| GGY121000008 | AEIFP | 844.413 | 1 | 524.057 | 1 | 434.357 |
| PTARMAME0005 | ALVES RIBEIRO - MÉDIAS EMPRESAS PORTUGUESAS | 1.500 | 50 | 74.820 | 42 | 62.684 |
| GB0030276538 | ARIS | 253 | - | - | 126 | 31.942 |
| PTYPIILM0008 | BPI EURO GRANDES CAPITA. | 43.895 | 11 | 495.300 | 11 | 481.285 |
| LU0292622254 | BPI GLOBAL INVESTMENT FUND | 166.298 | 4 | 692.099 | 4 | 587.199 |
| LU0220378110 | BPI HIGH INCOME FUND | 219.436 | 8 | 1.753.511 | 8 | 1.793.887 |
| PTYPIINLM0001 | BPI LIQUIDEZ | 116.074 | 7 | 841.432 | 7 | 844.000 |
| LU0049736407 | BPI LUX EUROPA | 126.722 | 10 | 1.310.774 | 10 | 1.327.288 |
| LU0220378623 | BPI UNIVERSAL | 101.845 | 7 | 694.099 | 7 | 693.664 |
| PTYBPJMN0002 | BPN VALOR. PATRIMONIAL | 583 | 2.368 | 1.380.800 | 2.071 | 1.207.137 |

| ISIN | DESIGNAÇÃO | Quantidade/ Valor | Preço médio aquisição | Valor total aquisição | Valor de balanço | |
|---------------------------------|----------------------------|----------------------|--------------------------|--------------------------|------------------|-------------|
| | | | | | Unitário | Total |
| LU0220385321 | EDMOND ROTHSCHILD PRIFUND | 1.543 | 152 | 234.585 | 163 | 250.850 |
| KYG5569M2620 | GERMAN REAL ESTATE FUND | 569 | 738 | 419.707 | 650 | 370.052 |
| KYG399911232 | GOTTEX ABI FUND | 1.980 | | | 1 | 1.861 |
| IE0005315449 | MUZIN EUROPEYIELD | 10.495 | 167 | 1.754.198 | 171 | 1.793.868 |
| LU0296922973 | NOVENERGIA | 1 | 67.472 | 58.228 | 84.570 | 72.984 |
| PTYSAFLM0006 | SANTANDER ACOÇÕES PORTUGAL | 2.379 | 4 | 10.082 | 19 | 44.334 |
| GBR12100007 | THE FINE ART III L.P. | 578.054 | 0 | 251.886 | 1 | 319.973 |
| GBR12100008 | THE FINE ART L.P. | 553.969 | 1 | 371.544 | 1 | 366.802 |
| 935930005001 | MERCAPITAL | 45.610 | 103 | 4.676.799 | 54 | 2.452.714 |
| VGG7558X1924 | SIGNET | 4.520 | 112 | 505.204 | 87 | 394.515 |
| PTYCXTHM0007 | FUNDIMO | 1.000 | 5 | 5.103 | 8 | 7.767 |
| PTYBPGIM0002 | IMOGLOBAL | 8.643 | 297 | 2.567.710 | 325 | 2.812.431 |
| PTYBOAIM0007 | IMOREAL | 87.275 | 95 | 8.278.589 | 79 | 6.926.607 |
| PTNOFCIE0006 | LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO | 50.000 | 5 | 250.500 | 5 | 271.725 |
| IE00B06YB805 | PREFE (UPS) | 4.251 | 101 | 427.434 | 85 | 361.162 |
| PTNOFAIM0008 | VISION ESCRITÓRIOS | 150.000 | 3 | 508.342 | 4 | 581.160 |
| TOTAL GERAL DE TÍTULOS EM VIGOR | | 207.821.249 | | 221.711.680 | 174.777 | 215.385.522 |

CERTIFICAÇÕES

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Lusitania, Companhia de Seguros, SA vem apresentar o relatório sobre a atividade desenvolvida e emitir parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

O Conselho Fiscal acompanhou a evolução da Companhia, contactando a Administração e os Serviços, dos quais recebeu sempre os esclarecimentos e as informações solicitadas.

O Conselho Fiscal acompanhou igualmente a atividade desenvolvida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas KPMG & Associados, tendo recebido, em tempo útil, a comunicação a confirmar a sua independência e a declarar não ter prestado serviços adicionais.

Analisando o exercício de 2012, verifica-se que este ano foi marcado ainda pelas consequências diretas da operação de fusão por incorporação da extinta Real Seguros, S.A., em 2010, que têm vindo a exigir a procura de soluções que se revelam demoradas.

O Conselho Fiscal constata ter ocorrido em simultâneo uma grande erosão nas receitas e um forte crescimento da sinistralidade, fatores que normalmente condicionam o setor em períodos de crise económica.

Resta aguardar para saber se foram adequadas as medidas entretanto tomadas para acompanhar a situação ou se, no futuro próximo, outras virão a ser necessárias, designadamente, uma maior compressão nos encargos estruturais.

Sublinhe-se, porém, que não obstante uma redução dos Capitais Próprios em mais de 4 milhões de euros, foi possível manter para a Companhia uma margem de solvência ainda muito confortável.

O Relatório do Conselho de Administração foi também objeto de análise e verificação, concluindo o Conselho Fiscal que o seu conteúdo procura traduzir de forma correta a ação desenvolvida e a evolução da Companhia.

A proposta de aplicação de resultados merece a concordância deste Conselho.

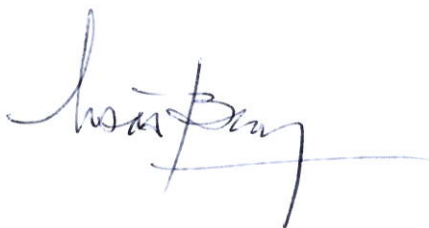
No decorrer dos trabalhos, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Sendo assim, tendo em consideração todas as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços da Companhia e a opinião constante da Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal emite o Parecer seguinte:

1. Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2012;
2. Que seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados do exercício de 2012;
3. Que aos membros do Conselho de Administração seja conferido um voto de louvor pelo seu empenho, dedicação e zelo colocados no exercício das suas funções.

Lisboa, 21 de Março de 2013

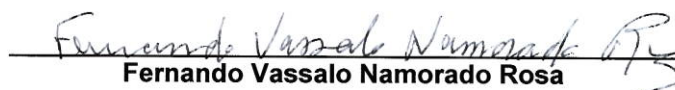
O Conselho Fiscal



Manuel da Costa Braz
Presidente



José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni
Vice-Presidente



Fernando Vassalo Namorado Rosa
Vogal



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Lusitania Companhia de Seguros, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 517.979.510 euros, e um total de capital próprio de 68.015.588 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 16.256.815 euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos seus capitais próprios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

- 7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **Lusitania Companhia de Seguros, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

- 8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 22 de Março de 2013



KPMG & Associados,

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)

representada por

Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)